

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH  
Instituto de Psicologia – IP  
Programa EICOS –  
Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

**GABRIELA AZEVEDO DE AGUIAR**

**A mulher pela lente de jovens militantes do MST**

Rio de Janeiro

2012

**GABRIELA AZEVEDO DE AGUIAR**

**A mulher pela lente de jovens militantes do MST**

Dissertação apresentada ao Programa EICOS do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro para a obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Maria Lúcia Rocha-Coutinho

Rio de Janeiro

2012

À Beatriz e Celso, pela parceria nesta caminhada.

## AGRADECIMENTOS

Nesse longo trajeto muitos são aqueles a quem quero agradecer:

Ao meu amado marido Celso pela paciência e ajuda durante todo o percurso. Pelos anos de construção constante e conjunta da nossa família.

A minha pequena grande Beatriz por compreender não ter a mãe presente em muitos momentos e saber que o “livro” era precioso. Pelo amor incondicional.

A Mamãe e Papai: que me deram raízes sólidas e asas fortes, para que eu pudesse sempre voar e saber para onde regressar. Por terem fomentado minha ânsia pelo conhecimento e me ensinado a admirar os que lutam. Pelas leituras e contribuições.

Ao meu pequeno grande irmão, Guto, pelo amor, mesmo à distância. E a Julia, pelo incentivo e carinho desde sempre.

Aos queridos Cecília, Celso Filho e Martha pelas horas de ajuda e apoio enquanto eu estudava.

Às amadas Avós Yolanda e Clorinda, que não concordam, mas dão suporte e acolhimento aos meus anseios de ir para o mundo.

A meu querido Vô Carlos, pelo amor e falta presente. Por nossas discussões e embates políticos.

A meu querido Vô Quinho, pelo amor nos meus primeiros anos e os beijos quando eu passava e ele lia na sala. Por permanecer como uma inspiração constante em busca do conhecimento. Pela minha alegria de estudar no seu campus da Praia Vermelha.

Aos queridos Plínios de Arruda Sampaio. Ao primeiro, o famoso Tio Plínio, por ter aberto as portas para meu contato com o MST e simplesmente acreditar desde o início. Ao Plininho pela leitura cuidadosa e incentivo.

A amada Carolina Proietti Imura, a Carol, pela ajuda incomensurável, ainda que virtual. Por continuar sendo a parte boa. Beagá nunca foi tão perto.

A amada Evelyse Stefoni de Freitas Clause, a Evê, por acompanhar de perto, mesmo longe, sempre.

À amada Isadora Garcia pela garra, trabalho conjunto e ajuda, sempre.

À amada Simone Gomes pelas leituras cuidadosas e comentários preciosos.

Aos amigos que ajudaram de uma maneira ou de outra a realização desse trabalho: Betsy, Alexandre, Veronica, Cecília, Rose e Cláudia.

Aos amigos de trabalho do Promundo e, depois, da Dialog, pelo apoio e compreensão.

Ao Ernesto Puhl pelo reencontro inesperado. Por ter possibilitado o trabalho de campo e uma nova vivência junto ao Movimento. Muito obrigada.

À minha querida orientadora Prof.<sup>a</sup> Maria Lucia Rocha-Coutinho pelo acolhimento e orientação firme e cuidadosa. Pelo empenho para que o trabalho fosse possível.

A todos os jovens entrevistados que participaram do estudo por terem compartilhado suas vivências. Por mostrarem que é preciso sempre acreditar nas mudanças.

## RESUMO

AGUIAR, Gabriela Azevedo de. **A mulher pela lente de jovens militantes do MST**. 122 p. Dissertação (Mestrado). EICOS. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Nas últimas décadas houve um grande avanço na inserção da mulher na sociedade, em especial no que diz respeito à sua crescente participação no trabalho remunerado, que vem alterando a estrutura familiar. Tais mudanças também influenciaram movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que, apesar de ter como bandeira principal de luta a reforma agrária, também passou a refletir sobre as desigualdades entre mulheres e homens em seu trabalho de formação dos militantes nos assentamentos. Assim, nosso objetivo neste trabalho foi melhor entender se e como essas mudanças repercutiram na visão que jovens assentados, de ambos os sexos, sobre a mulher, dentro do Movimento, bem como na sociedade, de modo geral. Para tanto, entrevistamos seis jovens militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, três homens e três mulheres de 17 a 27 anos, que estão fazendo, no momento, o curso de graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. Buscou-se, em especial, observar e compreender as rupturas e permanências na visão desses jovens acerca da mulher e de seu lugar na família, no MST e na sociedade mais ampla. A escolha dos jovens seguiu três critérios básicos: (i) terem entre 15 a e 29 anos de idade; (ii) serem considerados militantes do MST; e (iii) terem participado das atividades do Movimento em acampamentos ou assentamentos nos últimos 05 anos. Foram realizadas entrevistas semi-dirigidas, que foram gravadas e transcritas na íntegra, e os textos daí resultantes foram submetidos a uma análise de discurso. Além disso, foi solicitado a cada participante que tirasse fotos que, segundo eles, retratassem a

mulher. Estas fotos foram também analisadas. Foram as seguintes as categorias de análise: 1. Divisão do Trabalho no Movimento e na Família; 2. Relações de Poder entre os Gêneros; e 3. Identidade Sem-Terra. A análise das falas indicou uma pluralidade de identidades, bem como uma série de contradições. Isso parece refletir as lutas que se entrecruzam na própria vivência dos militantes, uma vez que pertencer ao MST e representá-lo como liderança formada em seu interior significa também buscar novas formas de subjetivação, ampliando suas reflexões acerca de seus próprios papéis (desempenhados e projetados), suas limitações e potencialidades. Foi observado que um olhar crítico perpassa a visão dos seis jovens entrevistados, em um claro esforço de alcançar o ideal de uma sociedade mais igualitária. Alguns parecem relatar isso com uma clareza maior, mas, mesmo estes, ainda trazem em seus discursos uma série de contradições. Apesar disso, os militantes aqui entrevistados chamam a atenção para o distanciamento existente entre eles e o restante dos assentados, que não tem uma ligação maior com os aspectos políticos das lutas do MST, que são desenvolvidos na chamada “base”. Esse trabalho de reflexão e diálogo com a base é, assim, colocado como um dos grandes desafios para a superação das desigualdades de gênero no Movimento.

**Palavras-chave:** Mulher, MST, Visão, Jovem, Militante.

## ABSTRACT

AGUIAR, Gabriela Azevedo de. **Women through the lenses of the MST's young militants**. 122 p. Thesis for the Master Degree. EICOS – Psychology Institute of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), 2012.

In the last decades, there have been great advances in inserting women in society, especially as concerns their increasing share in the remunerated work market, which has been changing family structure. Such changes have also exerted influence in social movements, such as the Movement of Landless Agricultural Laborers that, in spite of having as its main fighting flag the agrarian reform, has also started to ponder on the inequalities between men and women in their work to educate militants at the settlements. Thus, our goal in this paper was to better understand whether and how such changes have echoed on the view that settled youngsters of both genders have on women, inside the Movement, as well as on society, as a whole. To this effect, we have interviewed six young militants of the Landless Agricultural Laborers Movement – three men and three women – aged from 17 to 27 – that are currently attending the under graduate School of Social Services of the UFRJ. It was chiefly searched herein to study and understand the ruptures and stability, from the viewpoint of these youngsters, about women and their place in the family, in the MST, in society as a whole. Youngsters were chosen based on three basic criteria: (i) be between 15 and 29 years old; (ii) be considered militant of the MST; and (iii) having taken part in the activities of the Movement in campaigns or settlements in the last five (5) years. Semi-directed interviews were conducted, which were taped and transcribed in full, and the resulting texts were submitted to discourse analysis. Furthermore, each participant was asked to take photographs that, from their

viewpoint would represent women. These photos were also analyzed according to the following analysis categories: 1. Work Division in the Movement and in the Family; 2. Power Relations between Genders; and 3. Landless Identity. The analysis of the speeches showed plural identities, as well as a series of contradictions. It seems to reflect the fights that mutually cross the militant's habits and experiences in life, since belonging to the MST and representing it as the leadership raised in its bosom also means looking for new ways of subjectivation, extending reflections about their own roles (performed and projected), and their limitations and potentialities. We observed that a critical regard lightly touches the viewpoint of the six youngsters interviewed, in a clear effort to reach the ideal of a more equalitarian society. Some seem to report it more clearly, but even they still carry a series of contradictions in their discourses. Nevertheless, the militants interviewed for this paper call attention to the distance between them and the other settled people that do not have much connection with the political aspects of the MST's fights, which are developed at what is referred to as the "basis". Such work of reflection and dialog with the basis is thus one of the greatest challenges to overcome gender inequalities in the Movement.

**Key-words:** Woman, MST, Viewpoint, Youngster, Militant.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – confronto entre sem-terra e policiais (www.mst.org.br) .....	35
Figura 2 – Fonte original do mapa utilizado: IBGE. Disponível em: < <a href="http://www.guiageo.com/brasil-mapa.htm">http://www.guiageo.com/brasil-mapa.htm</a> > Acesso em 23 nov 2011 .....	57
Figura 3 - Fotografia tirada por Amanda .....	61
Figura 4 - Fotografia tirada por Renato .....	62
Figura 5 - Fotografia tirada por Renato .....	63
Figura 6 - Fotografia tirada por Amanda .....	64
Figura 7 - Fotografia tirada por Rodrigo .....	69
Figura 8 - Fotografia tirada por Rodrigo .....	69
Figura 9 - Fotografia tirada por Lorena.....	72
Figura 10 - Fotografia tirada por Clara .....	72
Figura 11 - Fotografia tirada por Amanda .....	73
Figura 12 - Fotografia tirada por João .....	73
Figura 13 - Fotografia tirada por Renato .....	74
Figura 14 - Fotografia tirada por Amanda .....	74
Figura 15 - Fotografia tirada por João .....	75
Figura 16 - Fotografia tirada por João .....	76
Figura 17 - Fotografia tirada por Amanda .....	77
Figura 18 - Fotografia tirada por Amanda .....	78
Figura 19 - Fotografia tirada por Renato .....	78
Figura 20 - Fotografia tirada por Renato .....	80
Figura 21 - Fotografia tirada por João .....	80
Figura 22 - Fotografia tirada por Lorena.....	81
Figura 23 - Fotografia tirada por João .....	81
Figura 24 - Fotografia tirada por Renato .....	82
Figura 25 - Fotografia tirada por Renato .....	83
Figura 26 - Fotografia tirada por Rodrigo .....	83
Figura 27 - Fotografia tirada por Lorena.....	84
Figura 28 - Fotografia tirada por Rodrigo .....	84
Figura 29 - Fotografia tirada por Rodrigo .....	85
Figura 30 - Fotografia tirada por Clara .....	85
Figura 31 - Fotografia tirada por Amanda .....	86
Figura 32 - Fotografia tirada por Clara .....	92
Figura 33 - Fotografia tirada por Lorena.....	98

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CNBB – Confederação dos Bispos do Brasil

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPAVA – Cooperativa de Produção Agropecuária “Vó Aparecida” Ltda

CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária

CPPs – Cooperativas de Prestação de Serviços

CPSRs – Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FAO – *Food and Agriculture Organization*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – A ESTRADA.....	13
CAPÍTULO I – EM CASA E NA RUA: DESAFIOS ENTRE PRODUZIR E REPRODUZIR .....	19
CAPÍTULO II – O PEDAÇO DE TERRA QUE QUERIA VER DIVIDIDO: A GÊNESE DO MST E A INSERÇÃO DO TEMA MULHER .....	31
<b>ESTRUTURA DOS ACAMPAMENTOS .....</b>	<b>44</b>
<b>ESTRUTURA DOS ASSENTAMENTOS .....</b>	<b>46</b>
CAPÍTULO III – NOSSO ESTUDO .....	51
<b>3.1. OBJETIVOS.....</b>	<b>51</b>
<b>3.2. PARTICIPANTES .....</b>	<b>52</b>
<b>3.3. METODOLOGIA .....</b>	<b>53</b>
<b>3.4. ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>56</b>
<b>1. Divisão do Trabalho .....</b>	<b>60</b>
<b>2. Relações de Poder .....</b>	<b>71</b>
<b>3. Identidade Sem Terra .....</b>	<b>90</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107
ANEXOS .....	113
<b>ANEXO 1 - Roteiro da entrevista.....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXO 3 – Notícia sobre o curso no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário .....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXO 4 – Edital para Ingresso na Escola de Serviço Social - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>119</b>

## INTRODUÇÃO – A ESTRADA

Acredito assim... que a mulher hoje... se ela luta por igualdade e companheirismo... então ela tem que ser o que ela é... então ela tem que ser o que ela é mas não submissa ao homem... então quebrar isso... essa lógica de que ela tem que ser submissa ao homem... que isso é exemplo na sociedade hoje... claro que as mulheres hoje... muitas mulheres está quebrando isso... então ela tem que ser o que ela é... ela tem que mostrar pra sociedade que ela existe... e de que ela tem forças suficientes pra lutar como qualquer homem... (Rodrigo<sup>1</sup>, 26 anos, jovem entrevistado).

Os jovens estudantes de 17 a 27 anos<sup>2</sup> do curso de graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, militantes do Movimento dos Sem Terra<sup>3</sup> (MST), que constituíram o grupo de participantes do presente trabalho, carregam em si a busca do Movimento por uma fixação na terra, pela distribuição de renda e, assim, por uma justiça redistributiva, como aponta Fraser (1996), bastante típica da modernidade. Buscam também uma mobilidade conferida aos militantes, por meio de viagens e cursos, neste caso, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. São também responsáveis por correr o Brasil, mobilizar grupos, transmitir conhecimentos adquiridos e ensinar onde for necessário. Por militante, adotamos a definição de Paiva (2003, em LEITE e DIMENSTEIN, 2011), para quem eles constituem

---

<sup>1</sup> Os nomes dos jovens entrevistados foram alterados para preservar suas identidades.

<sup>2</sup> Usamos a definição de juventude adotada pelas políticas públicas do governo brasileiro, que limita entre 15 e 29 anos a idade para tal segmento da população. Para mais informação, ver: Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas/ Regina Célia Reyes Novaes, Rodrigo Tojeira Cara, Danilo Moreira da Silva, Fernanda Carvalho Papa (orgs). São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em <http://conjuve.org/wp-content/uploads/2010/10/2-Livro-I-do-CONJUVE.pdf> Acesso em 17/05/2011

<sup>3</sup> “Nos dicionários, o vocabulário “sem-terra” apareceu pela primeira vez definido como: **sem-terra** s2g.2n. Designação sócio-política de indivíduo do meio rural sem propriedade e sem trabalho, na 14ª edição do minidicionário Luft (1998). Inclusive foi motivo de debate entre especialistas em estudos gramaticais, porque, segundo a regra da língua, nas palavras compostas se flexionam os substantivos, de modo que conforme a “lei gramatical” deveria se escrever os sem-terras. Todavia, o termo foi consagrado no singular e quando se pronuncia ou se escreve, está subentendida a noção de trabalhadores sem-terra. Ver a respeito: Martins, Eduardo. Com todas as letras. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1999. Também, rompendo com as regras, é importante salientar que o nome oficial do MST é Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sem o hífen. Já quando nos referimos às pessoas vinculadas ao MST, as denominamos sem-terra (com hífen). Em tempo: o novo Dicionário Aurélio (1999) também incorporou o vocabulário, todavia numa definição muito pobre: Diz-se de, ou trabalhador rural que não possui, ou não dispõe de terreno no qual possa exercer sua atividade” (FERNANDES, 2000, p. 173).

Membros das coordenações dos setores, das direções estaduais e regionais. Dedicam grande parte do seu tempo às demandas do MST, encaminhando as decisões coletivas, participam dos mais variados cursos e encontros, dependendo do papel que assumem na estrutura do movimento e de suas habilidades e capacidades (p.81).

Esta mobilidade é típica, por sua vez, da pós-modernidade, tal como apontada por Bauman (2001), em que as relações são líquidas, incertas, flutuantes e os sujeitos não se fixam no mesmo local. Talvez esses jovens carreguem em si, e em sua atuação como militantes, o melhor dos dois tempos, mas tenham que enfrentar grandes desafios. A história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é para mim instigante, não apenas do ponto de vista de sua formação, como movimento social, e de sua consolidação no contexto social e político do Brasil, mas também por seus integrantes, sujeitos e personagens de uma história que se constrói, mas não se esgota, nas etapas da conquista pela terra.

Meu primeiro contato com o MST se definiu em uma encruzilhada. Foi na Encruzilhada do Natalino, na região noroeste do Rio Grande do Sul, em 1997, que meu caminho cruzou com o do Movimento. Foi neste mesmo local que o próprio MST tomou os contornos que o sustentam até hoje.

Caminhando, assim, pela origem, conheci as experiências mais antigas de assentamentos e cooperativas do MST, nas Glebas<sup>4</sup> Macali e Brilhante, na Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul. O desejo de conhecer de perto as pessoas e o processo de reforma agrária – ou melhor, a política de assentamentos do Governo a partir da pressão exercida pelos sem-terra – foi o grande elemento impulsionador para fazer as malas e partir para o assentamento. Era ainda um olhar apaixonado, que desconfiava da mídia que condenava as ações de ocupação nomeando-as “invasão” e que gerava medo em pequenos produtores por não esclarecer o processo de reforma agrária e tampouco quais seriam as terras aptas a serem desapropriadas de acordo com suas dimensões e produtividade.

A gênese do Movimento não se resume à Encruzilhada Natalino, mas, como sustenta Fernandes (2000),

ali também foi o ponto de partida para a construção do caminho da luta pela terra. Montar o acampamento foi uma decisão tomada na encruzilhada da luta. E na

---

<sup>4</sup> Gleba: terreno próprio para cultura (Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa, 1999, p.468)

encruzilhada são muitos os caminhos possíveis. Desde os existentes até os que estão por construir, porque abrir caminhos na realidade é fazer história. Foi assim que esta luta tornou-se uma das principais referências da História do MST (p.55).

Ao conhecer a escola que existe dentro do Assentamento da Área III da Fazenda Anoni passei a indagar sobre a Ideologia do Movimento, os efeitos que poderia produzir nas crianças que já cresciam dentro dessa lógica, as opções que os jovens poderiam ter e se eles iriam continuar o trabalho na terra e pela terra. Muitas das ideias permaneceram nas anotações da época e algumas passaram a me instigar vez ou outra. Quem fica? Quem escolhe ir embora? Os jovens continuam o processo? Já em 2000, com esse espírito indagador, embora ainda apaixonada pelo Movimento, mas com o espírito um pouco mais crítico, visitei o Assentamento da Fazenda Pirituba, em Itaberá, no Estado de São Paulo. O propósito da viagem foi a realização de um trabalho sobre a Cooperativa do assentamento para uma das disciplinas de Psicologia do Trabalho, do curso da Faculdade de Psicologia da PUC-SP. Quando percebi, a viagem já estava a caminho e o reencontro com o Movimento era inevitável. Era o reencontro com a política, com a organização do povo, com uma questão que há 500 anos o Brasil tenta resolver e que constitui a origem de grande parte da nossa pobreza, a questão agrária, ou melhor, a questão da concentração agrária.

O trabalho de campo foi realizado em visita à COPAVA, a Cooperativa de Produção Agropecuária “Vó Aparecida” Ltda, na Agrovila III, do Assentamento da Fazenda Pirituba em Itaberá. Na primeira visita, em setembro de 2000, foi possível observar e indagar sobre os aspectos gerais da estrutura e funcionamento da cooperativa e da Agrovila. Era nítida a mistura entre a vida da agrovila e o trabalho dos assentados, inclusive porque a maioria tinha algum grau de parentesco entre si, além de trabalharem na cooperativa. Como de praxe, a estadia foi na casa dos assentados e o contato com os moradores tornou-se bastante próximo, possibilitando conversas sobre a vida no local e o esclarecimento de dúvidas sobre o próprio MST. Tendo em vista que havia uma preocupação geral a respeito dos jovens assentados como, por exemplo, o investimento da cooperativa em cursos de formação e a saída dos jovens ou mudança de setor, caso não haja retribuição pelo investimento feito, a pesquisa foi tomando forma e delimitando esse grupo como o foco de interesse do trabalho.

Os jovens que crescem dentro de um assentamento do MST, principalmente aqueles com agrovilas e cooperativas, vivem – ou espera-se que vivam – uma lógica diferente da que é compartilhada pelo resto do país. É um Movimento que põe em cheque o *status quo*, que, como explica Comparato (2000),

o torna incompatível com o sistema capitalista de produção, pois mostra que o que está em jogo é a destruição, pelo menos no mundo rural, do mito ideológico, espalhado aos quatro ventos nos últimos 30 anos, no qual o capitalismo é o único sistema econômico viável (p.3).

Durante minha segunda visita, em outubro de 2000, tive a oportunidade de debater com alguns dos assentados questões que até então permaneciam no ar, sem estarem muito bem formuladas: O que esses jovens esperam do Movimento? Qual o vínculo que estabeleceram com a luta pela terra? Quem deseja ficar? Qual o sentido para eles de viver dentro de um sistema cooperativista? Os jovens são politizados? Como isso se dá?

Alguns meses depois, em fevereiro de 2001, já com a intenção de elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do título de graduação em Psicologia, intitulado “Guardiões e Herdeiros da Terra – os Jovens assentados do MST pensam seu Futuro – Maria e Pedro, dois Estudos de Caso”, retornei à Agrovila III para um trabalho de campo de vinte e dois dias. Como o próprio título indica, o trabalho teve como objetivo refletir sobre as questões presentes no cotidiano de dois jovens assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Área III do Assentamento da Fazenda Pirituba (Itaberá – SP) e, deste modo, pesquisar quais os significados e sentidos construídos por eles em relação a seu futuro.

Alguns anos se passaram e outras encruzilhadas surgiram. Porém, em 2007, em um dos projetos da ONG Promundo<sup>5</sup>, foi possível novamente estabelecer contato com os jovens do MST moradores do assentamento 25 de Maio, em Abelardo Luz, no interior do estado de Santa Catarina. Durante a condução do trabalho, focado na prevenção da violência familiar, foi possível observar que as questões de gênero nas relações entre os jovens assentados pareciam ter um ponto em comum com as dos outros assentamentos antes visitados. Tanto no grupo focal, conduzido nesse

---

<sup>5</sup> ONG na qual trabalhei como assistente do Programa Gênero e Prevenção de Violência, no Rio de Janeiro/RJ, de julho de 2005 a abril de 2010. [www.promundo.org.br](http://www.promundo.org.br)

assentamento, como nas relações entre homens e mulheres observados, a mulher ainda aparecia em posição submissa com relação ao homem. Os trabalhos domésticos e os cuidados com os filhos permaneciam sob a responsabilidade da mulher, assim como havia ainda uma disparidade numérica entre homens e mulheres em posições de tomada decisão dentro do assentamento, bem como dentro da própria estrutura do Movimento. A decisão de a mulher exercer um trabalho fora do âmbito doméstico era também, muitas vezes, tomada pelo marido, situação esta que era criticada pelas jovens por mim entrevistadas no assentamento.

O meu convívio com os jovens líderes do Movimento nos últimos quinze anos fez com que ficasse clara a necessidade de melhor entender a imagem de mulher que eles possuem, uma vez que essa geração cresceu convivendo com uma gama de informações a respeito da igualdade entre os sexos, e uma discussão sobre a realidade brasileira bastante distinta daquela vivenciada pela maioria dos jovens do país. Isso porque o Movimento levanta tais discussões de diversas maneiras em suas diferentes atividades culturais e educativas. Além disso, essa é a geração que herdará a luta dos pais, seja na continuidade do trabalho na terra, seja na militância com os grupos, ou na busca de seu próprio acampamento e, posteriormente, assentamento.

É carregado dessa história que esse estudo se organiza. Com objetivos bem delimitados, intenciona-se contribuir para uma discussão sobre o papel da mulher no MST, em particular, e na sociedade brasileira, de modo geral. No Capítulo 1, são abordadas as permanências e rupturas da inserção social da mulher na cidade e no campo brasileiro, apresentando ao leitor, de forma breve, uma parte do contexto no qual os jovens acima citados estão inseridos. Essa reflexão sobre a inserção social da mulher norteará a análise das entrevistas, pois o foco principal deste trabalho é tentar identificar a percepção que os jovens militantes do Movimento dos Sem Terra têm sobre o papel e a inserção social da mulher, mais especificamente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho e à estrutura familiar.

O contexto no qual esses jovens estão inseridos, desenvolvido no Capítulo 2, explicita a gênese e o dialético processo de consolidação do MST. Nesse momento, são levantados alguns pontos de discussão sobre a visão que o próprio Movimento tem acerca do papel da mulher na sociedade e em sua própria estrutura, seja em

termos da sua hierarquia que vigora dentro do movimento, seja na luta encampada pela igualdade entre homens e mulheres.

Em seguida, no Capítulo 3, nosso estudo e a metodologia utilizada são descritos, assim como os critérios de escolha dos jovens entrevistados. É, então, realizada a análise dos dados coletados a partir de entrevistas individuais semi-estruturadas – realizadas com alguns dos jovens assentados que, no momento, estão cursando Serviço Social na UFRJ –, fazendo-se uso da análise de discurso. No capítulo seguinte são apresentadas as considerações finais e indicações de futuras questões a serem investigadas.

Para que esse estudo se tornasse possível foi preciso delimitar o grupo que seria entrevistado. Uma nova encruzilhada surgiu, em 2011, ao encontrar, no próprio campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um dos jovens líderes de Abelardo Luz, e descobrir a primeira turma de alunos do curso de Serviço Social da UFRJ formada somente por alunos do MST. Meu caminho de novo se cruzava com o deles e não era preciso ultrapassar os portões do campus da UFRJ na Praia Vermelha. Assim, as entrevistas para o presente trabalho foram realizadas com seis jovens militantes do MST, três mulheres e três homens, provenientes de cinco diferentes estados e das cinco regiões do Brasil, todos estudantes do primeiro ano do curso de Serviço Social da UFRJ.

## **CAPÍTULO I – EM CASA E NA RUA: DESAFIOS ENTRE PRODUZIR E REPRODUZIR**

Para que possamos alcançar o objetivo do presente trabalho – identificar a percepção que os jovens militantes do Movimento dos Sem Terra têm sobre o papel e a inserção social da mulher, mais especificamente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho e à estrutura familiar – é necessário discutirmos os avanços da inserção da mulher na sociedade nas últimas décadas. Partindo de uma perspectiva psicossocial, entendemos que os papéis que homens e mulheres ocupam em um determinado grupo são histórica e socialmente construídos e transmitidos nas diversas relações sociais em que se envolvem ao longo da vida. Como apontam Rua e Abramovay (2000),

A transmissão de modelos ocorre por intermédio de um processo de “generização”, que converte pessoas em gênero, desde o seu nascimento, atravessando toda a vida, resultando na introjeção dos diferentes papéis do sexo masculino e do sexo feminino. Essa interiorização das relações de gênero é um elemento constitutivo da personalidade dos indivíduos e aparece nas suas idéias e concepções sobre o mundo natural e social (p.239).

Os autores acima fazem uso do termo “gênero” e não sexo, uma vez que, como outros autores (a esse respeito ver, por exemplo, FAO, 1991 e SCOTT, 1995), acreditam que os papéis de gênero ultrapassam as questões relacionadas à biologia que diferencia homens e mulheres. Tais papéis não seriam inerentes à natureza humana, pois não são biológica e previamente determinados e, portanto, são passíveis de mudança. Além disso, faz-se necessário destacar o aspecto relacional da noção de gênero. Como afirma Joan Scott (1995),

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (p.86).

Tal conceito reflete uma abordagem mais complexa no que diz respeito aos papéis sociais de homens e mulheres, tendo em vista que o estudo do gênero é “o estudo dos papéis femininos e masculinos no contexto social, político, econômico e ecológico” (FAO, 1991, em RUA e ABRAMOVAY, 2000, p.31)

As mudanças ocorridas nas últimas décadas no que se refere ao papel da mulher na sociedade em todo o mundo ocidental foram enormes, afetando o

relacionamento entre os sexos, o mundo do trabalho, o casamento e a família, de maneira geral. É preciso, contudo, entender o que levou a essas desigualdades sofridas pelas mulheres ao longo dos séculos. Alguns autores, como Santos L. (2008), discutem a dominação masculina. Pesquisadores que se debruçaram sobre a questão trazem olhares distintos e apresentam diferentes leituras (ver BADINTER 1986, 1986; MURARO 1989; REED 1980,1980; e ROSALDO e LAMPHERE 1979, 1979, entre outros) acerca das relações de poder entre os sexos. Alguns teóricos afirmam que, como não se tinha conhecimento sobre a participação do homem na fecundação,

Atribuía-se a gravidez das mulheres à intervenção dos deuses, o que favoreceu para que todos partilhassem dos cuidados com as crianças, sem a presença de vínculos parentais instituídos. Logo, as relações não passavam por uma situação hierárquica ou de poder. Isso leva alguns autores e autoras a postularem a existência prévia de uma estrutura matriarcal ou matricêntrica, onde a mulher ocuparia um lugar central por suas atividades produtivas e pelo agraciamento divino da reprodução. Outras correntes, ainda em referência as(aos) autoras(es) supracitadas(os), admitem que em toda a história da humanidade, até mesmo nos povos mais primitivos, houve a supremacia masculina, uma vez que em todos os momentos das mulheres foram excluídas de alguma atividade (SANTOS, L, 2008, p.29).

De acordo com outra corrente de pensamento, as diferenças físicas e biológicas marcariam desde o princípio a separação entre os sexos. Deste modo,

As mulheres, que menstruavam, engravidavam e amamentavam, viveriam próximas dos alojamentos, cuidariam das crianças e da alimentação do grupo; enquanto que os homens saíam para caçar em lugares distantes, ficariam muito tempo longe do grupo e, por isso, desenvolveriam habilidades distintas (Santos, L, 2008, p.30).

Complementando o olhar oferecido pelos autores acima citados, Santos L. (2008) ressalta o posicionamento político-social de Engels (1973), Marx e Engels (1973) e Sacks (1979), para quem o “surgimento da agricultura deu início ao conceito de delimitação territorial e, conseqüentemente, de propriedade com a posse desse território” (SANTOS, L, 2008, p.30). De acordo com Engels (1973, em SANTOS, L, 2008), com a necessidade da produção de benefícios para a propriedade particular, antes não existente, houve também o surgimento da instituição conhecida como “família monogâmica” e a instalação do sistema patriarcal. Foi também neste momento que foi estabelecida a superioridade masculina em relação às mulheres, afetando as relações humanas e, portanto, o modo de viver das pessoas. Como aponta Santos L. (2008), ainda de acordo com os

autores citados, “o homem deteve o poder sobre a propriedade, sobre os bens e sobre a família. E, para garantir essa sua dominação, a mulher também passou a fazer parte da propriedade privada do homem” (p.32).

O Brasil sofreu a influência desse modelo patriarcal e, ainda no período de 1880 a 1930/40, das meninas e mulheres esperava-se "submissão", "delicadeza no trato", "pureza", "capacidade de doação", "prezadas domésticas e habilidades manuais", como aponta Biasoli-Alves (2000, p. 234). Tais valores, hoje considerados “tradicionais”, permeavam as relações sociais de então. Às mulheres da época, em decorrência disso, cabia a responsabilidade pelos cuidados com a casa, a família e, principalmente, os filhos. Apesar da capacidade de adaptação da sociedade às mudanças ocorridas nas últimas décadas ter sido imensa, muitos dos valores ditos tradicionais parecem continuar presentes na sociedade e fazem parte essencial da educação e das expectativas em relação às mulheres. Como ressalta Rocha-Coutinho (1994),

não podemos ... superestimar a profundidade dessas mudanças, nem tampouco acreditar que as desigualdades entre homens e mulheres tenham sido erradicadas. A verdade é, de fato, bem mais complexa e muito trabalho nos âmbitos teórico e prático precisa ser levado adiante (p.13).

O presente trabalho não se propõe a realizar uma retrospectiva sobre os avanços e percalços no caminho da mulher brasileira em busca de uma igualdade de gênero, mas, apenas, apresentar, de forma breve, o contexto brasileiro no qual os jovens militantes do MST, objeto de estudo da presente pesquisa, cresceram e o tipo de influências a que estiveram submetidos.

Bons exemplos de rupturas e permanências surgem no panorama brasileiro atual. O primeiro diz respeito à eleição da primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff, que subiu ao cargo máximo do Poder Executivo 79 anos depois das mulheres brasileiras terem conquistado o direito ao voto nas eleições nacionais<sup>6</sup>. Poucos anos antes da eleição de Dilma Rousseff, em 2005, o Código Penal

---

<sup>6</sup> “Esse direito foi obtido por meio do Código Eleitoral Provisório, de 24 de fevereiro de 1932. Mesmo assim, a conquista não foi completa. O código permitia apenas que mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria pudessem votar. As restrições ao pleno exercício do voto feminino só foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934. No entanto, o código não tornava obrigatório o voto feminino. Apenas o masculino. O voto feminino, sem restrições, só passou a ser obrigatório em 1946.” DIREITO de voto feminino completa 76 anos no Brasil; saiba mais sobre essa conquista. **Folha Online**. São Paulo, 24 fev. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u367001.shtml>> Acesso em: 14 mai. 2011

brasileiro de 1940 foi revisto e finalmente se excluiu a expressão “mulher honesta” para os crimes dos artigos 215 e 216 que tratam de violência sexual<sup>7</sup>.

Tais mudanças na inserção social da mulher – seja na vida pública ou no âmbito familiar privado – fazem parte de um processo mais amplo de mudanças ocorridas na passagem da modernidade para a pós-modernidade, ou da modernidade líquida, tal como definida por Zygmunt Bauman (2001). Um olhar mais atento para a transformação das relações sociais como um todo aponta também para mudanças na própria identidade dos sujeitos, uma vez que a identidade, como assinala Rocha-Coutinho (2001),

seja ela de sexo, raça ou etnia, é sempre uma identidade abstrata, sem existência real, ainda que, de certa forma, indispensável como ponto de referência. Ela é uma construção discursiva que transcende as particularidades dos indivíduos e dos grupos restritos para inseri-los em um projeto globalizante e totalizador, em consonância com os anseios e mitos de uma sociedade particular em um momento histórico determinado (p.4).

Nesse contexto pós-moderno ou de modernidade tardia que caracteriza o momento atual e, portanto, também os valores e as relações sociais, ocorreram alterações nas relações sociais, que se tornaram mais fluidas, influenciando a própria identidade dos sujeitos.

Tais mudanças também podem ser sentidas nas relações familiares, uma vez que a mulher de hoje – principalmente a que vive na área urbana – “trabalha fora”, ou seja, possui um trabalho remunerado fora de casa e, em muitos casos, além de continuar sendo a principal responsável pela casa e os filhos é também a provedora financeira da família. Alguns desses avanços, em uma leitura mais superficial, parecem apontar para um grande *empoderamento* das mulheres brasileiras. Análise realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em que foi feito um cruzamento de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2009, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou para um crescente número de mulheres consideradas como a “pessoa de referência”<sup>8</sup> responsável pelo domicílio, mesmo no caso das mulheres com um

<sup>7</sup> Por meio da Lei n. 11.106, de 28 de março de 2005. Ver: HERKENHOFF, João Baptista. Mulher Honesta. **Revista Jus Vigilantibus**, 28 de abr. 2005. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/15350>> Acesso em: 20 de abr. 2011

<sup>8</sup> “Com a introdução do conceito de “pessoa de referência” em substituição ao de “chefe do domicílio”, a PNAD transferiu ao respondente a tarefa de nominar a pessoa, homem ou mulher, responsável pelo domicílio. Essa mudança da perspectiva de gênero foi um salto importante, pois a noção de chefia,

companheiro. No período de 2001 a 2009, o percentual de mulheres chefes de família subiu de 27% para 35% (21.933.180 famílias brasileiras). Poucas gerações foram necessárias para que houvesse uma real inserção da mulher no mundo do trabalho considerado “produtivo”, ou seja, remunerado, em contraposição ao trabalho doméstico, não remunerado ou “improdutivo”, como aponta Paulilo (2000) ao se referir à preocupação do movimento feminista durante a década de 1970:

Apesar das críticas à exploração capitalista do trabalho remunerado, a conquista, por meio dele, da independência feminina e da possibilidade de participar na transformação da sociedade foi uma constante do pensamento feminista, embora nem sempre tenha sido fácil analisar situações concretas sem abalar esse pressuposto (p.1).

Porém, a inserção no mercado de trabalho remunerado não trouxe como consequência, necessariamente, condições de trabalho igualitárias ou uma efetiva divisão das tarefas. Há, inclusive, hoje um processo de “feminilização da pobreza” que inclui dois aspectos, segundo Medeiros e Costa (2008): uma maior pobreza das mulheres em relação aos homens e uma desigualdade de gênero. De acordo com os autores, nesse processo ocorreu “um aumento na diferença dos níveis de pobreza entre mulheres e homens ou entre os lares chefiados por mulheres e aqueles chefiados por homens ou casais” (p.1, tradução nossa).

Isso pode indicar que, apesar das mudanças, houve também muitas continuidades em relação à época anterior, a modernidade “sólida” de que fala Bauman (2001). Os avanços da inserção social da mulher no mundo do trabalho e a sua contribuição para a melhoria da renda da família, embora ela continue como a principal responsável pelas tarefas domésticas, contudo, acarretaram para as mulheres um acúmulo de responsabilidades, ou melhor, uma sobrecarga diária. A mulher atual goza de direitos iguais aos dos homens, mas permanece no imaginário e na prática social como a principal responsável pelo cuidado dos filhos e dos afazeres domésticos. Hoje é preciso que ela seja profissional, mãe, esposa e dona de casa e executar todos os seus papéis com perfeição. Assim, as jornadas se tornam duplas, triplas. Como apontado em pesquisa realizada pelo Ipea (2010), as diferenças em relação as atribuições femininas e masculinas são agravadas ainda mais dependendo da classe socioeconômica e da região do país:

---

pela matriz cultural dominante, poderia ser mais facilmente atribuída à figura masculina do domicílio, marido ou pai” (IPEA, 2010, p.5).

Os dados da PNAD sugerem que a mudança na inserção social feminina, ao longo das últimas décadas, não transformou as convenções relacionadas aos atributos e, conseqüentemente, às responsabilidades masculinas. No Brasil, isso é agravado pelas enormes desigualdades existentes entre as classes sociais, já que nas famílias com rendas mais baixas e filhos mais jovens, há uma participação ainda mais intensa das mulheres nos afazeres domésticos. Essas diferenças se evidenciam, inclusive, se comparamos a região mais pobre com a região mais rica do País: no Nordeste, as mulheres chefes com cônjuge e filhos dedicavam, em média, 32,6 horas semanais aos afazeres domésticos, sendo que no Sul esse tempo foi de 27,9 horas (p.18).

Se há diferenças de classe social e de região no que diz respeito à situação da mulher na sociedade brasileira, a pergunta que se levanta e que luta se deve travar? Podemos observar que a luta das mulheres das zonas rurais tem sido um pouco distinta daquela levada a cabo pelas mulheres da cidade, uma vez que sua situação e questões não são as mesmas. Além disso, a influência dos movimentos feministas no campo também foi menor.

A mulher no campo permanece mais inserida do que a mulher urbana no sistema tradicional de papéis sociais, uma vez que o sistema da pequena produção familiar, “corresponde aos hábitos da maior parte das populações camponesas” e “se apóia, como ninguém ignora, sobre a exploração do trabalho “gratuito” das esposas, filhos e de outros parentes dos “chefes de família” (BRUMER, SCHUCH FREIRE, 1983, 1984; MENASCHE, SALATE ESCHER, 1996; PAULILO, 1987, em FALQUET, 2008, p.8). Ainda segundo pesquisa realizada por Rua e Abramovay (2000) em assentamentos rurais de diversas regiões do país, “mesmo quando é reconhecido que a mulher atua em todas as atividades, o discurso de que “ajuda” ou “participa” está presente na afirmação de que elas não assumem responsabilidades econômicas” (p.162).

Porém, como aponta Van Der Schaaf (2003), “com as premissas da Teologia de Libertação, a Igreja Popular mobilizou um grande contingente de pequenos agricultores no contexto de maiores transformações no campo, e as mulheres inseriram-se nessas mobilizações” (p.3). Segundo Deere (2004), somente a partir da década de 1980 as mulheres começaram a participar de diversos sindicatos rurais e do MST, que então surgia, e que era uma organização exclusiva das mulheres rurais. A autora também chama atenção para o fato da Constituição Federal de 1988 formalmente atender as reivindicações das mulheres do campo pelo direito à terra, ou seja, para que nas terras a serem distribuídas através de reforma agrária, o título

de domínio e a concessão de uso sejam conferidos tanto aos homens quanto às mulheres, ou a ambos, independentemente do estado civil (Artigo 189) (BRASIL, 1988, p.3). Em suas palavras, isso

acontece geralmente por duas razões, o que nós temos chamado de argumentos 'produtivista' e 'de empoderamento'. O argumento produtivista refere-se ao reconhecimento de que o direito das mulheres à terra está associado com o aumento do bem-estar de mulheres e seus filhos, bem como com sua produtividade e, portanto, com o bem estar de sua comunidade e sociedade. O argumento do empoderamento reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, para acabar com sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres (DEERE, 2004, p.4).

Porém, os argumentos produtivistas e de *empoderamento* devem ser entendidos em um panorama mais abrangente, no qual é necessário analisar o esforço das mulheres rurais, principalmente aquelas ligadas ao MST, para conquistar direitos e reconhecimento. Apesar de estarem inseridas na luta pela terra, há muitas outras batalhas a serem travadas, pois, como aponta Sales (2007),

Os movimentos sociais, como espaço inovador das relações de poder, criam e recriam novas formas de reivindicar e de estabelecer relações com o poder institucional. No entanto, eles não se isentam de posições tradicionais de desigualdades de gênero (p.8).

Desse modo, cabe às mulheres sem-terra enfrentar uma dupla tarefa, lutar tanto pelo seu reconhecimento como por uma redistribuição de terra. Cabe acrescentar aqui, contudo, que não se está afirmando que elas precisam de reconhecimento como um grupo, mas, sim, como sugere Fraser (1996), por uma questão de justiça social (p.117). Deste modo, esta não deve ser apenas uma luta em prol da identidade do grupo de mulheres, uma vez que, ao fazer isso, elas estariam incorrendo no erro de fazer uma articulação no nível pessoal. Isto, como aponta Bauman (2001), situaria no sujeito a responsabilidade por sua própria superação, fazendo com que os problemas gerados socialmente tenham que ser resolvidos individualmente. Além disso, o reconhecimento da identidade do grupo pode levar ao separatismo e ao isolamento do grupo em lugar de desenvolver uma interação entre os grupos, como assinala Fraser (1996, p.117).

Como alternativa a esse tipo de reconhecimento do grupo, o objetivo da luta deve ser o de buscar justiça social, entendendo-se justiça em uma concepção mais ampla. Segundo Fraser (1996), seria necessário tratar o reconhecimento como uma

questão de status social, ou seja, “o que exige reconhecimento não é uma identidade específica do grupo [no caso, da mulher sem-terra], mas o status dos membros do grupo como parceiros plenos na interação social” (p.117). Nesse modelo de reivindicação por reconhecimento haveria uma valorização da interação entre os diferentes grupos, em lugar de um isolamento do grupo.

A luta do MST pela reforma agrária no Brasil está em sintonia com a proposta de Fraser (1997) de que a justiça requer tanto o reconhecimento do grupo quanto a redistribuição (p.246), o que insere o MST também no movimento de globalização contra-hegemônica defendido por Santos B. (2008), como uma forma de resistência em um mundo no qual os processos hegemônicos de exclusão ocorrem (p.195). Porém, as mulheres sem-terra, mesmo quando inseridas no MST, muitas vezes, parecem mais voltadas para as lutas feministas em prol da igualdade de direitos entre os sexos do que para as questões do próprio Movimento, o que as levaria a privilegiar, como aponta Santos B. (2008), uma política da diferença.

Para as mulheres acampadas ou assentadas é bastante claro que elas ainda estão submetidas a uma lógica da modernidade capitalista baseada na divisão desigual e hierarquização entre os sexos o que, segundo Santos B. (2008), apresenta elementos próprios da desigualdade e da exclusão (p.281). Apesar da luta das mulheres rurais pelo reconhecimento de seu trabalho ter sido despertada na década de 1980, como mencionado anteriormente, somente “por volta de 1997, o MST inclui em seus cursos de formação política os estudos de gênero” (SALES, 2007, p.440). Essa discussão, contudo, só é efetivada na prática pelo MST, como aponta Sales (2007), quando, em 1999, o Movimento

aprova linhas políticas sobre classe e gênero, em que são priorizadas a participação e a organização das mulheres na produção e na política. A concretização desse desejo de inclusão foi efetivada com a meta de criação de coletivos de gênero em todos os níveis de organização (p.440).

Deve-se questionar aqui, no entanto, se os coletivos de gênero de fato constituem uma estratégia ou um remédio para enfrentar as desigualdades de gênero e a exclusão a que as mulheres assentadas estão submetidas. É preciso lembrar, ainda, que as mulheres assentadas não constituem um grupo homogêneo, já que há “diferentes formas de viver e formas de socialização no campo e, portanto,

diversidades de culturas, valores, desejos e expectativas sociais” (SALES, 2006, p.3).

Apesar da crescente tendência em inserir a discussão sobre as desigualdades de gênero na luta maior empreendida pelo MST, o sexismo ainda parece estar muito presente no dia-a-dia das mulheres assentadas, que enfrentam um processo de exclusão que, como aponta Sales (2007), se baseia “na distinção entre o espaço público e o espaço privado e o princípio da integração desigual, no papel da mulher na reprodução da força do trabalho no seio da família e, mais tarde, (...) pela integração em formas desvalorizadas de força de trabalho.” (p.281). Isso pode ser observado quando, apesar das mulheres assentadas produzirem alimentos que garantem a subsistência da família, cuidarem de pequenos animais e hortas, bem como desenvolverem trabalhos de artesanato, além de serem responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos, o trabalho da mulher rural continua a ser, de maneira geral, desvalorizado. Isso, como aponta Sales (2007), impediu que, durante muito tempo, a mulher rural fosse reconhecida como uma trabalhadora, com seus devidos direitos. Em suas palavras,

Por não desenvolver todas as etapas do roçado e por ser uma atividade liderada pelo homem adulto, esse trabalho é qualificado como *ajuda*, tanto no interior da família como nos sindicatos e órgãos públicos, o que inviabilizou durante muito tempo o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras e, conseqüentemente, a garantia de seus direitos sociais (p. 441).

A qualificação do trabalho feminino como uma *ajuda* pode caracterizar uma subordinação social, o que, segundo Fraser (1996), constituiria um impedimento para que ela participasse plenamente, em igualdade de condições com o homem, da vida social. É preciso ressaltar aqui, no entanto, que o foco da presente discussão é o papel e a posição das mulheres trabalhadoras rurais que fazem parte do MST e vivem em assentamentos da reforma agrária e nosso objetivo maior é entender a percepção que os jovens militantes que cresceram no Movimento têm a respeito de sua inserção e do papel social por ela ocupado nesses assentamentos, percepção essa que, a nosso ver, é construída a partir de suas vivências, dentre as quais aquelas que são fruto de suas experiências de vida no dia a dia nos assentamentos e nos trabalhos de militância dentro do Movimento.

Pelo que vem sendo exposto acima, pode-se dizer que as mulheres sem-terra estão no entrecruzamento dos dois eixos apontados por Santos B. (2008): o eixo sócio-econômico da desigualdade e o eixo cultural, civilizacional da exclusão/segregação. Como, então, enfrentar essa situação?

Compreendendo que o MST está inserido no processo de globalização contra-hegemônico, como previamente mencionado, deve-se, segundo este autor, articular políticas de igualdade e políticas de identidade, uma vez que, como ele aponta, “temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, B, 2008, p.316).

Recuperando a lógica de Fraser (1997), é preciso levar em conta o fato de que a categoria gênero contém uma face político-econômica e uma cultural-valorativa. A primeira o situa no âmbito da redistribuição e a segunda no do reconhecimento. Estamos, portanto, diante de um modo “ambivalente de coletividade”, ou seja, que se encontra no entrecruzamento dos dois eixos apontados por Santos B. (2008). Todavia, como assinala Fraser (1997), os dois âmbitos podem levar a um dilema, tendo em vista que seus remédios apontam para direções opostas, ou seja, enquanto “a lógica da redistribuição é eliminar as diferenças de gênero, a lógica do reconhecimento é valorizar a especificidade do gênero” (p.262). A visão de gênero dentro do MST, contudo, parece trabalhar no sentido de valorizar as especificidades de gênero ligadas à mulher, o que levaria à solução de apenas uma parte do problema, a do reconhecimento.

Por outro lado, o fortalecimento apenas da identidade de grupo – como mulher, como sem-terra, ou como mulher sem-terra – poderia desencadear o que Loïc Wacquant (em BAUMAN, 2003) chama de gueto, em que se combina o confinamento espacial com o fechamento social, mesmo que esse confinamento não seja tão perceptível na realidade concreta. Deste modo, ao invés de fortalecer a comunidade, se estaria impedindo que isso ocorresse. Isto porque, como afirma Bauman (2003), “A vida no gueto não sedimenta a comunidade. Compartilhar o estigma e a humilhação pública não faz irmãos os sofredores; antes alimenta o escárnio, o desprezo e o ódio” (p.110).

Contudo, tanto Bauman (2003) quanto Santos B. (2008) e Fraser (1997, 1996) acreditam em um movimento contra-hegemônico capaz de aglutinar as forças dos oprimidos. É nesse sentido que o MST parece agir, uma vez que enxerga o movimento como força capaz de conseguir o seu reconhecimento e a redistribuição da terra a partir da luta pela reforma agrária. No entanto, como já apontado anteriormente, dentro do próprio movimento, as mulheres não conseguem, muitas vezes, alcançar nenhum desses dois objetivos.

Os três autores estão de acordo no sentido de que “não há reconhecimento sem redistribuição” (SANTOS, B, 2008, p.199). Será que isso equivaleria a dizer que é preciso ter tanto condições objetivas quanto intersubjetivas de paridade participativa? Se a resposta for sim, a atenção não deveria ser dada à identidade, no caso, à identidade de mulher sem-terra, mas, antes, às reivindicações pautadas na questão da justiça, que trata de seguir um modelo de status como sugerido por Fraser (1997). Nesse sentido, os remédios para “curar” as injustiças sofridas pelas mulheres sem-terra devem ser remédios transformadores, uma vez que eles tendem a promover uma reciprocidade e solidariedade nas relações de reconhecimento.

Deste modo, o reconhecimento e a distribuição deveriam constituir o foco da luta das mulheres sem-terra e não o caminho da segmentação por meio da criação de um coletivo de mulheres. O reconhecimento deveria, assim, seguir remédios transformadores, deslocando a questão para uma perspectiva de justiça social, ou seja, de reestruturação do arcabouço genérico que produz as injustiças, e não apenas de reconhecimento do valor do grupo em termos de uma valorização de sua especificidade. Justiça social requer, portanto, conforme sinalizam Fraser (1997) e Bauman (2003), tanto a redistribuição quanto o reconhecimento para que os indivíduos e grupos possam ter status de plenos parceiros na interação social.

A luta feminista dentro do MST deve estar, desse modo, intrinsecamente inserida na luta pela reforma agrária, para que não se corra o risco de situar as mulheres como um setor isolado dentro do próprio movimento, relegadas apenas ao estágio da redistribuição afirmativa e do reconhecimento afirmativo, sem conseguir avançar no sentido de uma desconstrução da categoria de gênero tal como a conhecemos hoje, que, em geral, limita-se às questões das mulheres. O Movimento deve, assim, como assinala Bauman (2003), lutar na direção de “dar a todos uma

oportunidade” (p.73). Desse modo, ele deve direcionar as forças no sentido da justiça social para que as mulheres sem-terra e o próprio MST consigam de fato constituir forças presentes nos movimentos de uma luta contra-hegemônica.

A fim de melhor entendermos nossas questões de pesquisa, passaremos, no agora, a situar o MST como movimento, a traçar um breve perfil de seus jovens militantes, bem como a melhor delimitar o papel e a posição ocupados hoje pelas mulheres no MST.

## **CAPÍTULO II – O PEDAÇO DE TERRA QUE QUERIA VER DIVIDIDO: A GÊNESE DO MST E A INSERÇÃO DO TEMA MULHER**

Planta. Replanta.  
Trato. Colheita.  
Peneiras. Terreiros. Poeira.  
Carretas, machados, arados.  
Serras. Serradores. Serrarias.  
Toras, galhadas e troncos.  
Machadeiros. Galpões.  
Homem – mulheres – meninos.  
Luta. Trabalho.  
Terras – (...)  
O chamado da terra.  
O apelo da gleba.  
O homem presente  
(CORALINA, 1987, p.200).

Apesar da desigualdade de gênero histórica existente na área rural brasileira e da atual preocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com a questão, como assinalado no capítulo anterior, o MST encontra-se entre os movimentos de orientação “redistributiva” e classista, bastante “clássicos”, distinto dos movimentos mais “culturais” ou identitários, característicos do período atual, segundo distinção proposta por Nancy Fraser (1997, em FALQUET, 2008).

Como aponta Martins (em FERNANDES, 2000),

Os sem-terra são camponeses expropriados da terra, ou com pouca terra, os assalariados e os desempregados. São trabalhadores na luta pela reinserção nas condições de trabalho e de reprodução social, das quais foram excluídos, no processo desigual de desenvolvimento do capitalismo. Suas lutas são pela conquista da terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. Questionam o modelo de desenvolvimento e o sistema de propriedade, lutam contra o modo de produção capitalista e desafiam a legalidade burguesa, em nome da justiça (p.45).

Ou seja, seu foco está voltado para a luta pela reforma agrária no Brasil, o que, em parte, poderia explicar porque as preocupações relacionadas às questões de gênero somente começaram a emergir com mais força no Movimento a partir do final da década de 1990, com os coletivos de gênero.

Nessa época, os jovens militantes de diversos estados do Brasil, que participaram do presente estudo e que hoje têm entre 17 e 27 anos, eram crianças ou adolescentes. Desse modo, eles cresceram em meio a discussões e mudanças

no próprio Movimento, no dia-a-dia dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária do MST e/ou nas escolas dentro dos assentamentos e tiveram a oportunidade de vivenciar as “mobilizações dos sem-terra” e as cirandas criadas para o cuidado com as crianças. Ou seja, eram crianças que, como afirma Fernandes (2002), estavam “aprendendo, com as experiências de seus pais, os significados das lutas e das resistências, condições fundamentais para a construção de suas vidas” (p.302).

Além disso, é importante ressaltar que os participantes de nosso estudo, por serem considerados militantes e, desse modo, lideranças do MST, possuem a “fala da liderança”. Ou seja, o militante é reconhecido como um “sujeito constituído em outro nível e autorizado, portanto, a identificar e falar sobre os problemas do grupo de modo exclusivo – [o que] não deixa de ser um discurso privilegiado” (SILVA, 2004, p.277).

Porém, antes de tudo, acreditamos que eles estão construindo sua identidade como sem-terra, cada qual à sua maneira, algo que será objeto de nosso estudo de campo em que serão entrevistados. Como assinala Salles (2006), “É importante ressaltar que a juventude rural não é una, mesmo porque existe uma multiplicidade de formas de viver e formas de socialização no campo e, portanto, diversidades de culturas, valores, desejos e expectativas sociais” (SALES, 2006, p.3).

Acreditamos que, além da construção de suas identidades, como jovens militantes que vivem nos assentamentos e/ou trabalham na estrutura organizacional do MST, tanto nossos entrevistados do sexo feminino quanto masculino, vão diariamente construindo o significado do masculino e do feminino, este último um dos focos da nossa pesquisa. Para Schwendler (2002),

O ser mulher é compreendido como uma categoria cultural e histórica perpassada pelas relações sociais, ou seja, uma construção social, a partir das relações estabelecidas entre mulheres e homens, dos significados atribuídos ao feminino e ao masculino na família, no trabalho, nas lutas sociais e na dinâmica do assentamento. Na construção das lutas sociais, enfatiza, por um lado, a presença feminina na constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e, por outro, o papel deste movimento social como sujeito educativo na formação da identidade da mulher Sem Terra (p.1).

A luta por uma melhor redistribuição da terra, encampada pelo MST, na ótica de Fraser (1997), está direcionada para as desigualdades socioeconômicas geradas pela concentração de terra no Brasil. Tal cenário teve início com o processo de

concentração de terra que se seguiu ao “desbravamento” da *terra brasilis*, caracterizado pela tomada de terra das diversas tribos indígenas que aqui habitavam pelos colonizadores. Surgiu, então, a distribuição, pelo Rei de Portugal, de capitanias hereditárias a membros da corte portuguesa ou a pessoas lá influentes. A partir daí, muitos arranjos se seguiram, e a população permaneceu à mercê dos dirigentes que no país se instalavam, bem como dos donos das grandes plantações de açúcar – nosso principal produto de exportação inicialmente – e, mais tarde, de café, originando os latifúndios. Nesse breve panorama do nosso processo de colonização é possível observar que há mais de 500 anos o Brasil desenvolveu uma política de concentração e má distribuição de terras, o que constituiu uma das grandes causas da desigualdade na distribuição de renda no país e, por conseguinte, da desigualdade social que perdura há tantos séculos.

As lutas de resistência dos povos indígenas e dos escravos negros, que para aqui foram trazidos para trabalhar na terra, contra a exclusão e o cativeiro também perduram por séculos. A eles se juntaram, posteriormente, os grupos de imigrantes que aqui chegaram, no final do século XIX, começo do século XX, em busca de trabalho e melhores condições de vida no *Novo Mundo*. Com o término da escravidão, surge a venda da força de trabalho livre e, desse modo, a separação entre o trabalhador e os meios de produção. Como aponta Fernandes (2000), “Se para o escravo a força de trabalho era o que conseguira, para o imigrante era o que restara (...). Portanto, agora, a luta pela liberdade se desdobrara, igualmente, na luta pela terra” (p.27).

Segundo este autor, a terra no país foi transformada, assim, em propriedade privada, como circunstância essencial da produção capitalista associada ao trabalho livre no país:

A partir da Lei de Terras de 1850 (...) a terra foi transformada em propriedade privada, cercada e apropriada, em sua maior parte, pelos latifundiários. As terras que não foram cercadas deveriam ser devolvidas ao governo, daí o termo terras devolutas. Desta forma, a propriedade da terra só seria possível por meio da compra em dinheiro. (...) Então, os trabalhadores sem-terra, ex-escravos e imigrantes trabalhavam para os fazendeiros, para que pudessem poupar e comprar a terra (FERNANDES, 2000, pp.28-29).

O segmento da sociedade que, a partir da metade do século XX, começou a ser conhecido como sem-terra é formado por trabalhadores, ex-escravos e imigrantes. Ou seja, como aponta Fernandes (2000),

o campesinato brasileiro [é formado por pessoas], desenraizadas, obrigadas a migrar constantemente. (...) A **ocupação da terra** pelos camponeses sem-terra era e é a principal forma de acesso à terra. A ocupação tornara-se uma ação histórica da resistência camponesa (p.28, grifo nosso).

Isto foi decorrência do fato de que, em nenhum momento da história do Brasil, houve realmente uma política de reforma agrária que tivesse sido levada a cabo. Dessa forma, cada vez mais, o sonho de ter o seu próprio pedaço de chão tornava-se, para aqueles que trabalhavam na terra, uma meta longínqua. Enquanto a luta avançava e tomava corpo, a repressão dos latifundiários e, hoje em dia, da polícia, também cresceu. As formas de **resistência** foram muitas, do tempo dos quilombos<sup>9</sup>, dos quais o maior foi Palmares, até os quilombolas de hoje. E, como assinala Fernandes (2000), no “maior exemplo de resistência camponesa no Brasil” (p.29) ocorreu a Guerra de Canudos, que combateu o coronelismo e agrupou no arraial de Canudos, na Bahia, camponeses e ex-escravos seguidores de Antônio Conselheiro.

No século XX, outra guerra contra os camponeses teve lugar nos Estados do Paraná e Santa Catarina, na região do Contestado. Segundo Martins (em FERNANDES, 2000),

Da mesma forma no Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destruídos. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo (p.31).

A violência no campo tornou-se, assim, uma constante, como aponta Tierra (1999):

como exercício permanente da opressão, como pedagogia. (...) recordo a reflexão de Antônio Houaiss: ‘... o Brasil é um país de concentração de renda e riqueza desde sempre. É um país de concentração de terra desde sempre. Violência tão espontânea, tão natural, que não é violência, é um direito. Quando você exerce a violência na plenitude de sua consciência você está exercendo o seu direito, porque o outro é que aparece como violento por não obedecer. O outro aqui são os sem-terra (p.27).

---

<sup>9</sup> Quilombo era o “Lugar escondido ou fortificado em que se refugiavam escravos fugidos”. Disponível em:  
[http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete\\_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&palavra=quilombo&x=0&y=0](http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&palavra=quilombo&x=0&y=0) Acesso em 24/09/2011



Figura 1 – confronto entre sem-terra e policiais (www.mst.org.br)

As perseguições e os assassinatos durante todos esses anos de resistência e luta pela terra foram, assim, inúmeros. Deixemos que as palavras do poema de Pedro Terra (1999) falem aqui de um deles:

Quem é esse menino negro  
 que desafia limites?  
 Apenas um homem.  
 Sandálias surradas.  
 Paciência e indignação.  
 Riso alvo.  
 Mel noturno.  
 Sonho irrecusável.  
 Lutou contra cercas.  
 Todas as cercas.  
 As cercas do medo.  
 As cercas do ódio.  
 As cercas da terra.  
 As cercas da fome.  
 As cercas do corpo.  
 As cercas do latifúndio.  
 Trago na palma da mão  
 Um punhado da terra  
 Que te cobriu.  
 Está fresca.  
 É morena, mas ainda não é livre  
 como querias.  
 Sei aqui dentro  
 que não queres apenas lágrimas.  
 Tua terra sobre a mesa  
 me diz com seu silêncio agudo  
 - Meu sangue se levantará  
 como um rio acorrentado  
 e romperá as cercas do mundo.  
 Um rio de sangues convocados  
 atravessará tua camisa  
 e ela será bandeira  
 sobre a cabeça dos rebelados  
 (pp.54-55).

A revolta camponesa também foi tomando outros rumos, como foi o caso do Cangaço, considerado um tipo de “banditismo social” que se originou no Nordeste, nas primeiras décadas do século XX. Os cangaceiros atacavam fazendas e vilas e, essencialmente, combatiam o poder dos coronéis e suas famílias. Segundo Fernandes (2000), esses “grupos eram formados, principalmente, por camponeses em luta pela terra, expulsos de suas terras pelos coronéis” (p.32). O grupo que se tornou mais conhecido foi o bando de Lampião, que colocou em xeque o poder dos coronéis.

As diferentes formas de luta pela terra, ou melhor, daqueles que a cada dia eram expulsos da terra, foram se multiplicando por todo o território brasileiro e têm, certamente, uma base regional muito forte. Porém, na segunda metade do século XX, a luta camponesa foi aos poucos se organizando politicamente, contando com o apoio principalmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Igreja Católica. Até os dias de hoje os chamados partidos de esquerda, entre eles o partido que se encontra atualmente no Poder – o Partido dos Trabalhadores (PT) – e a Igreja Católica representam um forte aliado do MST e até mesmo desempenham um papel preponderante neste sentido em algumas regiões.

Voltando aos primórdios das lutas camponesas, ocorridas por volta de 1945, as questões relacionadas às mulheres no meio rural como assinalamos no Capítulo 1, seguem extremamente atreladas ao papel desempenhado pela mulher na família e no modelo de agricultura familiar, uma vez que, como aponta Paulilo (2000),

Pressupõe-se que o que é bom para o conjunto dos membros da família é necessariamente bom para a mulher. Isso se reforça pelo fato de que o conceito de “agricultura familiar”, que desde o início dos anos 90 tem ampla aceitação tanto no meio acadêmico, como entre os técnicos e os próprios agricultores, implica uma visão, senão totalmente harmônica da família rural, pelo menos baseada na idéia de que os conflitos entre os cônjuges, e entre estes e seus filhos, podem ser resolvidos sem extrapolar a esfera doméstica. Porém, a nosso ver, há uma questão tão fortemente enraizada na tradição patriarcal que tocar nela significaria, sem dúvida, desvelar um conflito profundo, sem nenhuma solução fácil à vista, e essa questão tem a ver com a herança da terra (p.4).

Por volta de 1945 essas questões ligadas à mulher e ao seu papel no meio rural estavam longe de serem debatidas, pois o processo político na época ainda estava mais voltado para a organização dos camponeses, de maneira geral. A formação das Ligas Camponesas exemplifica bem o desenvolvimento político dos

camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros. Como aponta Fernandes (2000),

Em 1947, o governo Dutra declarou o PCB ilegal e, com a repressão generalizada, as Ligas foram violentamente reprimidas, muitas vezes pelos próprios fazendeiros e seus jagunços. (...) Mesmo com toda a repressão, em 1962 as Ligas estavam organizadas em 13 estados e (...) realizaram vários encontros e congressos, promovendo a criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária (p.33).

Contudo, as Ligas pretendiam acabar com o monopólio de classe sobre a terra e os camponeses passaram a fazer **ocupações**, chocando-se com as diretrizes de luta apoiadas tanto pelo PCB como pela Igreja Católica, que defendiam a realização da reforma agrária por etapas. Nesse ínterim grupos guerrilheiros foram formados e logo pulverizados pelo Exército, assim como o foram as Ligas Camponesas que o Golpe Militar tentou calar no país, bem como tudo aquilo que era considerado por eles de “esquerda” ou “comunista” a partir de 1964.

Em 1954, embora na ilegalidade, o PCB criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) para coordenar as associações camponesas, com lideranças indicadas pelo partido, visando fortalecer e unir a força política dos operários e camponeses. A ULTAB espalhou-se pelo território brasileiro, mas não se fixou em Pernambuco, onde existiam as Ligas Camponesas, nem no Rio Grande do Sul, onde existia o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER).

O MASTER se originou no final da década de 1950, na Encruzilhada do Sul, e contava com 300 famílias de posseiros. Em 1961, eles obtiveram o apoio do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e, a partir de 1962, começaram a **organizar acampamentos** no estado. Ou seja, os trabalhadores sem-terra se organizavam com o intuito de entrar na terra. Foi montado um grande acampamento em Sarandi, na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Algumas ações enfraqueceram o MASTER que, assim como as Ligas Camponesas, permaneceu lutando pela reforma agrária até 1964.

Nesse cenário, muitos movimentos camponeses surgiram, disputando a representação dos trabalhadores rurais no território brasileiro. O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, reuniu algumas dessas forças e serviu para consolidar melhor a proposta de uma reforma agrária radical.

A Igreja Católica, em seu setor mais progressista, liderada pela Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), formou o Movimento de Educação de Base, que contou com a participação de Paulo Freire e sua proposta de alfabetização e formação política dos trabalhadores. A Teologia da Libertação, movimento da Igreja Católica, estabeleceu as bases do conteúdo dos ensinamentos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), criadas no início dos anos 1960. Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) pela Igreja Católica, que ainda hoje constitui uma das grandes forças políticas articuladoras no meio social rural.

As principais instituições que apoiavam a luta camponesa e o Governo Federal desejavam transformar as organizações já existentes em sindicatos, institucionalizando-os e, assim, facilitando sua subordinação ao Estado. Durante esse processo foi criada, em 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Mas as Ligas Camponesas, por exemplo, não entraram na Confederação, pois não apoiavam a sindicalização e, conseqüentemente, foram alvo de perseguições e tiveram vários de seus líderes presos.

Em 1964, o presidente eleito João Goulart foi destituído pelos militares que tomaram o poder. Toda a luta política dos trabalhadores, seja no campo ou na cidade, foi aniquilada pela repressão, acabando com qualquer possibilidade democrática no Brasil. Além disso, como aponta Fernandes (2000),

No campo, o avanço do capitalismo fez aumentar a miséria, a acumulação e a concentração de riqueza. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Também expropriou e expulsou da terra os trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado e produzindo um novo personagem da luta pela terra e na luta pela reforma agrária: o bóia-fria (p.41).

Dessa maneira, durante o governo militar, o modelo proposto e colocado em prática no campo priorizava a agricultura capitalista, ao invés da camponesa, modificando completamente sua estrutura. Tal modelo propunha a agricultura com base na grande propriedade aliada a sistemas de créditos e subsídios, sendo conhecida como a política da “modernização conservadora”. Conseqüentemente, a concentração fundiária aumentou, intensificando os conflitos no campo e, na década de 1970, tornou-se um dos principais problemas do governo militar, levando-o a utilizar o “recurso de desapropriação” com bastante intensidade. A desapropriação havia sido colocada como exceção dentro do modelo de reforma agrária concebido

pelos militares e embasado no Estatuto da Terra, elaborado no início da Ditadura. No Estatuto, os projetos de colonização e a tributação eram as diretrizes do plano de reforma agrária. A militarização do problema da terra surgiu entre as décadas de 1960 e 1970, na tentativa do governo de controlar a questão agrária.

Desde então muitos outros órgãos e projetos foram criados e, hoje, o governo tem no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 1970, seu órgão para administrar a questão da Reforma Agrária. O próprio sentido atribuído à sigla mostra que a colonização era considerada um elemento fundamental nos planos da Ditadura, pois se acreditava que esta seria a maneira pela qual o governo conseguia contornar a questão agrária sem promover efetivamente a reforma agrária. Assim, houve um grande estímulo para que a migração de mão-de-obra seguisse em direção à região da Amazônia.

Tal militarização provocou muita violência, sendo que duas se destacam: a violência do peão ou jagunço com ou sem ajuda da força pública e a violência da polícia, na defesa dos interesses dos latifundiários. Em 1985, último ano do governo militar, um trabalhador rural era assassinado a cada dois dias.

Apesar disso, a luta dos trabalhadores rurais pela sobrevivência e por sua **resistência** continuou e, em 1979, uma **ocupação** no Estado do Rio Grande do Sul inaugurou o processo de formação do MST. No dia 7 de setembro, 110 famílias ocuparam a Gleba Macali, no município de Ronda Alta. Outras ocupações de terra se seguiram e, no início da década de 1980, várias experiências nos Estados do Sul, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul ocorreram. Apesar do Movimento também ter contado com o apoio de outras instituições, como a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sempre buscou sua autonomia, diferentemente dos outros movimentos. No processo de desenvolvimento do MST houve ainda outro movimento, que reuniu os 5 Estados do Sul, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul, formado em 1983. Nessa mesma época, surgiu também um novo sindicalismo dentro da luta dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista, que organizou greves no bojo desse processo de redemocratização. A partir daí, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), na mesma época em que ocorria a criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Assim, o processo de gestação do MST ocorreu entre 1979 e 1984, em um período repleto de conquistas alcançadas por meio da organização da luta pelos trabalhadores da cidade e do campo. No 1º Encontro Nacional, em 1984, o MST foi

oficialmente fundado pelos trabalhadores, dentro do processo de “especialização da luta pela terra”, ou seja, no processo em prol dos espaços de luta, que criaram as condições para que o MST se territorializasse por todo o país, unindo os movimentos que antes eram isolados. Esse era o desafio proposto, em 1985, ao formalizarem a Coordenação Nacional, bem como ao organizarem viagens periódicas dos militantes e lideranças, em que eram realizados encontros de formação, quando compartilhavam seus conhecimentos e refletiam a respeito das experiências e das diferentes realidades regionais encontradas ao longo do território brasileiro. Contudo, muitas vezes, tinham que enfrentar a visão localista ao tentarem colocar em prática a política de especialização da luta.

Apesar do esforço dos membros do Movimento e do fim da Ditadura e, conseqüentemente, do início de um novo período da história nacional, os planos do governo para a reforma agrária demonstravam que as lutas sociais ainda não estavam chegando ao fim, mesmo com o apoio dado pelos partidos de esquerda à eleição de Tancredo Neves à presidência, o que ocorreu em 1985 quando ele foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. Os trabalhadores sabiam que a reforma agrária era essencial para a conquista da democracia e, nessa época, lançaram o lema “*SEM REFORMA AGRÁRIA NÃO HÁ DEMOCRACIA*”. Também haviam aprendido que, para que isso pudesse ocorrer, deveria haver uma participação efetiva do povo e que a “**OCUPAÇÃO [SERIA] A ÚNICA SOLUÇÃO**”, uma vez que o governo praticava (e ainda pratica) uma política de assentamentos e não de reforma agrária propriamente dita. Segundo Fernandes (2000),

Uma das ações que marcam a identidade do MST é a ocupação da terra. No processo de construção do MST, a ocupação é o ponto de partida. (...) Sem as ocupações não existiriam a maior parte dos assentamentos rurais. (...) Aproximadamente 77% dos assentamentos implantados nas regiões Sul e Sudeste, nos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, e nos Estados do Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, no período 1986 – 1997, foram originados por meio de ocupações de terra (p.97).

Entre 1985 e 1990, o MST expandiu-se por 18 Estados, consolidando-se através da infraestrutura dos assentamentos. Nesse intervalo de tempo, duas esperanças transformaram-se em grandes fiascos, ou melhor, em obstáculos ao desenvolvimento da reforma agrária: o fracasso do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), decretado pelo presidente José Sarney em 1985, e a questão da

terra como elaborada na Constituinte de 1988. Em relação à Reforma Agrária, como aponta Fernandes (2000),

Em 1989, no final do governo Sarney, haviam sido assentadas 84.852 famílias, das 1,4 milhão de famílias, o que significava apenas 6% do Plano Nacional de Reforma Agrária. E esse número foi muito mais resultado do sangue derramado na luta. Nesses cinco anos, foram assassinadas 585 pessoas, uma média de cento e dezessete assassinatos por ano. Assim, esse primeiro período de “democracia” da Nova República mostrou-se ainda mais violento que os vinte anos de ditadura militar, quando foram assassinadas 884 pessoas (p.189).

Depois que o PNRA foi inviabilizado, houve muitas trocas de ministros e presidentes do INCRA, mantendo-se sempre os ruralistas no controle, até sua completa extinção, em 1990. O governo do presidente Fernando Collor (de março/1990 a outubro/1992) não apenas constituiu um período de grande perseguição ao MST, inclusive através da Polícia Federal, como também não promoveu a reforma agrária. Mesmo assim, durante esse período, o MST passou a se preocupar ainda mais com sua organicidade e com os sistemas de cooperativas, como forma de aumentar sua força de **resistência**. Segundo Fernandes (2000),

A resistência é uma força política construída pela organização e fortalecida pela consciência dos direitos; é tanto uma forma de impedir que as forças contrárias à reforma agrária ampliem seu espaço político, quanto um processo de construção e dimensionamento do espaço político dos sem-terra. Portanto, a resistência demarca, no campo da luta de classes, a linha divisória das ações de poder que se movimentam de acordo com a competência e a criatividade de ambas as classes (p.101).

O ano de 1993 foi marcado por uma importante conquista: pela primeira vez, depois de nove anos de fundação, a Coordenação Nacional do MST foi recebida pelo Presidente da República, que nessa época era Itamar Franco. Como assinala Fernandes (2000), os líderes do MST “Também reuniram-se com o presidente do Banco do Brasil e com o secretário-geral do Ministério da Agricultura para discutirem os recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária” (p.250).

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso ganhou as eleições para Presidente da República e implantou uma política de assentamentos rurais. Como aponta Fernandes (2000),

Os conflitos agrários existentes no Brasil são consequência de uma situação histórica que as políticas públicas não foram capazes de reverter. São necessárias, portanto, profundas mudanças no campo. O governo Fernando Henrique vai enfrentar essa questão, com vontade política e decisão, dentro do estrito respeito à lei. Com o aumento substancial dos assentamentos a cada ano, o objetivo é atingir a cem mil famílias no último ano de governo. Essa é uma meta ao mesmo tempo modesta e audaciosa,

já que os assentamentos nunca superaram a marca anual de 20 mil famílias (p.251).

Apesar de sociólogo, Fernando Henrique parece não ter conseguido sair de sua política neoliberal, provocando em seu governo o crescimento do desemprego e a intensificação da luta pela terra, apesar da melhoria do diálogo com o Movimento. Houve um crescimento da demanda de interessados em participar das lutas e também um aumento do número de ocupações. Em torno de 280 mil famílias foram assentadas ou tiveram suas posses regularizadas durante seu primeiro mandato.

Em 1998, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, por causa do Plano Real, houve uma diminuição do valor da terra em 50%. Essa nova conjuntura possibilitou ao governo FHC a implantação de uma política para resolver o problema dos latifundiários e tentar diminuir o poder de pressão dos sem-terra. Para tanto, o governo criou o projeto-piloto Cédula da Terra, que foi implantado em 1997, nos Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Esse projeto teve a participação do Banco Mundial e foi desdobrado, em 1999, no chamado Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.

Desse modo, o governo tentou transpor a questão política para o plano econômico, tentando institucionalizar a proposta de reforma agrária através do mercado. Os militantes do Movimento se opuseram a essa política e continuaram lutando. Segundo Fernandes (2000), de acordo com dados de pesquisa realizada por Gasques e Conceição em 1999, o público potencial para a reforma agrária era constituído de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, ocupantes e assalariados. Assim, segundo o autor,

tendo como referências os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, esses autores chegaram ao número de 4.514 mil famílias. A partir desse dado, os pesquisadores estimaram a área necessária para o assentamento, tendo como referência o módulo em hectares por família, em torno de 160.000.000 de ha. (...) no período de 1979 a junho de 1999, foram assentadas 475.801 famílias. Ou seja, o equivalente a 10,5% do público potencial, enquanto a área equivale a 14% (FERNANDES, 2000, pp.301-302).

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o MST viu a esperança de uma ampla reforma agrária ser substituída, no primeiro mandato, por uma política de “não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la apenas nas áreas onde ela pudesse “ajudar” o agronegócio” (CPT, 2011, p.56). Já no segundo mandato,

o governo de Luiz Inácio deu início à contra-reforma agrária acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. O II Plano Nacional de Reforma Agrária terminou em 2006, e o governo do PT tinha implantado apenas 149.490 assentamentos novos, ficando a diferença (231.929) para a regularização, reordenação e reassentamentos fundiários. Ou seja, o Incra cumpriu apenas 37% da Meta 1 dos assentamentos novos, deixando de assentar 250.510 famílias. Até 2009 o governo do PT assentou de fato pouco mais de 197 mil famílias, embora o ufanismo do Incra anuncie que assentou 573 mil famílias (CPT, 2011, p.56).

Segundo as últimas estimativas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), “o total de pessoas acampadas no País passou de 400 mil para menos de 100 mil entre 2003 e 2010”. Para os líderes do MST citados na reportagem, o crescimento do número de postos de trabalho no País, em especial aqueles ligados à construção civil, “absorve grande volume de trabalhadores egressos do campo, com pouca especialização profissional, que eram os primeiros a se mobilizar pela reforma, desejosos de retornar ao local de origem” (INCRA em AGÊNCIA ESTADO, 2011)<sup>10</sup>.

Apesar da diminuição do total de pessoas acampadas no Brasil, é importante ressaltar que a concentração de terra continua altíssima, conforme dados do Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

que demonstram que a concentração de terras continua no mesmo patamar nos últimos 20 anos. (...) O índice de Gini (que mede o grau de concentração de terras) está em 0,854 (quanto mais próximo do 1, maior é a concentração). Não houve alterações substantivas em relação ao resultado de 1985 (0,857) e 1995/1996 (0,856). Os estabelecimentos de mais de mil hectares, que correspondem a apenas 0,91% dos proprietários (menos de 50 mil), concentram mais de 43% da área agricultáveis. Os latifundiários acima de 2 mil hectares são apenas 15 mil fazendeiros, que detêm 98 milhões de hectares. Já os estabelecimentos rurais de menos de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área. As pequenas propriedades (com até 100 hectares) ocupam menos da metade da área total (40,7%), embora representem mais da metade (66%) do total de estabelecimentos rurais. O nosso país possui uma área territorial de 850,2 milhões de hectares. Desta área total, as unidades de conservação ambiental ocupam aproximadamente 72 milhões de hectares, e as terras indígenas 125 milhões. A área total dos imóveis cadastrados no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é aproximadamente 420,4 milhões de hectares (MST, 2010, p.14).

---

<sup>10</sup> MST vive crise e vê cair número de acampados. **Agência Estado**. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 28 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,mst-vive-crise-e-ve-cair-numero-de-acampados,698284,0.htm>> Acesso em: 22 mai. 2011

## ESTRUTURA DOS ACAMPAMENTOS

E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infância, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?

(ALMEIDA GARRET em SARAMAGO, 2000, p.7)

É nos acampamentos que se encontram as famosas lonas pretas. A terra escolhida, mas não prometida, foi antes investigada, namorada. Na maior parte das vezes, trata-se de um latifúndio classificado como improdutivo. Ela se transforma, agora, no destino de famílias que se uniram ao Movimento. Muitas delas receberam em casa a notícia do processo de ocupação, por meio de militantes, e desconheciam, inclusive, a existência do MST.

Normalmente, a ocupação se dá de madrugada e a terra vai aos poucos recebendo todo o grupo. As crianças dormem no colo. Alguns estão com medo. A ansiedade é crescente. Será que serão expulsos ao amanhecer e terão de permanecer do outro lado da cerca, na estrada? Afinal, é via pública e ninguém pode tirá-los de lá. Mas essa estadia na estrada às vezes dura muito. Outras vezes, ocorre um vai e vem constante de pessoas atravessando a cerca. Todo cuidado é pouco no movimento de ocupação e resistência, pois não é raro haver pessoas infiltradas pelos latifundiários ou pelo poder público no grupo. Além disso, há sempre o risco das famílias, ao chegarem, serem recebidas por tropas de jagunços ou policiais e a violência pode ser muito grande. O risco, em geral, torna-se maior dependendo da região do país onde se encontra o latifúndio ocupado.

A agilidade com que se levanta o acampamento impressiona. Isso só é possível graças à divisão de tarefas por grupos de trabalho ou Setores. Há gente à procura de água, outros são responsáveis pela organização dos barracos (familiares), ou pela preparação da comida. Há, ainda, o pessoal da segurança, das cirandas (lugares para o cuidado com as crianças), entre outros. A lona preta se aquece muito com o nascer do sol e é quase impossível ficar dentro do barraco. A noite também não é tranquila, pois o calor não permanece e o frio gelado entra pelos buracos.

É preciso ter regras, e elas são bastante rígidas. Delas dependem a segurança e a organização dos acampados. Não é permitida bebida alcoólica dentro do acampamento e nenhum tipo de droga, com exceção do cigarro. O entrar e sair do acampamento também é restrito, pelo menos até que a situação se estabilize, o que irá depender do conflito a ser enfrentado. A partir daí as situações políticas podem ser as mais variadas, mas a pressão sobre os acampados sempre oprime o ar. A organização também é necessária para tornar o ambiente menos árido, através de um mínimo de infraestrutura.

Dependendo do tempo de permanência no acampamento – a espera pode durar anos – os barracos de lona vão sendo substituídos por barracos de madeira. Usam-se materiais distintos de acordo com a região do Brasil na qual se encontram, e os cuidados vão desde forrar o barraco com blocos de caixa de leite defeituosos, em que o alumínio fica voltado para fora, até o uso de varas de marmeleiros e folhas de palmeira.

No caso dos latifúndios considerados improdutivos, se a terra ocupada for conquistada, deve-se ter o aval do INCRA, que inicia o processo de desapropriação e o antigo dono da terra é ressarcido. O Governo paga pela terra desapropriada e os assentados somente recebem o direito à posse da terra, mas não o título. Ocorre, então, o cadastramento das famílias e a divisão dos lotes individuais. Esse processo pode demorar muito tempo e neste estágio é possível classificar o grupo como de pré-assentados, isto é, de pessoas que estão aguardando o assentamento definitivo.

Segundo recente reportagem<sup>11</sup> do MST, “Mais de 186 mil famílias estão acampadas no Brasil, de acordo com o próprio Incra, das quais 60 mil famílias são [organizadas] no MST”.

Nesse estágio do processo, o trabalho das mulheres é essencial para o bom funcionamento do acampamento. Como apontam Campos et al. (s/d), é ele que oferece

um apoio logístico basilar para se chegar ao objetivo do direito e da posse da terra o que permite a ela ter poder de decisão no espaço do acampamento. Porém quando há o acesso à terra não é de causar espanto que hajam desavenças e separações conjugal já que a prática mais comum adotada no meio rural prescreve nestas situações a permanência dos

---

<sup>11</sup> MST. **Governo assentou apenas 1.651 famílias do MST**. Disponível em <<http://www.mst.org.br/Governo-assentou-somente-1600-familias-do-MST>> Acesso em 22 Jan 2012.

homens na terra e a titularidade da terra predominantemente em nome o “chefe da família” (p. 6).

## ESTRUTURA DOS ASSENTAMENTOS

Os assentamentos são partes fundamentais da infraestrutura que representa a consolidação do MST em cada estado (Fernandes, 2000, p.171).

A questão da **produção** e sua organização é um dos grandes desafios do Movimento, assim como o subsídio para sua **resistência**. Porém, resistir ao modelo econômico agrícola que os expropriou gera uma imensa dificuldade.

A partir de reflexões e debates sobre as experiências passadas e as teorias que tratam do capitalismo, os sem-terra buscaram desenvolver diferentes formas de sobrevivência, como a organização em cooperativas nos assentamentos e a luta por programa de crédito agrícola. O desenvolvimento das cooperativas agrícolas é uma forma de resistência política e econômica.

A lógica que rege esse pensamento é o da sobrevivência, entre outras coisas, pois, ao se unirem, os sem-terra fortalecem o grupo para permanecer na terra conquistada coletivamente. Desse modo, com o tempo, eles perceberam que, ao serem assentados, o trabalho e a luta estão apenas começando.

Por volta de 1986, foi criado o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), que se tornou a principal linha de crédito dos assentados. Na década seguinte houve um corte de crédito e uma mudança para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A cooperação agrícola entre os assentados não se faz somente por meio das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Existem também as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPPs) e as Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais (CPSRs). Além disso, há diferentes formas de associação entre os assentados, como os grupos coletivos.

Com a permanência constante das lutas, acampamentos e cooperação agrícola embasando a resistência dos assentados, em 1989, passaram a existir 730 assentamentos, onde viviam 110.913 famílias, em 5.540.290 ha. Foram criadas até

então mais de 400 associações de produtores assentados. Nos últimos anos, a ampliação do Movimento foi bastante grande e, segundo o site do MST, com dados de julho de 2009<sup>12</sup>, “no total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais”.

Apesar disso, muitos problemas são enfrentados pelos assentados, segundo Fernandes (2000), como a “falta de infra-estrutura social básica, baixo índice de mecanização, dificuldade de armazenamento, transporte e comercialização da produção, baixa produtividade etc” (p.181).

Apesar disso, segundo o relatório da FAO (*Food and Agriculture Organization*), um organismo das Nações Unidas voltado para a agricultura e a alimentação,

O assentamento de populações rurais de baixa renda nas áreas desapropriadas pelo Incra revelou-se eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem no campo. Apesar das limitações dos assentamentos em termos de infra-estrutura social e econômica a pesquisa mostrou que os beneficiários da distribuição de terras geravam em média uma renda anual por família equivalente a 3,70 salários mínimos por família, valor este superior à média de renda passível de ser obtida por qualquer categoria de trabalhadores rurais no campo. Também verificou-se que a geração de renda nos assentamentos, embora aconteça de forma concentrada, colabora no sentido de melhorar o perfil da distribuição de renda geral (FAO/PNUD/MARA, 1992, em FERNANDES, 2000, p. 201).

Embora os assentamentos sejam reconhecidos como eficazes para a promoção do desenvolvimento local, e do esforço do MST para que a igualdade de gênero seja uma realidade nesses espaços, eles são territórios de manutenção dos valores patriarcais, uma vez que, como aponta Fauquet (2008), “apoiando objetivamente a pequena produção familiar, o MST cala-se sobre a divisão familiar e, portanto, sexual do trabalho que funda a agricultura familiar” (p. 8).

Dentre o público potencial para a reforma agrária, uma grande parcela era (e é) composta por mulheres que, durante todo o período de formação dos movimentos sociais rurais, passaram a reivindicar o direito à terra e, mais especificamente, o título de propriedade conjunta para casais em assentamentos de reforma agrária, conforme aponta Deere (2004). Apesar da Constituição Federal de 1988 estabelecer essa titulação conjunta ou somente ao homem ou à mulher, segundo a autora, “após

---

<sup>12</sup> <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330>

1988, houve relativamente pouca persistência em relação à implementação dos direitos da mulher à terra” (DEERE, 2004, p.3).

Um marco importante nesse sentido foi a Marcha das Margaridas<sup>13</sup>, realizada pela primeira vez em agosto de 2000, em Brasília, considerada a “maior manifestação nacional de mulheres rurais já feita” (DEERE, 2004, p.3). A Marcha das Margaridas foi

coordenada pela Comissão de Mulheres da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura em aliança com uma das organizações regionais de mulheres rurais autônomas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e com outros grupos (...) forçando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a revisar seus regulamentos (DEERE, 2004 p.3).

A Marcha das Margaridas “desde então teve outras edições em 2003, 2007, 2008 e 2009, sempre definindo uma pauta de reivindicações a serem entregues aos representantes dos poderes públicos federais” (MOTA, 2010, p.1).

Há ainda um sério problema em relação aos direitos das mulheres chefes de família, assim como de pessoas jovens solteiras, segundo Deere (2004), uma vez que geralmente o INCRA confere os direitos à terra a apenas uma pessoa da família, e, em geral, o homem é considerado o chefe da família.

Apesar disso, as mulheres têm ganhado maior espaço dentro e fora do Movimento nos últimos anos. Uma de suas cartilhas, “As mulheres e a Reforma Agrária”, produzida pela Secretaria Estadual do MST no Rio Grande do Sul em 1997, trata especificamente do tema. Nela o Movimento indica que:

Discutir sobre a participação da mulher é de fundamental importância para o avanço da luta pela terra e da Reforma Agrária. Como também para a transformação da sociedade. Pois as mulheres podem e devem vencer os preconceitos a partir do seu dia a dia. Fazendo valer a sua opinião e participando nas decisões dentro de casa, do assentamento, do acampamento e na sociedade (p.1).

---

<sup>13</sup> No dia 12 de agosto de 1983, “Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, presidente do Sindicato de Trabalhadores rurais de Alagoa Grande, município do Estado da Paraíba, foi assassinada por um pistoleiro, a mando dos usineiros da região do brejo paraibano. O crime foi brutal. Eram aproximadamente 18 horas e Margarida estava em frente a sua casa com o marido e o filho, quando um matador de aluguel deu um tiro de espingarda calibre 12, em sua face, deformando-a. Margarida, desde 1973 ocupava a presidência do STR, e à época de sua morte havia movido 73 ações trabalhistas de trabalhadores rurais das usinas por direitos trabalhistas. Esse foi o motivo do crime. Margarida foi uma das mulheres pioneiras das lutas pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil. Após a sua morte tornou-se um símbolo político, representativo das mulheres trabalhadoras rurais, que deram seu nome ao evento mais emblemático que realizam - a Marcha das Margaridas, uma mobilização nacional que reúne em Brasília milhares de mulheres trabalhadoras rurais no dia 12 de agosto.” Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/10399>> Acesso em 18 Ago 2012.

É uma difícil tarefa conciliar a luta pela terra a partir de uma agricultura familiar com a igualdade de gênero. Apesar disso, como aponta Deere (2004),

as relações de gênero devem mudar, o que por sua vez requer um crescimento no poder de barganha das mulheres dentro da família e da comunidade como medidas interativas e complementares. Mas esse é um processo muito mais lento e que ainda precisa se realizar (p.24).

O próprio MST passou a reconhecer a importância de evidenciar essa questão e enfatiza que um dos objetivos da reforma agrária popular é o de:

Garantir condições de participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção e na gestão de todas as atividades, buscando superar a opressão histórica imposta às mulheres, especialmente no meio rural (MST, 2010, p.43).

Na cartilha anteriormente citada, enfatiza-se a “luta de gênero”, e na orientação dada para a discussão sobre o tema afirma-se que:

Somos diferentes dos homens, mas politicamente iguais.” O gênero feminino está sufocado, não está vivendo todas as dimensões do ser humano: livre, completo, integral como pessoa. Vive reprimido, sempre tendo que esconder e sufocar o ser feminino (MST/RS, 1997, p.6).

Em seguida, a cartilha propõe a continuidade da discussão, levando em consideração as diferenças entre homens e mulheres e deixando clara a diferença de poder existente entre os sexos na sociedade brasileira:

O feminino e o masculino é algo bonito, que se complementam. Já o machismo é uma relação de força, de imposição de um ser sobre o outro, que reforça o capitalismo. O gênero masculino muitas vezes é obrigado a assumir posturas machistas, autoritárias, reprimindo sentimentos e às vezes chegando a ser desumanos. *Nós mulheres somos diferentes dos homens, mas não somos inferiores, politicamente somos iguais. Existe na sociedade o masculino e o feminino, mas ela está organizada PELO E PARA o masculino, falta a participação do feminino. Queremos é que o ser feminino participe da organização desta sociedade para que ela seja pensada pelos dois e para os dois. É muito comum nós já fazermos esta distinção dentro de casa, porque é uma coisa que está dentro da nossa cabeça* (MST/RS, 1997, p.9) (destaques da própria cartilha).

A discussão levantada pela cartilha, apesar de escrita há 15 anos, permanece atual e vai ao encontro do pressuposto da presente pesquisa, de que os papéis de gênero, tal como discutido anteriormente, são construídos social e historicamente e,

portanto, passíveis de mudanças. É neste sentido que consideramos que uma investigação sobre a percepção que os jovens assentados têm sobre a mulher pode nos dar uma ideia melhor sobre o “lugar do gênero no movimento”. Isto é, como assinala Cristiani (2004, em KARPINSKI, 2006), ao entendermos melhor o papel e a posição ocupados pelas mulheres nos assentamentos podemos ter também uma ideia melhor do lugar ocupado pelas questões de gênero no Movimento ou, pelo menos, como se dá neles a relação entre homens e mulheres, bem como se está ocorrendo alguma mudança nesse sentido. Desse modo, acreditamos poder contribuir para uma ampliação e aprofundamento da discussão e dos avanços ocorridos em direção a uma maior igualdade de gênero nos assentamentos do MST em todo o país.

## **CAPÍTULO III – NOSSO ESTUDO**

O presente estudo visa agregar conhecimento a respeito das relações de gênero dentro dos assentamentos do MST e, em especial, de como estas são percebidas pelos jovens que vivem nesses assentamentos e que hoje são militantes, ou seja, lideranças formadas dentro do próprio Movimento. Além disso, objetivamos melhor conhecer a opinião dos assentados/as sobre o que é ser homem e ser mulher, já que, como apontam Rua e Abramovay (2000), entender melhor “os atributos de gênero que aparecem através do sexo [são] uma das maneiras de abordar a lógica das relações de poder que imperam na nossa sociedade” (p. 227).

O presente trabalho pressupõe a coexistência, nos assentamentos do MST, da visão tradicional e hierarquizada sobre homens e mulheres e seus respectivos papéis e posições, juntamente com uma visão mais moderna, pautada na igualdade de gênero e que começa a ser introduzida. Contudo, é nosso ponto de vista que a visão dominante ainda é a visão tradicional, apesar de algumas mudanças, tendo em vista que se pode observar ainda a existência de submissão por parte das mulheres em relação aos homens, ou seja, de que há uma diferença de poder entre eles.

### **3.1. OBJETIVOS**

#### Objetivo Geral

Investigar a percepção que jovens estudantes do curso de Serviço Social da UFRJ, de 17 a 27 anos, militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de ambos os sexos, têm sobre o papel e posição social da mulher na sociedade, de modo geral, e nos assentamentos do MST, em particular.

#### Objetivos Específicos

1.1. Analisar o papel e inserção social da mulher na estrutura do MST, nas relações familiares e nas relações de trabalho (doméstico e externo), a partir da perspectiva de jovens militantes de ambos os sexos do Movimento;

- 1.2. Compreender o impacto dessa visão para a construção das lógicas de poder no MST, de modo geral, e da identidade dos jovens entrevistados, de forma específica;
- 1.3. Identificar, por meio de fotografias, como os jovens militantes retratam a mulher;
- 1.4. Contribuir para a reflexão que o próprio MST tem realizado sobre a juventude rural militante e as relações de gênero nos assentamentos e acampamentos.

### **3.2. PARTICIPANTES**

Conforme apontado acima, o estudo fará uso de entrevistas semi-dirigidas que serão gravadas e transcritas na íntegra. Os textos resultantes dessas entrevistas serão submetidos a uma análise de discurso, tendo em vista que concordamos com Losada e Rocha-Coutinho (2007) quando afirmam que costumes, modos de ser e de fazer são construídos discursivamente, constituindo identidades e subjetividades”. Além disso, será solicitado a cada participante que tire fotos que, segundo eles, retratem a mulher. Estas fotos serão também analisadas. Os participantes do nosso estudo serão seis jovens, de ambos os sexos, provenientes de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que atualmente estão cursando o primeiro semestre da graduação de Serviço Social da UFRJ, constituem o grupo estudado. A escolha dos jovens seguiu três critérios básicos: (i) terem entre 15 a e 29 anos de idade, conforme a definição de juventude escolhida pelo presente trabalho, (ii) serem considerados militantes do MST e (iii) terem participado das atividades do Movimento em acampamentos ou assentamentos nos últimos 05 anos.

### 3.3. METODOLOGIA

Quando o objetivo é investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu próprio contexto, ou seja, apreender uma sequência de eventos e processos que, em seu encadeamento, constitui a própria questão a ser observada, acreditamos que a metodologia deve se direcionar para a exploração do fenômeno estudado e para a riqueza de suas interações. O problema aqui estudado – a visão de jovens assentados sobre o papel e a posição social da mulher na sociedade, de modo geral, e nos assentamentos do MST, em particular – dificilmente seria compreendido se separado de seu contexto. Em vista disso, a análise de discurso emerge como um método mais adequado para abordar a questão (LOSADA e ROCHA-COUTINHO, 2007).

Optamos por entrevistar jovens estudantes e militantes, de ambos os sexos, oriundos do MST, em função de estarem possivelmente envolvidos nos processos de mudança que porventura possam ocorrer neste sentido dentro do MST, um dos principais movimentos sociais contemporâneos brasileiros. Além das entrevistas, foi pedido a esses jovens que tirassem fotografias que considerassem mais representativas do que é ser mulher.

Acreditamos que, ao fazer uso de entrevistas individuais, bem como de imagens fotografadas, poderemos ter uma melhor compreensão a respeito da percepção desses jovens sobre a mulher, dentro e fora do MST. Os dados verbais obtidos através do uso de entrevistas individuais, a nosso ver, são importantes para que se possa compreender e explorar fatos e atividades, bem como sentimentos, o que ocorre porque, como aponta Rocha-Coutinho (2006), ao falar sobre suas vidas, as pessoas, de um modo ou de outro, explicitam como foram construídas suas identidades, como articularam suas experiências e que significado assumem para elas.

As entrevistas seguiram um roteiro previamente elaborado, agrupado segundo núcleos temáticos pré-estabelecidos a partir da pesquisa bibliográfica, da própria vivência da pesquisadora no campo e, principalmente, do foco estabelecido para a pesquisa, abrangendo a história do assentamento e do próprio MST (Anexo 1).

Conforme apontado anteriormente, para a identificação da percepção dos jovens militantes sobre a mulher, além das questões contidas no roteiro utilizado nas entrevistas, também foi solicitado aos participantes que tirassem fotos e, posteriormente, que discorressem sobre as mesmas. Para tanto, cada jovem recebeu uma câmera fotográfica digital e foi, então, pedido a eles que tirassem fotos que respondessem à pergunta “O que é ser mulher?”, em concordância com o que é considerado nos estudos que utilizam a fotografia na pesquisa como função autofotográfica<sup>14</sup>. A esse respeito, afirmam Neiva-Silva e Koller (2002):

Posteriormente, é solicitado a tirar determinado número de fotos na tentativa de responder a uma questão específica. Após a revelação do filme, é analisado o conteúdo das fotos. Em parte das pesquisas, são também desenvolvidas entrevistas com os participantes com o intuito de se levantar as percepções a respeito das suas próprias fotografias. (...) neste caso, são considerados importantes tanto o conteúdo, quanto o autor das fotos, assim como a sua percepção em relação às próprias imagens produzidas (p. 3).

Para que fosse possível que os participantes fizessem essa segunda etapa da entrevista – a de comentar sobre as fotos tiradas – no mesmo dia, a revelação do filme foi substituída pela inserção das fotos digitais no computador que eram exibidas na tela para que cada um dos entrevistados, em separado, comentasse suas imagens. A escolha de fazer as fotos no mesmo dia – tendo em vista que os entrevistados estavam retornando a seus assentamentos no dia seguinte – prejudicou um pouco, a nosso ver, as imagens, uma vez que limitou a escolha das mesmas ao espaço no qual os entrevistados estavam, gerando muitas vezes fotos repetidas, ainda que com comentários únicos e próprios. Para a apresentação e análise das fotografias neste trabalho, estas foram transformadas em desenhos por meio do programa gratuito *FotoSketcher 2.20*<sup>15</sup>, com o uso do efeito estilizado “*cartoon 1*”, o que possibilitou preservar a identidade das pessoas fotografadas, sem prejuízo para compreensão das fotos tiradas.

Em um método de coleta de dados como entrevistas, é preciso ter clareza das expectativas do pesquisador e dos informantes, acerca tanto do tema tratado como do seu interlocutor. As expectativas do entrevistador já se encontram presentes na própria construção do instrumento de coleta de dados e nas informações que

---

<sup>14</sup> O método autofotográfico foi inicialmente descrito por Robert Ziller no final da década de 1970 (NEIVA-SILVA e KOLLER, 2002, p. 8)

<sup>15</sup> <http://www.fotosketcher.com/>

apreende ou não do contexto. Já os dados obtidos dos informantes sofrem a interferência de diversos fatores que podem intervir na veracidade da informação dada, tais como: a expectativa do entrevistado de obter alguma vantagem fornecendo determinada informação, a perda da espontaneidade pela preocupação de que a opinião fornecida seja utilizada de forma indevida ou mesmo de que ela agrade o pesquisador, além de fatos ocorridos durante o próprio processo de entrevista ou no período que antecede os encontros do entrevistado com o entrevistador. Além disso, segundo Haguette (1987), “temos que reconhecer que estamos recebendo meramente o retrato que o informante tem de seu mundo, cabendo a nós, pesquisadores, avaliar o grau de correspondência de suas afirmações com a ‘realidade objetiva’, ou factual” (p. 88).

As entrevistas foram baseadas em roteiros que foram modificados ao longo da própria entrevista, visando uma melhor apreensão das percepções dos participantes, pois, apesar de se basearem em um roteiro pré-estabelecido, acreditamos que as entrevistas devem permitir que os entrevistados discorram sobre o assunto com certo grau de liberdade (RICHARDSON, 1999, p. 161-172). Com a prévia autorização dos entrevistados e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 2), as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. O presente projeto respeitou os procedimentos de natureza ética, de forma a garantir os direitos ao sigilo e à desistência a qualquer tempo, sem prejuízo de qualquer ordem. Uma vez que é impossível a garantia de total anonimato, por se tratar de entrevistas *in loco*, almeja-se a confidencialidade.

Além das entrevistas, incluímos também dados que consideramos relevantes para nosso estudo, como a coleta e análise dos registros oficiais (como cartilhas do próprio MST) e dos registros jornalísticos (reportagens de jornal, revistas, sites informativos, periódicos) sobre o MST, além de monografias e teses produzidas sobre o Movimento. Nosso objetivo é reunir os dados indiretos (formalmente registrados) e as informações obtidas por meio das observações e das entrevistas para uma análise crítica da inserção social da mulher nos assentamentos do MST e da percepção que os jovens militantes, de ambos os sexos, têm sobre essa questão.

Acreditamos que, em um primeiro momento, faz-se importante uma análise da origem, da concepção e das diretrizes oficiais do movimento para melhor

compreensão do contexto social e político em que este está inserido. Em seguida, é importante compreender o contexto de vida e o cotidiano dos jovens militantes. Desse modo, pode-se partir para a análise das entrevistas, comparando-se e verificando-se as confluências, congruências e incongruências dos discursos dos entrevistados com os dados coletados indiretamente, bem como com as visões e afirmações de autores que constam da nossa revisão bibliográfica. Segundo Haguette (1987), “o ponto-chave no controle de qualidade dos dados em todos os casos situa-se no uso sistemático de dados de outras fontes relacionadas com o fato observado a fim de que se possa analisar a consistência das informações e sua validade” (p.89).

### **3.4. ANÁLISE DOS DADOS**

Antes de procedermos a análise dos dados, acreditamos ser importante fornecer algumas informações adicionais que acreditamos podem melhor contextualizar o nosso estudo. Nossos entrevistados, três mulheres e três homens, são provenientes das cinco regiões do Brasil, o que pode trazer olhares culturalmente diversos para as questões levantadas nas entrevistas, enriquecendo, assim, a análise (ver quadro abaixo).

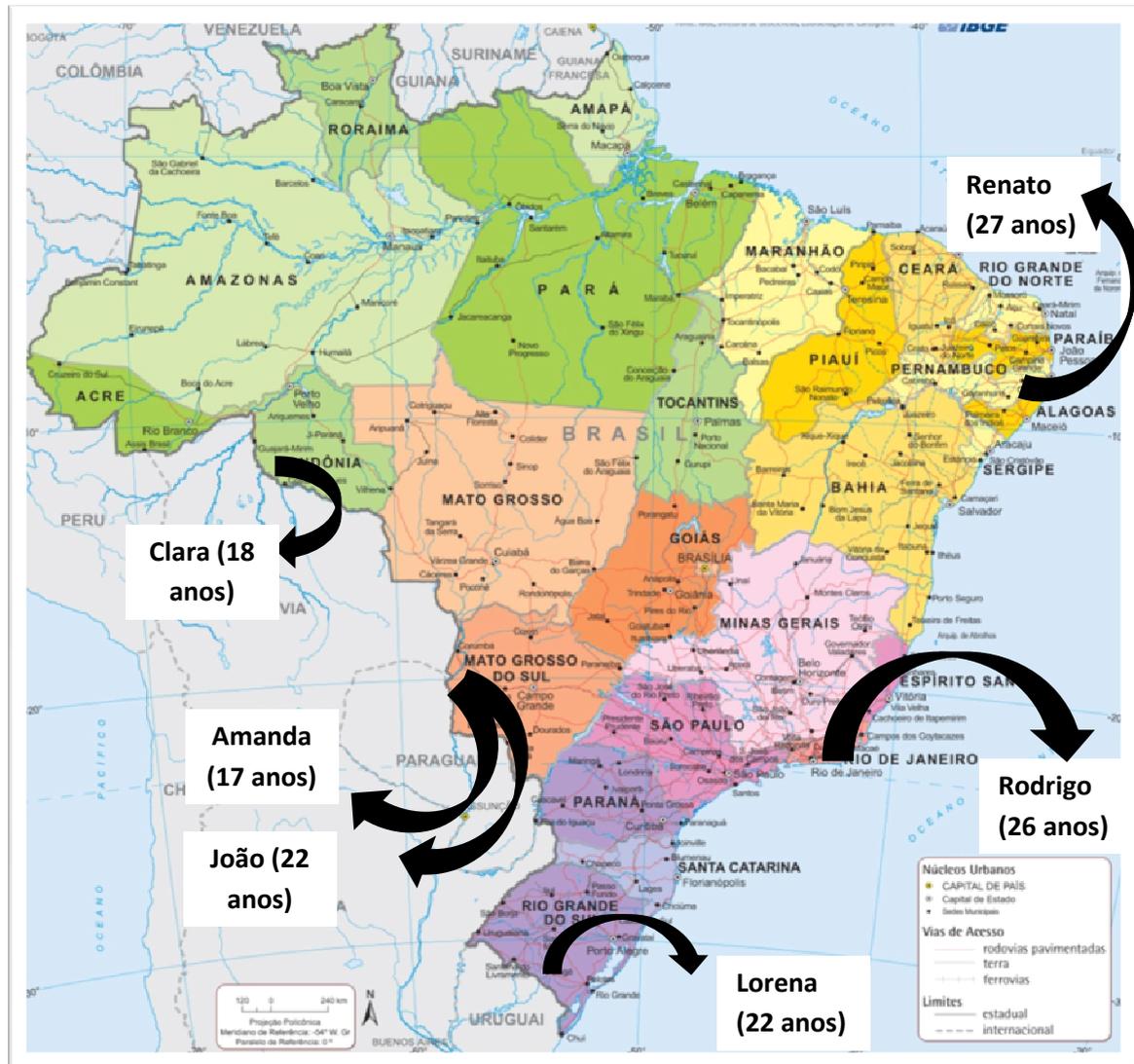


Figura 2 – Fonte original do mapa utilizado: IBGE. Disponível em: <<http://www.guiageo.com/brasil-mapa.htm>> Acesso em 23 nov 2011

Além das diferenças regionais, que influenciam não somente o contexto socioeconômico no qual os jovens cresceram, os seis militantes do MST também possuem distintos arranjos familiares, idades, etnia e sexo. O que, então, torna a análise abaixo importante? Clara, Amanda, Lorena, Renato, Rodrigo e João fazem parte do primeiro grupo de estudantes vinculados ao MST a estudarem no curso de graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ<sup>16</sup>. Todos são jovens militantes do MST, indicados por seus estados para

<sup>16</sup> Para mais detalhes sobre o processo de ingresso, ver: Notícia sobre o curso no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Anexo 3) e Edital para Ingresso na Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Anexo 4).

cursar a faculdade no Rio de Janeiro a fim de ter uma formação que auxilie seu trabalho de porta-vozes da ideologia do Movimento, bem como sua tarefa de disseminar práticas culturais e educativas ligadas ao Movimento, com a finalidade de dar continuidade à luta pela reforma agrária no país para além da conquista da terra. Este é um trabalho que objetiva a construção da cidadania, uma vez que no meio rural muitos dos aspectos básicos ainda são deficitários pela dificuldade de acesso aos equipamentos públicos de educação, saúde e transporte, por exemplo. Como afirma Wanderley (2007), “podemos e devemos ser cidadãos a partir do campo” (p. 138).

A partir de uma leitura crítica sobre o processo de reforma agrária, podemos entender, como apontam Guanziroli et al. (2001), que ela tem como “objetivo estratégico elevar a agricultura familiar à posição de protagonista do processo de geração e distribuição de riqueza no meio rural” (p. 250). Deste modo, o investimento não se esgota na conquista da terra, mas, antes, deve ir além, incluindo “a educação em seus diversos níveis, na formação profissional de educadores, trabalhadores da saúde, engenheiros e técnicos em agronomia, advogados, comunicadores, intelectuais etc.” (LEITE e DIMENSTEIN, 2011, p.121), Assim, os entrevistados estão, atualmente, matriculados no curso de graduação em Serviço Social da UFRJ, embora todos tragam um olhar sobre as questões de gênero a partir de sua inserção no Movimento.

A análise das entrevistas partiu de categorias por nós estabelecidas após a realização e transcrição das entrevistas, com o objetivo de apreender a percepção que os jovens estudantes do curso de graduação de Serviço Social da UFRJ, de 17 a 27 anos, militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de ambos os sexos, têm sobre o papel e posição social da mulher. Buscamos destacar, a partir das falas transcritas, aspectos divergentes e semelhantes em relação às categorias escolhidas:

- 1. Divisão do Trabalho no Movimento e na Família**
- 2. Relações de Poder entre Gêneros**
- 3. Identidade Sem-Terra**

Antes de seguir com a análise, faz-se necessária uma breve descrição dos entrevistados para que seja possível conhecê-los um pouco melhor:

**Clara** – Solteira, 18 anos, sem filhos, rondoniense. Cresceu sob a influência dos pais militantes, participando desde muito nova das atividades do Movimento. Sua irmã mais nova ainda mora com os pais. Milita no Setor de Cultura do MST.

**Rodrigo** – Solteiro, 26 anos, sem filhos, fluminense. Criado com a irmã apenas pela mãe e sem contato com o pai. Rodrigo conheceu o MST aos 16 anos, por intermédio da tia. É militante do setor de Saúde do Movimento.

**Lorena** – Separada, 22 anos, 01 filho, gaúcha. Seu pai foi acampar quando ela tinha 6, 7 anos, sendo seguido depois pela mãe, Lorena e por seu irmão. Hoje, seu irmão é caminhoneiro e os pais a ajudam a cuidar do filho depois que se separou do marido, também militante do MST. Lorena milita no setor de Cultura do MST.

**João** – Solteiro, 22 anos, sem filhos, sul-mato-grossense. Passou por grandes dificuldades financeiras e familiares quando, com cerca de 13 anos ingressou com os pais e 4 dos 10 irmãos no MST, por meio de amigas de sua mãe. No começo do assentamento ainda trabalhava no lixão com os irmãos para ajudar na sobrevivência da família. Afirma que o MST salvou a vida deles. Contribuía no setor de Cultura e atualmente trabalha no setor administrativo de uma secretaria do MST.

**Renato** – Casado, 27 anos, 01 filho, pernambucano. Ficou com os 3 irmãos mais velhos na cidade enquanto os pais e as irmãs mais novas foram para o acampamento em 2000. Desde 2005, atua no Setor de Educação do Movimento e é o único militante da família. Sua mulher não é do MST e permanece na cidade com seu filho para poder trabalhar.

**Amanda** – Solteira, 17 anos, sem filhos, sul-mato-grossense. Foi para o acampamento com a mãe e o pai, que já lá estava, com 5 anos. Tem um irmão e uma irmã mais novos e vive com a família. Com pai e mãe militantes, conta que, desde pequena, gostava de ficar na plenária ou nas atividades dos sem-terrinha, mas não na ciranda. Milita no setor de Cultura do Movimento desde o início da adolescência.

Segue abaixo a análise do discurso dos seis jovens militantes a partir das categorias estabelecidas:

## **1. Divisão do Trabalho**

Nessa categoria, analisamos questões relativas à compreensão dos entrevistados acerca da divisão de trabalho entre homens e mulheres como vivenciada por eles, bem como suas expectativas em relação a esse tema. Apesar da homogeneidade do grupo no que diz respeito à forma de ingresso no Movimento – como será visto mais à frente –, uma vez que os jovens militantes aqui entrevistados entraram no MST por meio de seus pais, desde o nascimento ou enquanto ainda crianças/adolescentes, muito se pode observar no que toca à diversidade de sua organização familiar. Para uma melhor compreensão dos discursos dos entrevistados, a presente categoria foi subdividida em:

**1.1. Divisão do Trabalho na Família**, ou seja, a vivência no núcleo familiar e a perspectiva trazida pelos jovens em relação a um ideal de divisão de trabalho entre homens e mulheres, principalmente no que diz respeito aos cuidados com os filhos e às tarefas domésticas;

**1.2. Divisão do Trabalho no MST** em que serão analisadas as questões ligadas à visão dos jovens militantes sobre o processo de igualdade de gênero em termos de representação dentro da hierarquia do MST e da participação da mulher nesse contexto de inserção política.

### **1.1. Divisão do Trabalho na Família**

A divisão do trabalho no interior das famílias de origem parece ainda seguir a divisão tradicional entre produção e reprodução, entre masculino e feminino, como aponta Brumer (em CARNEIRO e CASTRO, 2007, p. 42). Assim Lorena se refere a essas relações familiares, em que há permanência do modelo tradicional ainda vigente no campo brasileiro:

Eu trabalho, quando estou em casa eu trabalho muito no lote seco. Vou pra padaria, faço as coisas dentro de casa com a minha mãe (Lorena, 22 anos).

Os entrevistados criticam essa divisão tradicional ainda presente em suas próprias vivências, como se pode observar nas falas de Amanda e Renato acerca de suas fotografias:



Figura 3 - Fotografia tirada por Amanda

Isso aí representa a mulher, mas não é uma coisa... Infelizmente representa a mulher, né. O trabalho doméstico infelizmente é ligado à mulher hoje em dia. Não é uma coisa que eu goste, mas representa (Amanda, 17 anos).

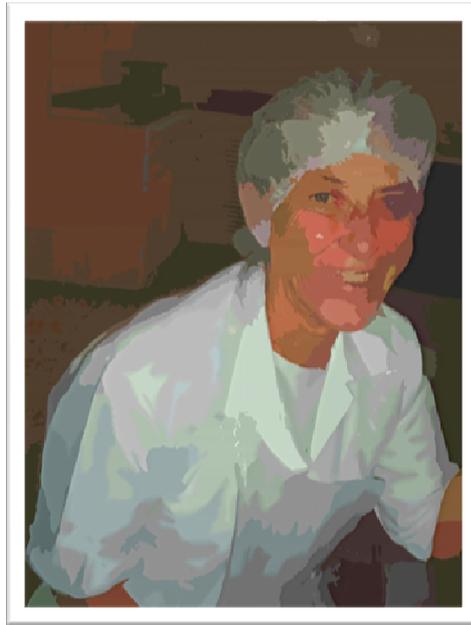


Figura 4 - Fotografia tirada por Renato

Também experiência, mas continua nessa relação, né, a maioria que predomina na cozinha são as mulheres, no espaço como esse, que a gente faz a relação entre as nossas companheiras e as que estão fora do Movimento. Mas também sabedoria (Renato, 27 anos).

Renato, como todos os entrevistados, faz uma reflexão sobre a construção desses papéis de gênero e a dificuldade de mudar o *status quo*. Ele, como os demais, observa que este é um processo que se constrói ao longo do tempo e não uma tarefa já terminada:

a gente pensa que manda... mas quem manda são as mulheres no MST... então... tem uma relação muito boa porque a gente concebe que de fato a luta é constituída de homens e mulheres... numa sociedade patriarcal como é a nossa... romper com esse paradigma de que é o homem quem manda é algo fundamental... então essa relação que a gente tem é muito boa... a gente compreende que pras mulheres... num dado momento... fica até mais difícil porque tem uma série de outras atribuições que as mulheres do MST também têm [...] ah... nos cursos normais... principalmente... a dificuldade é as mães... tem filho pequeno... tem que dirigir... assumir o comando... tem que estudar e tem que cuidar da criança... mesmo que a gente cuide também... dívida... tem (cirandeiros)... homens e mulheres que cuidam também das crianças... mas as mulheres se doam mais... porque tem que superar todos os limites... mas com esse (teste) muito grande... (Renato, 27 anos).

Deste modo, apontam em seus discursos para uma mudança no movimento, como defendida por Leite e Dimenstein (2011), em que “tanto a vivência coletiva dos cursos de formação quanto os conteúdos deles apreendidos passam a reconfigurar

os lugares anteriormente estabelecidos no interior do casal e do lugar da família.” (p. 127). Renato deixa isso claro ao explicar uma de suas fotografias:

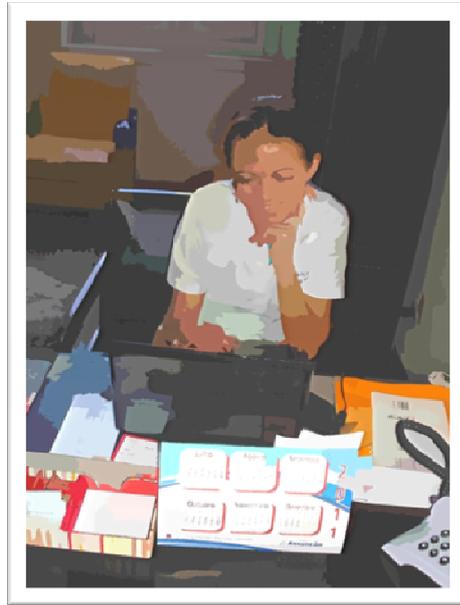


Figura 5 - Fotografia tirada por Renato

A mulher assumindo aí o comando, né. As mulheres não estão só no espaço da cozinha, mas sim comandando, organizando. E ordenando também... (Renato, 27 anos).

Porém, esse movimento não é linear. Ou seja, a leitura crítica apresentada traz, em diversos momentos, a permanência de antigas concepções, como na foto tirada e apresentada por Amanda para representar a mulher:

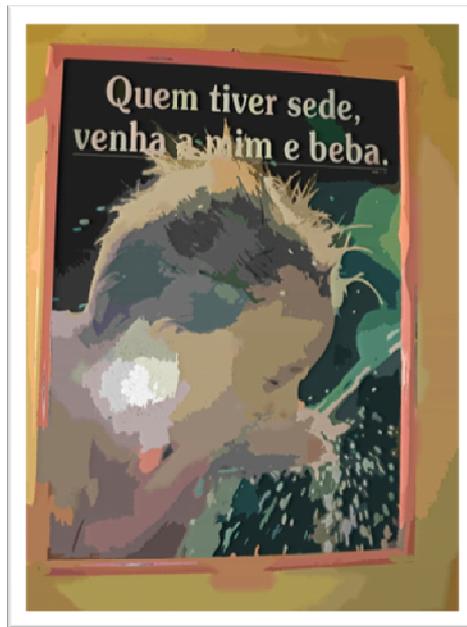


Figura 6 - Fotografia tirada por Amanda

A criança. Toda mulher, querendo ou não, tem vontade de, de um jeito ou de outro, tem vontade de ter uma criança, de cuidar, filho (Amanda, 17 anos).

Ao mesmo tempo em que enfatiza a existência de um instinto materno, Amanda acredita que a mulher deve fazer o que quer e gosta e não o que é estabelecido para ela pela sociedade:

tem que fazer o que ela gosta, o que ela tem vontade de fazer. Não tem que seguir o que a sociedade fala, né. Não tem que aceitar o papel que a sociedade coloca pra mulher nos dias de hoje. Acho que tem que fazer o que gosta. Se quer ser autônoma, se quer passar a dar aula, sei lá... qualquer outra coisa, sim, mas tem também aquelas mulheres muito amigas que talvez, lógico, que por causa da sociedade que vive e tal que "ah, meu sonho é casar e tal e cuidar do meu marido." Se gosta também, né, fazer o que? Lógico que é uma construção da sociedade que a gente vive. Colocar a mulher nesse papel. Assiste na televisão acha lindo a mulher cuidando da família, "ah meu sonho é isso". **Eu acho que nenhuma mulher deveria ter esse sonho, né (grifo nosso)** (Amanda, 17 anos).

Clara também traz essa contradição em seu próprio discurso ao valorizar o pai, que cuidou dela porque sua mãe viajava muito, apontando para uma "fissura num modo hegemônico de confabulação de um suposto universo feminino", como assinalam Leite e Dimenstein (2011, p.131). Contudo, ela também deixa transparecer certo incômodo, assumindo os cuidados do filho, ainda que não

considere isso uma responsabilidade sua, assinalando que ter consciência disso “não muda muita coisa”:

Minha mãe sempre viajou mais que ele então eu sempre vivi muito com meu pai. E assim, eu não posso dizer que foi horrível, né, que meu pai não soube cuidar de mim. Ao contrário. Então eu acho que é tudo uma questão da clareza que o homem tem sobre essa questão. (áudio ruim)... vou ter que cuidar desse moleque, né”. Não, é responsabilidade minha, mas tipo assim, não muda muita coisa se você já tem esse nível de clareza (Clara, 18 anos).

Em outro momento, Clara classifica como “bonitinho” o pai que cuida dos quatro filhos enquanto a companheira viaja para as atividades de militância. O fato de considerar isso “muito bonito” pode indicar uma concepção de que há algo fora dos eixos ou mesmo uma desvalorização encoberta por um aparente elogio:

Eu acho assim, que quando envolve filho é diferente. Você tem que ter um... você tem que entender que agora se trata de outra pessoa que depende de você. Mas... eu conheço... tem um companheiro, por exemplo, nosso de Goiás que é **muito bonito** ele cuidando dos filhos dele. Ele tem quatro filhos e na maioria é ele que cuida. Ele mora junto com a companheira dele e tal, mas ela anda muito, muito, muito. Então, quando ele sai... é ele que leva as crianças pra os encontros. Então assim, se a pessoa... se o homem já conseguiu chegar, né, nesse outro patamar de, de... clareza, é tranquilo (Clara, 18 anos) (grifo nosso).

Em outro momento, Clara volta a afirmar que, quando a mulher tem filhos, isso altera a vida do casal: “Acho que muda pros dois. Tanto pro homem quanto pra mulher. Mas isso também não precisa ser... o filho não precisa ficar... ela ficar presa dentro de casa cuidando do filho, né”.

As próprias contradições inerentes ao processo de leitura crítica da realidade na qual vivem são importantes para que haja, mais adiante, a superação das mesmas. É nesse movimento dialético, entre a prática vivenciada dentro e fora do Movimento, bem como a teoria que os militantes recebem durante seu processo de formação, que surge a possibilidade de reflexão sobre os papéis e de superação da contradição. Não há um sujeito pronto, com uma identidade pré-estabelecida e fixa porque, como afirmam Leite e Dimenstein (2011), “o sujeito não se sustenta enquanto uma experiência essencial, substantivada e que é depositário de uma verdade sobre si mesmo: a verdade da mulher diante de seu oposto, o homem” (p.131). Os jovens entrevistados também utilizam esse recurso de comparar os gêneros para diferenciar os papéis que cada um desempenha e, inclusive, para apontar suas críticas em relação ao que está instituído.

Além do processo de “redimensionamento” das funções domésticas provocado pela vivência e formação política, como apontam Leite e Dimenstein (2011), as diferentes estruturas familiares e condições objetivas de trabalho produzem outros tipos de arranjos e divisões de tarefa. Isso pode ser observado na fala de Lorena, abaixo, que menciona a manutenção – cuidados da casa e dos filhos sob a responsabilidade da mãe – e, ao mesmo tempo, certa ruptura na divisão tradicional – provimento financeiro ao encargo de ambos, pai e mãe – encontrada no campo:

É bem em conjunto, é bem compartilhado essas coisas. A minha mãe mais no sentido de cuidar, não sei se cuidar é a palavra, mas no sentido de cuidar da casa, assim. (...) Ele [pai] fica mais direto durante a semana mais no lote de arroz, porque como é longe, são 15 quilômetros do lote onde a gente mora, então ele tem que manter uma casa e fica lá. (...) Ele fica lá. Então, nesse sentido que eu falo, minha mãe fica mais em casa. Mas as coisas são bem conjuntas lá na questão de manter. Essa coisa financeira até: minha mãe por ser aposentada, meu pai por ter carreira do arroz e da cooperativa, essas coisas são bem conjuntas (Lorena, 22 anos).

Rodrigo também teve que se adaptar aos cuidados da casa, uma vez que sua mãe e irmã trabalham fora e ele ficou encarregado dos cuidados da casa e dos sobrinhos:

Eu comecei a aprender... era ruim na cozinha... dei uma melhorada... até porque a minha irmã me ensinava também... então daí eu fui e aprendi... era mais ela... a minha irmã... que cuidava... ela conheceu um cara... ai ela foi e se arrumou com o cara e teve três filhos... ai daí eu fico mais na casa dela... e como a minha irmã trabalha... eu que tomo conta dos meus sobrinhos e arrumo a casa dela também... então essas tarefas de casa assim... então a gente esta repartindo mais... então... que ela chega cansada... quando eu estou em casa... quando eu não estou fora... quem faz as tarefas lá sou eu e ela... eu e a minha irmã... e cuido das crianças também... porque você tem que ter esse diálogo... essa divisão de tarefas... porque senão fica tudo pra ela... e ai a minha mãe que chega cansada também... eu não vou deixar ela chegar numa casa pra arrumar... ai eu que dou essa força... mas se tem o dia de domingo... sábado... quem arruma é ela... que às vezes... fazer a comida assim eu deixo pra ela... mas dia de semana sou eu... (Rodrigo, 26 anos).

Também Renato assinala que as necessidades do próprio trabalho acabam por determinar a divisão das tarefas:

a gente sai e se divide bastante... como o trabalho no campo é muito árduo em dados momentos... no nordeste... os homens ficam sempre mais com os trabalhos mais pesados... você tem que cuidar do gado... fazer a ração pros animais... tirar o leite... mas as meninas também participam... pra cortar a palma... vão junto... em casa também... se necessário... a gente contribui... mas quando a gente vai fazer um trabalho no campo longe... algumas ficam

fazendo o almoço pra que quando a gente chegar a gente possa fazer isso... mas elas também trabalham no campo com a gente... vão pro roçado com a enxada... todo mundo trabalha [...] Ambos... se necessário... dependendo da conjuntura... meu pai quando vai pra cidade ele mesmo faz o almoço dele... se organiza... quando vão pro roçado os dois... quando voltam os dois fazem... (Renato, 27 anos).

Nas famílias dos entrevistados nas quais ambos os pais são militantes é preciso criar condições para que o cuidado com os filhos, a casa e a produção não fiquem prejudicados por causa das frequentes viagens. Clara e Amanda esclarecem esse panorama, no qual homens e mulheres precisam entrar em acordo sobre as pequenas e grandes tarefas do dia-a-dia, inclusive no tocante à própria militância:

A gente planta... a gente não tem como mexer com lavoura permanente, tipo café, porque é o tempo todo, né, porque meu pai viaja muito também. Então não dá. E a gente planta coisas... a gente planta frutas. Cupuaçu, açai, castanha. A gente cria peixe. Ele adora fazer diferente. Ele resolveu mexer com a criação de coelho. Não sei se vai dar certo, não sei se tá dando certo lá. E a (áudio ruim), boi agora e carneiro. E aí, a minha irmã ela tem onze anos agora, então ela vai pra escola e ajuda um pouco em casa aí meu pai... (...) Tipo, ela ajuda a lavar louça. Fazer essas atividades. Assim, ela varre em casa, só que não passa pano porque deixa pro meu pai passar. Aí meu pai passa brigando atrás, né. E aí... (...) [O pai] Ajuda. Quando a gente não tá em casa, nem eu nem minha mãe, ele faz a comida, né; ele limpa as coisas que tem que limpar... assim. E também quando eu e a minha mãe tá lá a gente faz e ajuda na roça, né. Minha mãe, tem uma horta na frente de casa que é minha mãe que cuida. Só que quando a mãe não tá lá quem cuida é o meu pai... (...) É mais na horta. Mas todo mundo ajuda um pouco em casa coisa. E aí, só que ela [mãe]... é difícil ela tá em casa muito tempo assim (Clara, 18 anos).

Assim como a mãe de Clara, a mãe de Amanda era militante desde que ela era bem pequena. Porém, com o ingresso de seu pai na militância, seus pais tiveram que entrar em acordo com relação aos cuidados com os filhos e a casa. Apesar de valorizar o acordo no qual a mãe parou de viajar para militar, enquanto o pai continuou a viajar, Clara enfatiza que “Se ele [o pai], por exemplo, fosse professor [como a mãe], não acho que teria problema nenhum de ser o contrário. Os dois é bem informado”. Ela revela, no entanto, seu medo em relação ao mesmo destino quando indagada sobre se pensa em ter filhos:

Eu penso, mas agora não. Bem depois dos trinta. Quem sabe... eu adoro criança. Amo, amo. Mas eu não penso em ter não, até porque impediria né de viajar no movimento de militar e tal... [não impediu o meu pai] Não, mas impediu a minha mãe. Ela parou por causa disso. Tudo bem que foi um acordo e tal, mas... (Amanda, 17 anos).

Renato cita como exemplo dessa mudança o caso de militantes mulheres

com filhos que estão fazendo com ele o curso de Serviço Social enquanto os companheiros estão no acampamento ou assentamento cuidando dos filhos:

tem caso de companheira que está fazendo aqui que a filha está com o companheiro... é uma ação recíproca... quem tem dois filhos se divide... quando vão pro curso... um leva um filho... o outro leva o outro... e assim vai... quando só um vai... o marido fica com os filhos... cuida das crianças... troca fralda... essas coisas... (Renato, 27 anos).

Como podemos observar, a militância dos entrevistados e dos próprios pais traz, para o dia a dia das famílias, arranjos diferenciados em relação ao padrão observado no campo. Além da militância materna e/ou paterna, as condições objetivas de distância do lote de produção ou da escola para os filhos mais velhos obrigam as famílias a exercer diferentes tarefas e papéis no cotidiano. Porém, como será visto a seguir, na discussão da 2ª categoria de análise, nem sempre a convivência com esses diferentes papéis e com a clara diretriz do Movimento para que haja um número equitativo de mulheres e homens nas coordenações dos setores e grupos, implica em uma visão sobre a mulher livre de contradições e tensões.

## **1.2. Divisão do Trabalho no MST**

Para todos os entrevistados, o Movimento representa um espaço no qual há um esforço consciente da Direção nacional em garantir a participação feminina em todos os espaços de discussão e coordenação, apesar das diferenças regionais, como aponta Renato ao afirmar que “a regional lá tem sua cultura... seus costumes... mas a orientação política é a mesma...” A fala de Clara, a seguir, exemplifica essa direção do Movimento:

Na verdade a gente costuma, nos nossos espaços de direção, por exemplo, a coordenação nacional é composta por um homem, uma mulher de cada estado - e a gente costuma respeitar essa questão de cinquenta por cento, cinquenta por cento. Participação masculina e feminina. Então é um homem e uma mulher de cada estado. E aí de cada setor, se for possível também, é um homem e uma mulher. Por exemplo, nos cursos a gente tenta ao máximo respeitar essa questão de gênero. Se os estados mandarem uma metade de homem outra de mulher. Então assim, na verdade diferença de incumbência não tem. Na maioria dos casos, ou, aliás, todos, nem sempre a gente consegue. A gente sempre tenta manter esse equilíbrio de gênero (Clara, 18 anos).

Rodrigo elege a imagem abaixo como uma das possíveis representações da mulher, enfatizando sua participação no processo de luta e, na imagem seguinte, na unidade da família numa luta que envolve homens e mulheres, algo que é tão valorizado pelo Movimento que aparece em sua bandeira:



Figura 7 - Fotografia tirada por Rodrigo

Aí a participação da luta (Rodrigo, 26 anos).



Figura 8 - Fotografia tirada por Rodrigo

Aí que é a questão do símbolo do MST, que é a família. Né, onde representa o homem e a mulher, a participação (Rodrigo, 26 anos).

Essa participação é ainda bastante voltada para o modelo familiar heteronormativo, como se pode ver na foto acima. Segundo Leite e Dimenstein

(2011), esse “modelo responde pela lógica binária e molar de organização familiar dominante e, por outro lado, modos intensivos de desvio desse modelo pela abertura de forças heterogêneas que minam tal conformação identitária” (p.130). Os jovens militantes também percebem a o processo de superação da posição de submissão da mulher em relação ao homem como algo longe de estar terminado, como assinala Renato:

Um camarada que entra no movimento hoje... ele ainda vem com uma carga da sociedade... então ele ainda vai reproduzir algumas questões... de achar que ele não vai ter que lavar uma panela... que não vai cuidar da criança... alguns companheiros ainda têm uma resistência a isso... mas a partir do processo ele vai superando... mas aqui nos cursos a gente já faz esse trabalho pratico... aqui mesmo... a gente lava as panelas... homem... mulher... tem que entender que o trabalho é um trabalho geral... é um trabalho de todos... (Renato, 27 anos).

Alguns mais otimistas, como Clara, parecem enxergar de maneira mais positiva os resultados da orientação do Movimento no sentido de promover espaços políticos de maior participação feminina. Apesar dos entrevistados afirmarem que não há diferença entre uma liderança feminina ou masculina, João aponta que, apesar da regra valer, ela é seguida por ter sido imposta e não, necessariamente, sentida como necessária. Deste modo, ele percebe que a participação da mulher ainda esta revestida de preconceito e que ela ainda e vista como personagem secundária na participação política, como deixa claro na fala a seguir:

Tem assim, mas o papel principal delas é substituição, né, de acompanhar. Não é aquela coisa fundamental. É porque tem que ter um homem e tem que ter uma mulher. Entende? É porque tem que ter duas pessoas. Aí coloca um homem e coloca uma mulher (João, 22 anos).

Os 6 entrevistados deixam claro que a organização do MST tanto nos encontros como nos próprios assentamentos não apenas como valoriza a participação da mulher. A ciranda, por exemplo, e apontada como um espaço que, além de ser educativo, libera as mulheres dos cuidados com os filhos durante os encontros e atividades para que possam participar em pé de igualdade com os homens.

## 2. Relações de Poder

Aqui interessa-nos, em especial, entender as diversas relações de poder engendradas no interior do MST, bem como a vivência dos jovens militantes aqui entrevistados no que diz respeito às relações de poder entre os sexos. A fim de melhor percebermos a importância dessa relação entre poder e gênero, devemos retornar a afirmação de Scott (1995), mencionada anteriormente, de que “Gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (p.88).

Para que fosse possível trazer a tona essa discussão, durante as entrevistas, buscou-se compreender que características são atribuídas às mulheres e como eles percebem o papel da mulher na sociedade, de maneira geral, e no MST, em particular.

A imagem idealizada da mulher parece perpassar olhares distintos e, por vezes, opostos e contraditórios, que vão da ênfase dada as características femininas tradicionalmente ligadas à pureza e delicadeza, a exacerbação da força da mulher camponesa e sua postura de lutadora. Talvez nesse jogo de extremos busque-se a superação do conflito entre as imagens mais tradicionais e as mais contemporâneas. O movimento que tentam fazer parece ser o de valorizar o que é sensível, delicado, belo e ligado à natureza, como características intrínsecas às mulheres, porém, ao mesmo tempo, situando-as no mundo em uma posição valorizada de conquistas na sociedade, em geral, e no movimento, em particular.

Seguem alguns exemplos desse movimento aparentemente contraditório, mas que pode indicar um processo de mudança e superação da visão tradicional da mulher como submissa ao homem em termos de seu papel na família e na sociedade, de modo geral, como aponta Rodrigo na fala abaixo:

Eu tirei essas fotos, não foi porque tu fez essas perguntas para mim. Foi porque é o que a gente vê hoje, né? E, porque, se a gente for analisar uns tempos atrás, né, se tu me pede isso para fazer, eu ia tirar foto de florzinha, de coisa rosa, sabe, essas coisas. Mas porque... a partir da hora que a gente vai estudando e conhecendo e fazendo o debate da questão do gênero, você tem que começar a construir e se construir também. Para mim é bem importante (Rodrigo, 26 anos).



Figura 9 - Fotografia tirada por Lorena

Tirei a foto da flor. Eu acho que muito para representar essa questão da sensibilidade, da delicadeza, da beleza da mulher, né. Em todos os sentidos da flor (Lorena, 22 anos).



Figura 10 - Fotografia tirada por Clara

Agora, essa é até meio estereótipo, mas eu tinha que tirar, né? Tipo assim, essa coisa do feminino, arrumado, cuidado, da beleza, disso que é um pouco estereótipo, mas eu não tive como, tive que tirar uma foto disso (...) Porque não deixa de ser verdade, apesar de ser uma coisa assim, colocada como verdade absoluta e não é. Mas não deixa de ser verdade, a mulher tem essa coisa... do cuidado consigo, tal... (Clara, 18 anos).



Figura 11 - Fotografia tirada por Amanda

A vaidade, né. Toda mulher é vaidosa (Amanda, 17 anos).



Figura 12 - Fotografia tirada por João

O céu é *imenso*, né. É uma coisa que não dá para você explicar, é uma coisa grande, uma coisa bela... então a mulher simboliza isso também. A imensidão do céu, uma coisa assim infinita, que não tem como você ficar explicando. E você pode ver em qualquer lugar, né, de todo lugar que você tiver você com certeza vai ter oportunidade de ver o céu e admirar sua beleza (João, 22 anos).

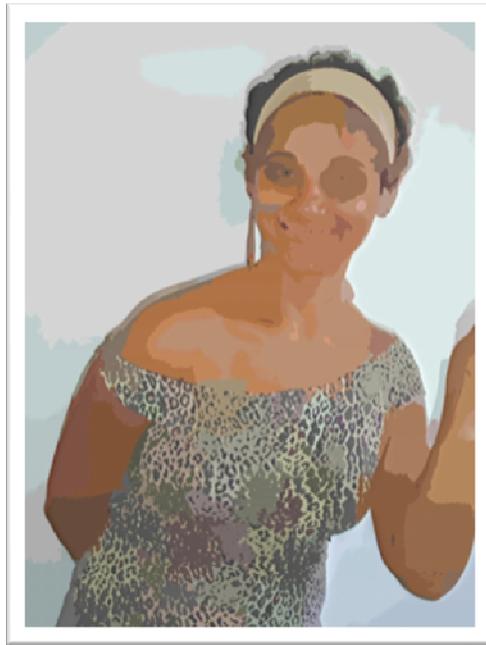


Figura 13 - Fotografia tirada por Renato  
Simpatia. Parece isso, né (Renato, 27 anos).

A mulher pela lente dos jovens militantes está bastante relacionada à natureza, inclusive a “mãe natureza”, mesclando as duas imagens. Isso é evidenciado em diversas das falas, como se pode ver na fala de Amanda, a seguir sobre a foto por ela tirada:

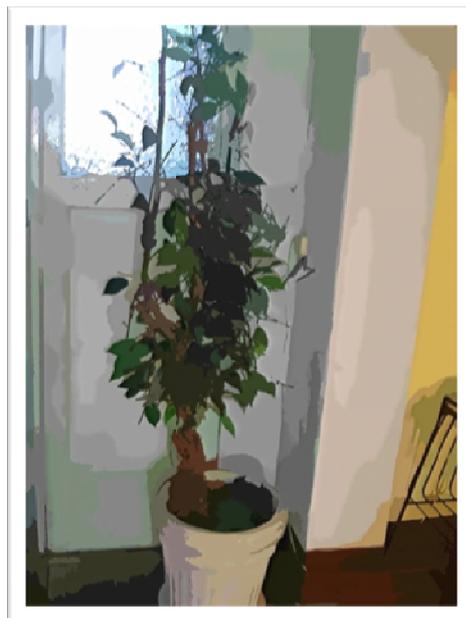


Figura 14 - Fotografia tirada por Amanda

Plantar, cuidar da natureza. Acho que a mulher tem um carinho muito maior pela natureza do que o homem, né. No tanto que é *mãe* natureza, né, a ligação já tá aí (...) Ah, se você for ver quem tem horta, quem cuida de horta, de jardim, quem cuida de jardim é a mulher. É ligado à natureza, ao ambiente com a mulher. Meio ambiente (Amanda, 17 anos).

Sua associação com a natureza também abre a possibilidade de se explorar uma visão bastante idílica da mulher, como algo belo e ligado a procriação, como se pode ver nas falas de João sobre as fotos por ele tiradas:



Figura 15 - Fotografia tirada por João

A água, que é transparente. Que é uma coisa bela e essencial para a vida humana (João, 22 anos).

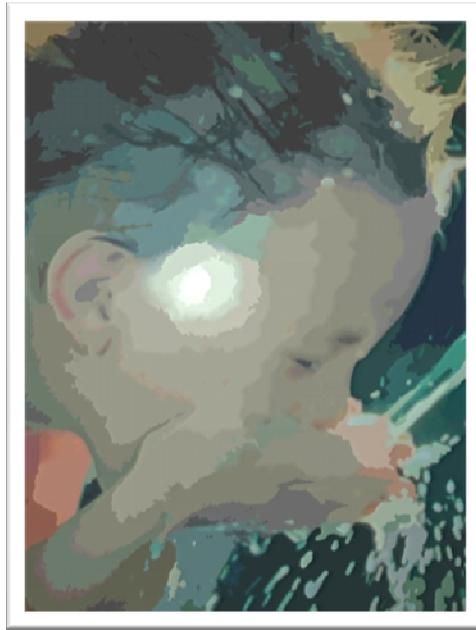


Figura 16 - Fotografia tirada por João

Aqui é criança, né, que simboliza a vida, né, nesse sentido. Que é um ser puro, belo, e a mulher também é símbolo da vida (João, 22 anos).

Aspectos idealizados, como a pureza de algumas mulheres, contraposta à vulgaridade de outras, ou a maternidade, exemplificada pela imagem da Virgem Maria, fotografada por Amanda, também surgiram nas falas e imagens de outros jovens militantes. Dessas falas pode-se apreender a transformação ocorrida na modernidade, descrita por Rocha-Coutinho (1994), na qual

a Eva pecadora cedo docemente seu lugar à santificada Maria. Ou seja, a mulher não é mais identificada à serpente do Gênesis, ou a uma criatura sábia, astuta e diabólica que é preciso “por na linha” – como os tantos milhões de mulheres (as bruxas) que, durante quatro séculos (XV-XVIII), foram queimadas pela Inquisição simplesmente pelo crime de serem mulheres orgásticas e possuírem um saber próprio –, mas transformam-se em um ser doce e sensato, de quem se espera comedimento e indulgência (p.35).

As falas de Amanda e Renato, a seguir, podem exemplificar essa visão:

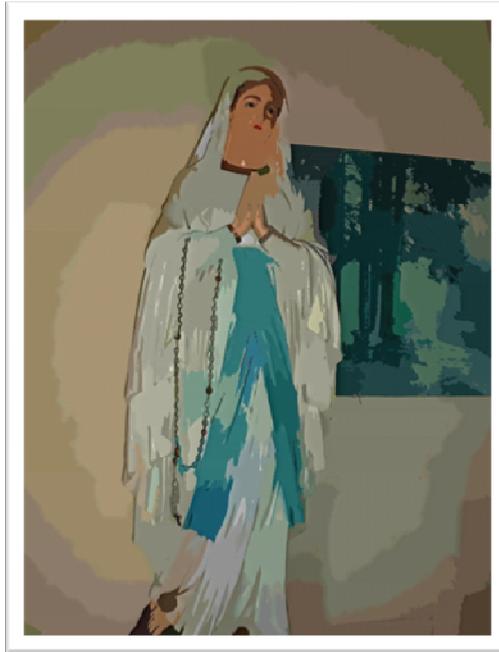


Figura 17 - Fotografia tirada por Amanda

A Virgem Maria. Acho que toda mulher hoje em dia tem, tem... como se fala.. segue né, de uma certa forma, se inspira na religião, no papel dela. Da Virgem, né (Amanda, 17 anos).

Amanda complementa essa imagem com outra, na qual reafirma a maternidade como algo instintivo, reforçando a ideia da maternidade “como parte da “natureza feminina” e ao conseqüente devotamento das mães aos filhos como algo “natural”, [divulgada pelos] os teóricos do século XVIII e, principalmente, do século XIX, em grande parte desenvolvendo ideias de Rousseau”, como apontado por Rocha-Coutinho (1994, p.36).



Figura 18 - Fotografia tirada por Amanda

A maternidade. O espírito materno que todas temos (Amanda, 17 anos).

Renato contrasta essa pureza da mulher camponesa com uma possível vulgaridade das mulheres atuais:



Figura 19 - Fotografia tirada por Renato

Esse vínculo, você já vê por trás da pessoa já mostra um pouco do compromisso... o comprometimento, né, com o diferente, com a cultura, com a interação de valores. Tá bonita. E isso é que torna um pouco na postura do que eu tava dizendo, que a mulher camponesa tá bonita, mas não tá vulgar. Não precisa (Renato, 27 anos).

A mulher camponesa foi valorizada por alguns entrevistados enquanto força motriz de um movimento de transformação da relação desigual de gênero que situa a mulher como um sujeito passivo. Assim Lorena se refere a essa questão:

Existe essa questão que tá dada, essa questão mercantil padronizada, da mulher que tem que ser aquela mulher bonita, aquela mulher que tem uma postura correta no sentido de que não pode... Uma mulher submissa. Aquela mulher magra. Uma mulher que também mercantilizada, né, em todos os sentidos (...) Eu vou usar, acho que a minha parte como militante. Acho que a mulher tem que se constituir, tem que ser sujeito do seu processo histórico, ela tem que buscar conhecimento, buscar... Uma mulher tem que se pensar. Não sei, não consigo elaborar uma outra definição (Lorena, 22 anos).

Nesse movimento não linear de olhares tradicionais e pós-modernos, Leite e Dimenstein (2011) se referem aos ganhos na qualidade de vida de algumas mulheres ao experimentar novas formas de exercício da feminilidade com o ingresso no movimento. Em suas palavras,

a experimentação de formas novas de exercício da feminilidade parece responder por ganhos qualitativos na vida de algumas mulheres. As conquistas que alcançam com a entrada no movimento parecem ser promotoras de um novo gás para suas vidas, anteriormente apagadas por formas cristalizadas e arraigadas de dominação masculina (p. 129).

A força da mulher, de modo geral, bem como o ganho qualitativo alcançado por elas com a entrada no movimento camponês são mencionados por muitos entrevistados, como se pode observar a seguir nas suas explicações das fotos por eles tiradas:

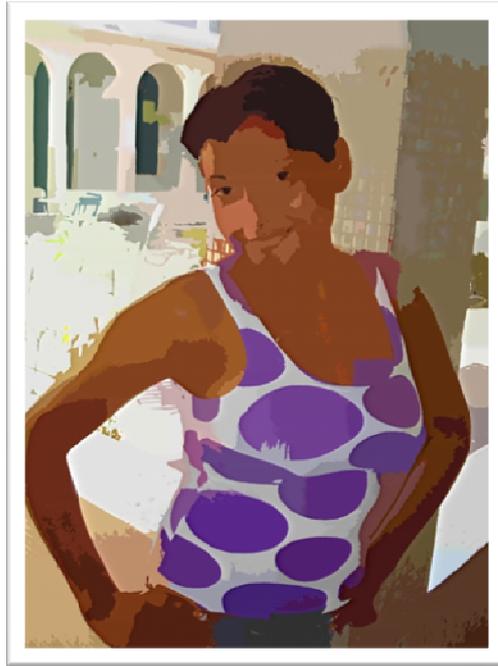


Figura 20 - Fotografia tirada por Renato

Também essa questão... o quando as mulheres camponesas envolvidas no movimento são de pele negra, né, são de várias idades, jovens, que buscam outras coisas na vida que buscam outras coisas na vida que não seja mercadoria do capital (Renato, 27 anos).



Figura 21 - Fotografia tirada por João

A Via Campesina porque que é muita a luta das mulheres a nível internacional, não só do Brasil (João, 22 anos).



Figura 22 - Fotografia tirada por Lorena

Catarina, viciada em televisão. Tá lá vendo televisão com os meninos, mas também é uma guerreira (Lorena, 22 anos).

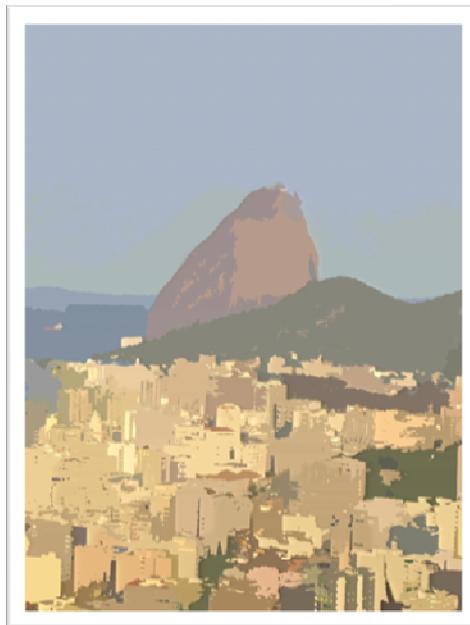


Figura 23 - Fotografia tirada por João

... a pedra por ela ser forte, mas também por ela ser uma coisa que desgasta, com o tempo se desgasta também. Assim, nós todos somos natureza, somos elementos da natureza. E daí eu escolhi a pedra para simbolizar a força da mulher. E a resistência também (João, 22 anos).

A mulher, como afirma Rodrigo, deve buscar uma valorização social e questionar a ideia de que tem que ser submissa ao homem. Ela deve se comportar, contestando a situação de desigualdade:

acredito assim... que a mulher hoje... se ela luta por igualdade e companheirismo... então ela tem que ser o que ela é... então ela tem que ser o que ela é mas não submissa ao homem... então quebrar isso... essa lógica de que ela tem que ser submissa ao homem... que isso é exemplo na sociedade hoje... claro que as mulheres hoje... muitas mulheres está quebrando isso... então ela tem que ser o que ela é... ela tem que mostrar pra sociedade que ela existe... e de que ela tem forças suficientes pra lutar como qualquer homem... (Rodrigo, 26 anos).

Nesse sentido, nossos entrevistados associam a mulher à produção, ao trabalho físico, cultural e intelectual, a liderança e ao comando e não somente à reprodução, ou seja, eles não a veem apenas como ventre fecundo reprodutor e aos cuidados da casa e dos filhos, como se pode observar nas falas abaixo:



Figura 24 - Fotografia tirada por Renato

Intelectualidade. Um ar de intelectual, assim. Um olhar... e o belo também. O belo sem ser vulgar (Renato, 27 anos).



Figura 25 - Fotografia tirada por Renato

A mulher assumindo aí o comando, né. As mulheres não estão só no espaço da cozinha, mas sim comandando, organizando. E ordenando também... (Renato, 27 anos).



Figura 26 - Fotografia tirada por Rodrigo

Ah, isso aqui eu peguei mais na questão da construção civil, né, que não teve só participação do homem, e sim da mulher (Rodrigo, 26 anos).

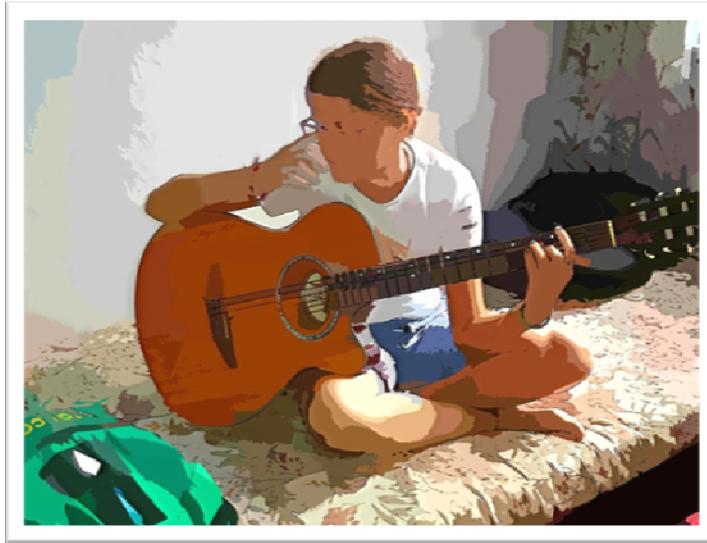


Figura 27 - Fotografia tirada por Lorena

Marta, que tem um papel muito muito importante dentro do movimento, que essa questão da cultura, da música. Filha de João [importante militante no cenário cultural do MST], não sei se você já... E ela tem essa, muito mais que um potencial, essa, essa tarefa mesmo de contribuir no processo da cultura do movimento, né, de não deixar esse processo morrer (Lorena, 22 anos).

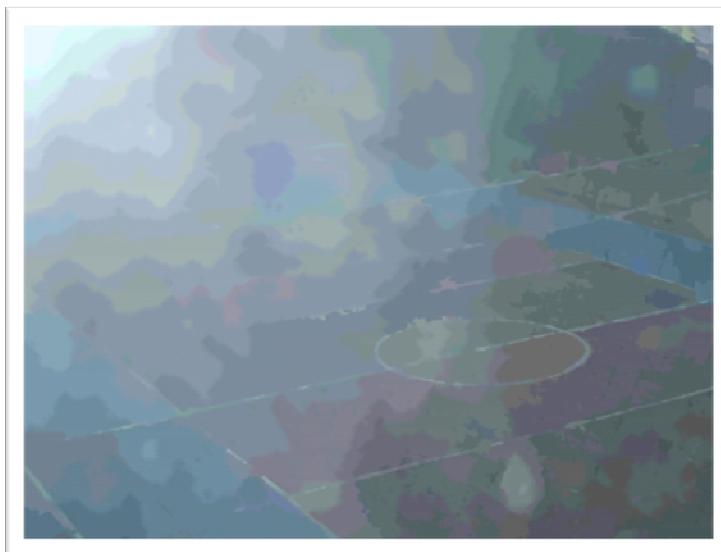


Figura 28 - Fotografia tirada por Rodrigo

Então, essa primeira foto eu coloquei, né, na prática de esporte. A mulher ocupou muito esse espaço também, essa questão do esporte. Até eu pego até o futebol, porque as pessoas acham que o futebol é só para homem, não. O vôlei também. Então, dou toda... Essa questão aqui a prática do esporte também é importante pra questão da saúde (Rodrigo, 26 anos).



Figura 29 - Fotografia tirada por Rodrigo

Aí a participação dos debates na sala de aula (Rodrigo, 26 anos).

Apesar disso, como aponta Clara na fala a seguir, mesmo estando longe de sua família, a mulher nunca deixa de cuidar e de se preocupar com a família:



Figura 30 - Fotografia tirada por Clara

Ah, bom, essa aí são fotos minhas também. É, tipo assim, também tem a ver com essa coisa de viajar, de viver dentro da mala. Que a mulher tem isso, né? De você tá longe, de você como militante deixa a sua família e tal, mas você tá ali. Sempre... enfim... como diria? Cuidando de longe... sempre, não fisicamente perto, mas emocionalmente perto e tal (Clara, 18 anos).

É interessante notar que as características que tornariam as mulheres “emancipadas”, segundo os entrevistados, muitas vezes ainda estão embasadas

numa visão tradicional, como coloca Clara acima, quando se refere aos cuidados e parece mostrar seu temor em relação a um possível relacionamento:

A gente vive assim a vida inteira não dependendo de uma pessoa nem ser subjugada pela pessoa. Mas eu digo assim, vivendo junto com a pessoa, pai e mãe da gente e a gente tem que... tem contas a prestar. De ambos os lados, né. Porque você tá vivendo junto. E... agora que eu vim pra cá, né. Eu fico pensando, puxa vida! Se for pra casar vai ser daqui a bastante tempo! (Clara, 18 anos).

Os outros jovens militantes entrevistados, apesar de abarcarem posições semelhantes, deixam transparecer um olhar ainda marcado por relações de poder desiguais entre homens e mulheres, como aparece mais claramente na fala de Rodrigo, abaixo, e pelo esforço em superar esse tipo de relação, como se pode observar no que dizem Amanda, Lorena, a seguir:

Então... eu tô sem plano de casar por que... até porque eu não tenho condição nem de firmar namoro... mas se a menina quiser sofrer junto comigo eu não vou esquentar a cabeça não... eu quase iniciei um namoro serio com uma menina do... mas só que eu botei as minhas condições pra ela... - eu passo por muitas dificuldades, eu não tô trabalhando fixo ainda, tô mais estudando assim, **então não vou te garantir futuro** não até porque você iria trabalhar comigo, me ajudar... (Rodrigo, 26 anos) (grifo nosso).



Figura 31 - Fotografia tirada por Amanda

A mulher simboliza a luta para mim também. Porque a gente vive em uma sociedade onde sempre foi discriminada, então, a mulher hoje em dia pra mim **deve** significar luta. E significa. As conquistas que teve (Amanda, 17 anos) (grifo nosso).

Pode ser que eu conheça uma pessoa que também tenha um lote, pode ser que eu vá morar com essa pessoa, pode ser que não. Eu não sei te dizer isso mas que **talvez eu não precise de um homem pra sobreviver, eu acho que não**. Eu acho que as coisas têm que se dar em conjunto. A tarefa tem que ser de ambos. **Pretendo nunca depender de um homem pra mim sobreviver** (Lorena, 22 anos) (grifo nosso).

Já João é mais radical em sua fala, enfatizando que a mulher deve ser autônoma, independente, se afirmar:

Olha, eu acredito que ela [a mulher] tem que ser autônoma, independente. E não deve depender de ninguém. Quando eu digo depender de ninguém, no sentido do homem ou dos filhos, pra ela tomar a decisão dela. Porque isso é fundamental, né, pra uma pessoa, pro ser humano se libertar de alguma coisa que te prende, né. Eu acho que ela tem que ter... politicamente ela tem que conhecer as coisas politicamente, ela tem que participar, ela tem que ter autoridade. E acima de tudo, nesse momento **ela tem que ter autonomia de fazer as coisas. Ela tem que ser autoritária**. Ela tem que tomar uma posição mais firme. Apesar que na sociedade em geral ela já assume isso. A mulher hoje, ela... não tem mais aquela diferença de salário... muito pelo contrário, né. Às vezes tem muitas mulheres que ganham muito melhor do que os homens, né. E eu acredito que ela tem que ser autoritária. Muito autoritária a ponto de superar tudo que tá posto hoje. **E ela não tem que ser dona de casa porque isso é o que tá posto e se ela continuar dona de casa ela vai retroceder o processo de luta que... de conquista que as mulheres já teve, né (...)** Olha, eu acho que ela tem que ser uma mulher sem vergonha. Sem vergonha de ser feliz. **Sem vergonha de expor os seus sentimentos, sem pudor, sem nada. Ela tem que ser uma mulher pura, ela tem que ser aquela pessoa... ela tem que ser o que ela é**. Se ela achar que ela deve relacionar com um homem hoje e um outro amanhã, é isso que ela tem que fazer. Mas eu acho que ela tem que fazer as coisas sobretudo consciente do que ela tá fazendo. Independente do que a sociedade vai pensar, do que as pessoas vão pensar sobre isso, né. Ela tem que ser uma pessoa livre e entender que as coisas não dependem de ninguém pra ela fazer. Ela pode ser o que ela é hoje, amanhã, depois e o dia que ela quiser. E sobre essa questão da violência, mais especificamente, ela não tem que abaixar a cabeça pra isso não e tem que ir à luta, tem que ir pras ruas, tem que lutar pelos seus direitos e tem que botar o marido pra ficar quieto! E mostrar que na sociedade ela é igual a ele ou se brincar, superior (João, 22 anos).

Como assinala Renato, apesar de não acreditar na diferença entre homens e mulheres, em sua vivência diária percebe, em si mesmo, essa contradição entre uma visão e atitude modernas, o que mostra a dificuldade desse processo de mudança, ainda permeado por influências culturais e pelo processo de construção das relações de gênero que vivenciou ao longo de toda a vida:

por que ainda tenho algum resquício... intrinsecamente você termina demonstrando que não é o discurso que vai dizer se você conseguiu se emancipar... é relacionado a atitude... é a ação... que em dado momento... (...) às vezes numa discussão... você tá alterado... você usa um termo pra magoar... usa um termo inferior pra mulher... ai isso mostra que você ainda precisa superar muita coisa... não é uma discussão agressiva nem nada... discussão teórica... nós discutimos bastante... mas discutimos no sentido de dialogar... de construir... (Renato, 27 anos).

As evidentes contradições trazidas pelos discursos parecem não suplantar, contudo, o ideal dos jovens de produzir uma sociedade mais igualitária, mais especificamente aqui, no que diz respeito às relações de gênero. Os entrevistados ressaltam, inclusive, a importância de que a superação do modelo tradicional não seja levada ao extremo oposto, isto é, a de subjugar os homens com a mesma lógica que vem sendo imposta às mulheres. A busca por uma sociedade mais justa deveria ser realizada no sentido da busca de um equilíbrio entre homens e mulheres, como apontam Clara e Renato a seguir:

Como é que eu acho que uma mulher deve ser? Caraca! Essa é tensa! Então... tem um negócio muito chato lá que... uma mulher emancipada, né. Então agora eu vou ser que nem um homem. Vou pisar, né. Não é isso. A questão é o equilíbrio entre o homem e a mulher. Não é você ser "já que você quer ser maior do que eu, eu vou ser maior do que você". Não é assim. E a gente vê muito. Então eu acho que os lados tem que ser equilibrados. Em tudo, aliás. Em tudo. Na vida. Os lados têm que ser equilibrados. A mulher tem que aprender, né, que, que não depende de ninguém pra ir pra lugar nenhum. Não tem que pedir nada pra ninguém. Mas que também não tem que querer ser superior ao outro. Fazer o inverso do outro. Com o que tem sido feito com a mulher até agora (Clara, 18 anos).

olha... tem uma questão... que vai dar muito pano pra manga pras mulheres... que é romper essa questão do machismo sem tornar o feminismo exagerado... por que ai você só inverte... acho que essa vai ser a relação mais importante da conquista das mulheres... porque elas vão se emancipar... mas o respeito é mútuo... sabendo que os homens historicamente... escravizaram elas em casa... escrava do lar... e tal... as crianças e todas as tarefas subalternas... então agora eu tenho que proceder e fazer com que os homens passem por tudo isso (Renato, 27 anos).

É interessante notar que, ao falar sobre a discriminação de gênero, todos os entrevistados, com exceção de um, estão se referindo a questão no que diz respeito as mulheres. Apenas João, provavelmente por sua implicação pessoal com o tema, volta seu olhar para a questão da homossexualidade e de como ela é tratada por seus pares e dentro do Movimento, ainda que diga ser aceito bem pelo grupo:

Eu quero continuar no movimento, né, quero ser um pesquisador também da nossa própria organização, apesar de ser difícil de você pesquisar, mas eu ainda quero pesquisar ainda a questão da... do preconceito, da discriminação contra a homossexualidade dentro do MST. Que não é... a gente acha que é uma coisa... que é tudo normal. Acha que é maravilhoso. Mas o movimento ainda tem uma linha de conservadorismo muito grande, é muito preconceituoso, tem muitas pessoas preconceituosas dentro da organização enquanto isso não conseguem encarar a realidade de frente. Eles preferem abstrair... se tornar uma coisa para além. Que não é normal. Tanto do homem quanto da mulher também. Eu acho que a homossexualidade e a figura da mulher ainda sofrem uma repressão muito grande no movimento (...) Eu vou dizer uma coisa assim, né... por exemplo, na direção do Movimento. A maioria quem assume é os homens. É difícil ver um homossexual dentro da gestão do movimento, ou uma mulher. Tem assim, mas o papel principal delas é substituição, né, de acompanhar. Não é aquela coisa fundamental. É porque tem que ter um homem e tem que ter uma mulher. Entende? É porque tem que ter duas pessoas. Aí coloca um homem e coloca uma mulher (João, 22 anos).

João aponta, ainda, a esse respeito, para o fato de que percebe uma diferença clara entre as formas de liderança exercidas por homens e mulheres:

Porque a liderança mulher ela é mais sensível pra discutir as coisas. Principalmente pra lidar com essa questão da homossexualidade. E também da bissexualidade e também outras categorias, né. As mulheres, elas têm mais abertura pra conversar sobre isso (João, 22 anos).

João traz à tona uma questão que tem sido muito discutida dentro dos movimentos sociais, de modo geral, que é a luta pela aceitação das diferentes identidades sociais. Como aponta Woodward (2000, em Leite e Dimenstein, 2011), tais questões têm sido incorporadas às lutas de maneira não-linear, conflituosa, ainda que estejam, pouco a pouco, vencendo o silêncio. No caso do MST, mais especificamente, assim a autora se refere à questão:

Acreditamos que a incorporação dessas questões vai se efetivando na medida em que o movimento vai ampliando seu espectro de luta. (...) O MST vai, paulatinamente, e não-raro de modo forçoso, abrindo caminhos para que uma diversidade de temas, de demandas e de agendas de lutas ganhem campo de expressão (p. 136).

João parece trazer ainda mudanças na sua própria percepção acerca do tema ao fazer o curso de formação:

Depois que eu fiz o curso, né, que você vai tendo mais contato com diálogo sobre isso, sobre essa questão que o movimento... através do curso de formação ele identifica... "olha, **homossexual é homossexual, mulher é mulher e homem é homem e aqui todo mundo é igual**". A partir dessa proximidade você vai amadurecendo, né. Politicamente você vai se dando conta de que você é uma pessoa normal e que você vai viver com isso... na sociedade as pessoas têm que aceitar as suas escolhas. Não é através do

que elas pensam que você tem que ser, né? (João, 22 anos) (grifo nosso).

Acreditamos que a partir das próprias lutas e vivências dos militantes novas relações poderão ser formadas e, com o passar do tempo, consolidadas. A partir da fala dos entrevistados parece que a visão sobre a mulher encontra-se, no momento atual, em uma fase de mudança, de evolução dentro do MST. Embora eles ainda estejam muito pautados na figura tradicional de família, do homem e da mulher camponeses ligados à terra, aos poucos, eles estão sendo encorajados a refletir sobre seus papéis e suas relações, mesmo que isso indique um olhar por vezes ainda bastante idílico ou revolucionário, como eles próprios o considerariam.

### **3. Identidade Sem Terra**

A identidade dos sem-terra parece estar passando por um processo no qual os assentados enxergam-se como tal a partir de experiências singulares, embora todas elas estejam ligadas a sua própria trajetória dentro do MST. Segundo Leite e Dimenstein (2011), este é um processo que “não ocorre do modo tão pacífico como seu argumento pretende, mas desvela a problemática das relações de poder, por meio da criação de campos de tensão, negativas, inquietações em torno da incorporação ou não dessa unidade/identidade” (p.70).

Tal processo é, segundo esses mesmos autores, produzido por um “intenso e persistente trabalho de formação” (p.71). Este processo a que os autores se referem pode ser observado na fala de Renato abaixo:

Eu conclui a oitava série em dois mil e três... dois mil e quatro mais ou menos... e ai em dois mil e cinco a gente já ingressou pra fazer o curso de normal médio... com esse ingresso ai automaticamente eu já fui contribuir no setor de educação... organizando os projetos de educação de jovens e adultos... contribuindo acampamento... e de outros acampamentos e assentamentos da região que se fez vizinho... lá na cidade ... e em dois mil e oito eu vim a concluir o curso de normal médio... e ai depois já fui também indicado pra fazer um curso de Teoria Social e Profissão do Conhecimento... aqui mesmo na Universidade Federal do Rio... lá no campus da Praia Vermelha... que conclui agora... e nisso a gente ficou sabendo do fato que era a identidade sem terra... quando eles indagavam... eu negava... e não me aceitava enquanto sem terra... já agora entendendo o quanto é ser um sem terra... como um sujeito que pensa... que reflete... que analisa... e que busca o seu direito universal que é o direito a todos os bens naturais a existência humana e dos outros seres também... e quando você privatiza a terra... você nega esse direito aos outros indivíduos... eu comecei a entender a partir desses diálogos... a partir do conhecimento

sistemático que é proporcionado pelo movimento... a partir das relações que se constituem para além do assentamento... para além do seu município... e para além do seu país mesmo... porque a luta do MST é uma luta global... é uma luta internacional... é uma luta de todos os trabalhadores do mundo que estão dispostos a lutar pelos seus direitos... (Renato, 27 anos).

Essa tomada de consciência, de que fala Renato, pode ser resultado de vários fatores, em que a formação que os entrevistados tiveram até chegar à Universidade certamente também teve papel preponderante. Tal processo de conscientização pode ter se iniciado, como ressalta Lorena, já no Sem Terrinha:

A minha vida dentro do Movimento começou ali, já como Sem Terrinha, né? Participando dos encontros. Os Sem Terrinha sempre me encantando assim. Pelo Movimento no geral mesmo, assim (Lorena, 22 anos).

Como afirmam Leite e Dimenstein (2011), a inserção no MST abre portas para novas formas de subjetividade:

a própria expansão da luta do MST para além do argumento-terra constrói relações mais complexas internas ao movimento bem como dinamiza e torna mais heterogêneos seus integrantes. Essa expansão da luta por terra por um projeto de transformação social mais amplo acaba acessando diversos indivíduos ou grupos portadores de uma dimensão subjetiva também de resistência ou contestação que veem no MST um interceptor capaz de acolhê-los (p. 56).

O interesse pela militância dos entrevistados está ligado ao fato de que os seis jovens estudantes de Serviço Social que participaram deste estudo são militantes do MST, ainda que nosso olhar nesse trabalho esteja voltado para sua visão sobre a mulher, isto é, para como ela é vista por nossos entrevistados e como acham que os membros do MST a veem. A escolha por trabalhar com membros jovens do MST não foi aleatória, mas, antes, está ligada ao nosso interesse em entender melhor de que modo o exercício da militância influenciaria o projeto de vida dessas moças e rapazes do movimento por nós entrevistados. Quanto à opção por entrevistar homens e mulheres foi observar se há diferença entre as visões das moças e rapazes a esse respeito. Algumas questões não haviam sido por nós pensadas antes das entrevistas, mas foram surgindo nas falas dos entrevistados, como foi o caso da menção a certos pontos, apontados por eles não apenas como projeto político do MST, mas também como elementos formadores de subjetividades singulares e direcionadores de projetos de vida. O pertencimento a um grupo de militantes, que desempenha papel importante na construção da identidade de seus

membros e sua inserção no mundo fora do movimento como estudantes do curso de Serviço Social da UFRJ e sua vivência na cidade do Rio de Janeiro, parece desenhar para eles uma trajetória em movimento, na qual outras lutas podem ser travadas e outros modos de ser e viver no mundo experimentados. Ao falar sobre as questões por nós levantadas, eles parecem sair do seu enquadramento como meninas e meninos do meio rural que participaram com suas famílias da luta e conquista da terra, projetando planos em direção à sua cidadania e à dos membros do grupo ao qual pertencem. Além disso, eles parecem superar a dicotomia, muitas vezes colocada, entre o rural e o urbano, uma vez que viver no meio rural não significa, necessariamente, viver da atividade agrícola. Há outros caminhos possíveis, como veremos a seguir.

A militância, intimamente ligada à sua identidade de Sem Terra, abre portas, permite redesenhar caminhos antes dificilmente alcançáveis por jovens que vivem na zona rural. Ela possibilita estudos, inclusive o que estão desenvolvendo agora na Escola de Serviço Social da UFRJ e, assim, a criação de novas redes sociais. Além disso, as viagens tornam-se frequentes, fazendo deles nômades, como assinala Clara:



Figura 32 - Fotografia tirada por Clara

Ah, essa aí era a minha mala. Isso é uma coisa nossa, mais militante. Dentro do Movimento, eu e várias outras pessoas que estão no curso, a

gente vive assim ultimamente dentro da mala, a mala é a nossa casa. Então assim também, não só mulher dentro do Movimento, mas de uma forma geral militante, tinha que ter a mala, retratando assim a nossa, essa nossa vida meio nômade (Clara, 18 anos).

A participação no Movimento abriu também, para muitos, oportunidades que antes não existiam, como aponta Rodrigo, ao contar que nunca havia viajado antes de entrar para o MST:

só conhecia onde eu morava né... [nome do município]... nunca tinha saído... tinha até medo sabe... medo de se perder... mas daí eu fui crescendo ali sabe... estudando... me inserindo organicamente no MST... tinha outras atividades que eu participava... curso de... encontros (Rodrigo, 26 anos).

Em sua trajetória na construção da identidade de Sem Terra, alguns relembram com detalhes o impacto de ir morar em um acampamento e o preconceito então vivido, o que os levou a assumir uma identidade de sem-terra que lhes foi inicialmente imposta. E aqui cabe assinalar que, por coincidência, as três jovens mulheres entrevistadas tiveram sua inserção no Movimento ainda muito pequenas, algumas, inclusive, estão nele desde que nasceram e, deste modo, sua vivência foi distinta daquela que marcou os três jovens do sexo masculino que entraram no Movimento mais tarde. Assim se refere Renato a questão do preconceito e da vergonha por ele sentida, em um primeiro momento, quando foi morar no acampamento:

Num primeiro momento eu não gostava... barraco de lona... sol quente do nordeste... muito sofrimento... e aí nisso... preconceito fora do acampamento... [...] Continuava... porque eu estudava na cidade... e aí ia num caminhão até a cidade... pra estudar... trinta quilômetros de distancia... aí ia com uns colegas lá do acampamento... (entrevista interrompida)... com isso a gente... todo mundo... nessa relação de ir pra escola... ia o grupo do acampamento e também o grupo dos camaradas que tinham pequenas propriedades lá... e também filhos de alguns proprietários de terra que eram donos dos ônibus que faziam trajetos... e aí sempre tinham aquele preconceito com a gente... [...] Ah... o sem terra... é ladrão de terra... é vagabundo... pejorativamente... esses termos aí... muito ruim... (e aí eu não sabia por que eu era sem terra)... então eu ficava envergonhado... eu dizia que eu não era sem terra... que quem era sem terra era o meu pai... então eu negava a minha identidade (Renato, 27 anos).

Como apontam Leite e Dimenstein (2011), entendermos o “MST enquanto um potente regime de subjetivação” (p.54). Pode-se perceber porque a construção da

identidade é para esses jovens militantes que saem frequentemente dos acampamentos ou assentamentos um processo que os diferencia, aos poucos, de sua própria base. A *base* é aqui entendida como os acampados e assentados pertencentes ao Movimento, mas que não exercem a função de militantes do Movimento. Ao se referir às diferenças entre os acampados e assentados e os militantes, os entrevistados apontam para a questão da maior dificuldade por parte das pessoas da base, que não participam das discussões que acontecem nos espaços de encontro de formação, em aceitar as lideranças femininas:

Bom, infelizmente ainda tem, né. As pessoas, principalmente as pessoas de fora e as pessoas da nossa base que não são inseridas ali nas discussões no dia a dia com o pessoal do assentamento. Ou que não quer tá inserido. Acho assim que, puxa vida, é uma coisa meio inferior, né, a mulher. “Pô, mas ela quer chegar e ficar mandando em mim”. Com se fosse assim. Ainda tem (Clara, 18 anos).

Para eles, isso se deve à falta de formação da própria base, uma vez que o maior debate sobre as questões de gênero acontece nos espaços de encontro de formação, que são espaços mais politizados e frequentados pelos militantes, como aponta Lorena:

Essa questão da formação política. Esses encontros regionais que acontecem dentro das regiões, encontro à nível de estado, encontro à nível nacional, questões de gêneros. No caso da formação política, eu acho que influencia muito nessa tomada de consciência das mulheres, né (Lorena, 22 anos).

É na base, portanto, que se encontra a maior resistência em relação às militantes mulheres. Mesmo com o reconhecimento da liderança feminina e com um grande número de mulheres exercendo esse papel, Amanda acredita que é preciso ainda ter uma postura masculina para ser respeitada:

O problema é que quando é mulher, pra ser mulher que o pessoal respeita e tudo tem que ser uma mulher macho sabe? Uma mulher que se impõe (Amanda, 17 anos).

Essa visão masculinizada da mulher militante pode ter relação com a percepção, a que os entrevistados se referiram anteriormente, das mulheres como guerreiras e fortes. Clara, como Renato, ressalta ainda o cuidado que as militantes

mulheres devem ter por serem figuras públicas, uma vez que representam o próprio MST:

Costuma ser [menos respeitada]. A mulher, quando liderança do movimento, tem que se, tem que tomar muito mais cuidado com as ações. [...] Hmm... todo tipo de ação. Por exemplo. Se... porque a gente não é militante, né, em horário comercial... né, então qualquer coisa que a gente faz em qualquer momento, quando se trata de uma mulher, é mais passível de repressão na base. (...) Não é uma coisa muito fácil de ser superado (Clara, 18 anos).

[Quando a mulher é do Movimento] Tem uma exigência maior né... porque quem é do movimento esta propondo algo diferente do que esta... então todo mundo vai elogiar sua profissão... seu jeito de agir com as pessoas... a relação de como se comunicar com os outros... a relação afetiva com outras pessoas também... então exige um pouco mais... uma sensatez nesse sentido... [...] porque muitas vezes o cara age... to aqui... mas eu tenho minha individualidade... no agir... tenho a minha individualidade... mas estou representando uma visão de mulher coletiva... sobre o movimento... sobre mulher... mas eu não sou só mulher indivíduo... sou mulher coletiva... a minha postura... a minha apresentação pra outras mulheres do movimento... (Renato, 27 anos).

São colocados, assim, muitos desafios para as mulheres militantes do MST. Isto porque elas estariam inseridas no que Leite e Dimenstein (2011) denominam “práxis coletiva do MST”. Segundo os autores,

Tal práxis guia-se por princípios organizativos de contestação do modelo hegemônico de organização da sociedade capitalista, assim como aborda um tipo de militância que tece críticas a esse modelo, adotando práticas de ‘solidariedade, fidelidade e firmeza na luta’ (GAIGER, 1994, p. 185), incorporando suas aspirações pessoais ao projeto maior demandado por seu grupo social (p.67).

O projeto maior, como se pode apreender a partir das entrevistas realizadas nesse trabalho, confunde-se, portanto, com as próprias aspirações dos entrevistados em relação ao futuro, e a militância passa a ser o seu projeto de vida norteador, como se pode ver na afirmação de Clara de que “Eu vou para onde o Movimento precisar de mim”.

Todos reafirmam o desejo de continuar na atividade de militância e é possível observar que, na continuidade desse movimento, rompem com os destinos previsíveis da juventude rural brasileira. Como apontam Guanziroli et al. (2001),

Esses jovens compõem a unidade de produção familiar. Diante das dificuldades de reprodução social desta e da elaboração de um projeto para que eles formem novas unidades autônomas ou façam a transição para a vida adulta no seu local de origem, a migração se lhes apresenta como uma saída mais plausível (pp.157-158).

A desvalorização, e até mesmo a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura familiar, como anteriormente apontada, aliada à busca pelo assalariamento dos rapazes, move ambos para fora do campo, sem perspectivas de continuidade dos estudos e de um trabalho que lhes assegure a sobrevivência da maneira que almejam. Aos jovens rapazes, portanto, o destino os leva a migrar para as cidades, para os trabalhos no corte da cana de açúcar, e às jovens moças, são levadas aos casamentos e a maternidade na adolescência. Amanda se refere a esse destino ao falar de seus amigos próximos, assentados como ela:

Tem menina com treze, quatorze anos que tá aí namorando sério e tá querendo casar. Infelizmente lá no assentamento tem muito disso. Não sei se é porque é um assentamento pequeno, município pequeno não vê perspectiva daí “eu vou casar”. Talvez seja isso. (...) Inclusive as meninas de lá já são mães muito novas. Eu tenho amigas com dezesseis, dezessete anos. Aliás, minhas amigas tudo tão... ou tem filho ou já casaram [...] Esses que casam são homens mais velhos. Inclusive alguns da usina. (...) A cidade tá crescendo inclusive por causa disso, o município de Brilhantes. Daí eles ganham um dinheiro bom né, daí voltam pros assentamentos, essas meninhas bobinhas de treze, quatorze anos não pode ver dinheiro, não pode ver um carro, uma moto, começa a se envolver, não se cuida ou engravida, daí fica grávida sem ter um cara ou então resolvem casar, ou então não engravida, mas resolvem casar. Infelizmente isso é muito assim. Muitos foram embora. Eu tenho muitas amigas que mudaram pra outro Estado (...) E isso acontece com várias meninas só que aí não de ir pra longe, mas de ir morar na cidade. Hoje em dia, quem cuidava, né, quem cuidava da rádio era os meus amigos. Os meninos foram pra cidade atrás de emprego quando terminou a escola e as meninas ou tão grávidas, cuidando das crianças, tem filho novo, ou foram morar na cidade com os namorados [...] [com os meninos] Acontece de ir pra cidade pra buscar emprego [...] é que juventude, ela sente essa necessidade de ter dinheiro de ser autônomo e não sei o que... daí eles vêem na cidade, “ah, lá eu vou poder estudar, eu vou poder trabalhar, vou ganhar dinheiro, vou ter a minha casa e tal...”, mas não é o que acontece. Se vai pra cidade, ou trabalha ou estuda. Geralmente trabalha. Tem que manter, pagar o aluguel. Daí deixa de estudar. Toda a juventude nossa, infelizmente aconteceu isso. Nesse ano aconteceu maximamente isso. Sério mesmo. (...) E essa questão influencia também a usina, né, porque também como tá crescendo a cidade, tá tendo mais emprego, daí eles saem de lá com a perspectiva de “ah, vou lá na cidade e vou ganhar dinheiro. Vou ter emprego”. Então tudo meio que gira nessa usina que tem lá. Ou que trabalha como cortador de cana que é um trabalho escravo, mas eles não veem como isso, né; não tem consciência. Tão ganhando dinheiro então tá bom... os adultos, né e a juventude também (Amanda, 17 anos).

As militantes entrevistadas parecem ter consciência desse destino do grupo de moças jovens do meio rural e deixam claro sua intenção de continuar estudando e exercendo o trabalho de militante. Muitas mencionam o desejo de continuar os

estudos e seguir com a pós-graduação e, ao mesmo tempo, pretendem permanecer vinculados ao Movimento. A militância, fortalecida pela identidade adquirida como Sem Terra, é algo como sair do assentamento sem necessariamente se afastar psicologicamente dele. Agora, no entanto, parece possível desejar para si histórias de vida antes dificilmente factíveis, como a de João, o primeiro membro de sua família a concluir um curso de graduação. Também parece ter se tornado possível cursar um mestrado em Educação, como deseja Lorena. Rompe-se, assim, com o estigma de que a juventude rural precisa necessariamente estar ligada à atividade agrícola. Maria José Carneiro, durante o Seminário Juventude Rural em Perspectiva, referiu-se a essa questão ao afirmar:

Tendemos a pensar o rural como agrícola. Essa questão já vem sendo debatida em várias pesquisas, nas quais é demonstrado, até estatisticamente, o aumento das atividades não-agrícolas no meio rural. É claro que em algumas regiões mais do que em outras. No entanto, não contemplamos aqui uma reflexão sobre essa juventude, que pode estar inserida na família agrícola, mas não está inserida na atividade produtiva agrícola (CARNEIRO e CASTRO, 2007, p. 138).

Deste modo, ao fortalecer e investir no processo de educação dos jovens militantes, o MST parece retroalimentar sua própria permanência, oferecendo a oportunidade dos jovens militantes, como pontua Renato ser, de fato, “sem terra, porque ser sem terra é uma identidade” que não está ligada apenas a ter a terra, mas, antes, para além da luta e conquista da terra, é também poder realizar o desejo de expandir seus projetos de vida e seguir com o trabalho de militante sem sair do próprio Movimento. Além disso, tal processo de educação proporciona olhares que trazem rupturas às visões tradicionais de mulher, como aponta Lorena:

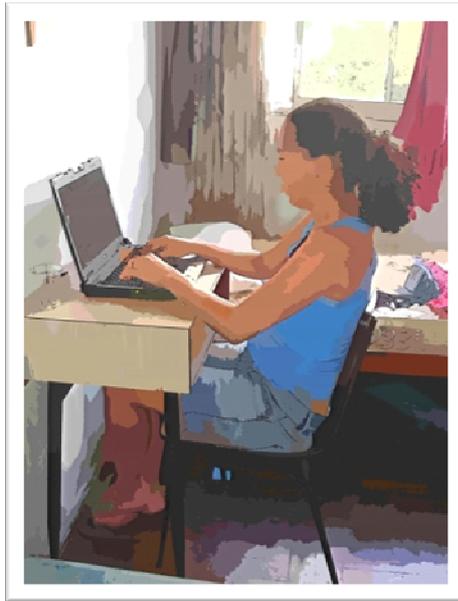


Figura 33 - Fotografia tirada por Lorena

Pra mim ela simboliza muito a amizade. É uma companheira que tá na brigada [nome]. Que pra mim ela representa o esforço, assim, ela se organizou para deixar a filha dela lá, uma pessoa que eu me identifico muito com ela, assim. (...) É um exemplo de militante também (Lorena, 22 anos).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estive presente, em 1978, às homenagens à memória do padre Burnier, em Ribeirão Bonito, e lá o bispo Pedro Casaldáliga me perguntou um dia se eu sabia qual era a palavra mais usada pelo homem pobre do interior brasileiro.

– Terra, imagino.

Pedro (ele detesta ser chamado bispo), disse, com a cabeça, que não, não era.

– Casa – arrisquei.

– Você tem razão – disse Pedro sorrindo – quanto aos objetivos permanentes do lavrador sem-terra (CALLADO, 2003, pp.39-40).

Duas lutas se somam: a luta pela igualdade de gênero e a luta pela reforma agrária. Ambas as lutas ainda estão longe de chegar ao final, uma vez que as desigualdades das relações de gênero e da distribuição de terra no Brasil são evidentemente enormes. Apesar disso, o tema da reforma agrária e dos movimentos que buscam sua concretização, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, são ora tratados como já solucionados ou em processo de solução, ora considerados questões polêmicas. Como afirma Callado (2003), em relação aos melindres que cercam o tema do homem do campo e da reforma agrária, aqui tratado:

Existe no Brasil um passe de mágica intelectual, ou um truque epistemológico que consiste no seguinte: problemas antigos e que continuam sem solução são dados como resolvidos. Ou passam à categoria de problemas chatos, obsoletos. Arrisca-se, por isso, a um certo ridículo quem fala *ainda* em reforma agrária no Brasil, o argumento principal sendo que a agricultura de hoje é nada mais do que a parte antiquada da agroindústria moderna. A indústria domina o campo e as multinacionais dominam a indústria. Falar em camponês, parceiro, meeiro, peão – prossegue o argumento – seria como falar nos direitos de servos da gleba, escudeiros ou palafreiros<sup>17</sup> (p. 67).

<sup>17</sup> **Palafreiros:** Moço que tratava do palafrém, ou o conduzia à mão. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=palafreireiro>> Acesso em 10 Jan 2012

**Palafrém:** **1** Cavalo que os reis e os nobres montavam ao entrar nas cidades. **2** Cavalo elegante e bem adestrado, destinado especialmente a senhoras. Disponível em:

Partimos, portanto, da premissa de que os temas são atuais e necessários se acreditamos na perspectiva de distribuição equitativa tanto dos papéis desempenhados pelos diferentes seres humanos na sociedade como dos direitos a serem garantidos a todos eles. Todavia, depara-se com o desafio de superar valores e hábitos profundamente arraigados, que se manifestam e se repercutem nos velhos e novos discursos. Além disso, deparamo-nos com o histórico de violações e violências entre grupos sociais que por sua vez se perpetuam por gerações.

Como sanar as desigualdades entre homens e mulheres e entre detentores e despossuídos de terra?

As duas lutas podem ser travadas de maneira conjunta?

Uma pista, para responder a essas questões parece estar nas imagens e discursos apresentados por jovens (homens e mulheres) militantes do MST envolvidos na luta pela reforma agrária no Brasil. Ao olharmos as imagens escolhidas para a representação da mulher (ou dos papéis das mulheres) e suas elaborações a partir dessas imagens, podemos observar uma pluralidade de identidades, bem como uma série de contradições. A nosso ver, isso reflete as lutas que se entrecruzam na própria vivência dos militantes, uma vez que pertencer ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e representá-lo como liderança formada em seu interior significa também buscar novas formas de subjetivação, ampliando suas reflexões acerca de seus próprios papéis (desempenhados e projetados), suas limitações e potencialidades.

Deste modo, em que pese sobre esses jovens militantes a luta mais abrangente de combate à injustiça social oriunda da concentração de terras no país e o esforço por remedia-la, cabe chamar aqui também a atenção para o panorama violento e a perspectiva nebulosa encontrados no meio rural. Além das ações de ocupação de terras aptas a reforma agrária, outras lutas, que não são menores, também compõem o mosaico necessário para que milhares de brasileiros possam atingir o exercício pleno de sua cidadania. Dentre essas lutas, podemos destacar o combate ao sexismo, à tradicional desvalorização da mulher situada no papel de alguém que ajuda o homem no trabalho rural e que continua a atribuir a ela o papel

de principal, senão a única, cuidadora da prole e da casa, um caminho pré-estabelecido para a maioria das meninas que neste país crescem.

Como proposto por Fraser (1996), o remédio para tais desigualdades está tanto no reconhecimento da valorização das mulheres sem-terra à luz da perspectiva da justiça social, ou seja, para além da reestruturação do valor do grupo em termos da valorização de sua especificidade, quanto também da redistribuição, no sentido de eliminar as diferenças de gênero. Neste sentido, pareceu-nos pertinente focar nossa investigação na imagem que jovens militantes do MST, envolvidos na luta pela reforma agrária no Brasil, têm sobre a mulher. Ambas são lutas que se entrecruzam na própria vivência dos militantes, uma vez que pertencer ao Movimento e representá-lo enquanto liderança formada em seu interior significa também buscar novas formas de subjetivação, ampliando suas reflexões acerca de outras lutas.

O MST, como um movimento de luta pela reforma agrária no Brasil e pelo fim da desigualdade social que relega milhares de brasileiros à pobreza no meio rural, depois de mais de 25 anos de existência ainda não conseguiu alcançar seus objetivos. Isto não se deu porque falte força, vontade ou organização ao Movimento, mas, segundo seus militantes, por falta vontade política dos governantes e das elites do país de realizar, de fato, uma verdadeira reforma agrária no Brasil.

Assim, há algumas décadas, o que se tem conseguido é uma política de assentamentos resultante da pressão exercida pelos movimentos no campo e não uma reforma agrária propriamente dita.

Não é preciso ser sem-terra nem tampouco socialista para entender que o processo de redistribuição das terras provenientes dos grandes latifúndios seria benéfico ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Basta observar os dados levantados sobre a relação entre a violência no campo e os assentamentos de reforma agrária, que constam de uma publicação realizada em parceria com o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no qual se sustenta que “há uma relação direta entre índice de concentração da terra e conflitos de terra, e uma relação inversa entre conflitos de terra e índice de desenvolvimento humano” (GUANZIROLI et al., 2001, p.189).

Além disso, o investimento na distribuição de terras e na agricultura familiar é o caminho pelo qual o Brasil poderá fortalecer a própria economia, não somente aquela ligada à agricultura. Callado (2003), ao citar um trecho do livro *A crise agrária* de Alberto Passos Guimarães, aponta o exemplo do processo de setenta anos de revolução agrícola nos Estados Unidos:

Esse movimento [o *Homestead*, concretizado em maio de 1862], que promoveu o acesso à terra de mais de um milhão de famílias, repartindo entre elas acima de cem milhões de hectares de terrenos pertencentes ao domínio público, forjou a base sobre a qual se ergueu a moderna agricultura norte-americana, transformando os Estados Unidos da América em grande produtor agrícola e abrindo caminho para o extraordinário progresso industrial que viria logo depois (p.69).

Os jovens compõem um grupo amplamente beneficiado por esse processo, como pode ser observado a partir das falas dos jovens entrevistados no presente trabalho. Além de terem a oportunidade de realizar trabalhos não rurais vivendo no campo, eles poderiam se beneficiar de um processo de reforma agrária que tivesse o objetivo de, como apontado por Guanziroli et al. (2001),

elevar a agricultura familiar à posição de protagonista do processo de geração e distribuição de riqueza no meio rural. Seu verdadeiro sentido é o de uma reforma no setor agropecuário, o que transcende claramente uma política de distribuição de lotes entre famílias pobres (p.250).

Tal desenvolvimento afetaria todo o país, gerando as oportunidades destacadas pelos jovens aqui entrevistados, que atualmente são parcialmente proporcionadas pela própria militância no MST.

Tocamos, até aqui, no pano de fundo da luta pela reforma agrária que envolve os militantes que participaram do presente trabalho. Agora, tratemos de resgatar nossas principais questões norteadoras: Qual a percepção que os jovens estudantes do curso de graduação de Serviço Social da UFRJ, de 17 a 27 anos, militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de ambos os sexos, têm sobre o papel e posição social da mulher dentro e fora do movimento?

A visão que eles têm acerca da mulher foi construída ao longo de suas vidas, no seu dia a dia vivido, seja já dentro do MST quanto ao longo da caminhada que lhes proporcionou o ingresso a ele e, com isso, às reflexões sobre os papéis sociais e o sexismo no qual estamos todos imersos. Os discursos, estimulados pelas

questões por nós levantadas, focaram as imagens e contradições por eles percebidas nas práticas que observam em seu cotidiano, nas suas próprias práticas e concepções acerca das relações entre homens e mulheres, bem como em como veem o papel da mulher no Movimento e na sociedade. Além da análise das falas, fizemos uso também da análise de fotografias tiradas por cada entrevistado, e que nos forneceram mais elementos para a análise, já que, como afirma Assis (1904), “o olho do homem serve de fotografia ao invisível, como o ouvido serve de eco ao silêncio” (p. 48).

Se há rupturas e permanências na visão desses jovens acerca da mulher, como entendê-las? Os seis jovens militantes entrevistados parecem tentar reconfigurar o lugar da mulher na família e no MST, em um processo que poderíamos chamar de redimensionamento, muito possivelmente provocado pela vivência e formação política a que foram submetidos enquanto lideranças jovens. Entretanto, o movimento que fazem, sem exceção, não é linear, ou seja, não está livre de tensões e contradições, uma vez que, ao defender certa atitude ou lugar das mulheres no mundo, como emancipadas e livres, recorrem muitas vezes às imagens idealizadas da mulher como uma guerreira camponesa, ou seja, como uma batalhadora, ou à relação da mulher com a natureza, o que envolve ainda um olhar idílico sobre elas. Por outro lado, muitos rechaçam qualquer tipo de vínculo natural das mulheres com os cuidados com a casa e/ou os filhos, o que as levaria a um retrocesso na luta pela emancipação.

Porém, é interessante observar que um olhar crítico perpassa a visão dos seis jovens entrevistados, em um claro esforço de alcançar o ideal de uma sociedade mais igualitária, ou seja, mais justa. Alguns parecem relatar isso com uma clareza maior, mas, mesmo estes, ainda trazem em seus discursos uma série de contradições.

A valorização da unidade familiar de produção pelo MST gera outro conflito: o modelo familiar presente no campo segue sendo heteronormativo, como se pode observar no próprio símbolo do MST, que apresenta uma mulher e um homem junto à bandeira do Movimento, bem como na estrutura dos assentamentos como relatada pelos militantes entrevistados. Alguns afirmam que há uma divisão do trabalho em suas famílias, bem como na estrutura do próprio Movimento. Contudo, no primeiro

caso, isto parece estar muito mais atrelado às necessidades geradas pelas próprias configurações familiares e de trabalho – o lote encontrar-se longe de casa, o fato dela ser a única pessoa presente em casa para cuidar das tarefas domésticas e/ou das crianças – do que ser resultado de uma resolução consciente de divisão do trabalho. Já no segundo caso, há, em todos os discursos, com exceção do de um dos jovens, uma valorização da liderança feminina e da regra de paridade numérica entre homens e mulheres na estrutura do Movimento.

O jovem que nos traz a exceção é justamente o que constrói um caminho distinto da vivência heteronormativa presente na maior parte dos discursos: ele nos traz uma luta por uma identidade cultural, pelo reconhecimento da importância do debate e respeito em relação à homossexualidade dentro do Movimento. Essa luta, assim como outras, parece estar sendo aos poucos, incorporada, mas ainda não há indicação de um debate mais profundo a ponto de estar presente nas análises dos outros militantes, que não parecem estar preocupados com a questão por esta não fazer parte do seu cotidiano, como é o caso deste jovem militante.

Apesar do movimento aparentemente contraditório realizado pelos jovens no que diz respeito à superação da visão tradicional da mulher enquanto subordinada ao homem e restrita aos afazeres de casa e aos cuidados com os filhos, eles parecem indicar que estão cientes da importância da discussão e do caminho de superação a ser seguido. O MST carrega, em seu processo de formação dos militantes, um elemento detonador de novas formas de exercício da feminilidade ou de contestação das antigas formas, o que seria próprio de um movimento social. Nossos entrevistados, contudo, ressaltam a importância de não levar a luta para o extremo oposto, que seria o exercício de subjugar os homens.

O MST é uma organização, materializada em movimento social de grande porte no contexto brasileiro que, muito embora produza uma força de resistência, de autoafirmação e de proposição, parece insuficiente para vencer forças político-partidárias inseridas em organizações historicamente forjadas e sustentadas pelas elites dirigentes do país.

Por sua vez, o próprio MST, apesar de seu caráter de fomentador de processos sociais inovadores, não parece ainda ter sido capaz de vencer resistências que emergem no seu próprio interior. Embora a bandeira de luta pela

igualdade da distribuição da terra tenha sido levantada, a igualdade entre os sexos e a distribuição de tarefas e papéis permanece ainda fortemente influenciada pela forma como as instituições familiares e a divisão do trabalho têm sido estruturadas e propagadas nos demais espaços da sociedade brasileira. Assim, vencer essas forças que seguem a antiga lógica hierarquizada parece ainda um desafio.

As questões levantadas pelos jovens entrevistados, no entanto, não se limitaram às questões de gênero. Ao focarmos um pouco da nossa atenção na categoria “Identidade Sem Terra”, pode-se observar que a pertença, como alguns a denominam, ou seja, o fato de pertencer e o sentimento de pertencimento ao MST, gera novas subjetividades para além daquelas que o próprio MST seria capaz de desenvolver apenas a partir dos trabalhos desenvolvidos com os trabalhadores inseridos em sua luta. É esse forte sentimento de pertencimento que acreditamos ser uma das chaves propiciadoras do desenvolvimento de subjetividades singulares em meio à luta maior do Movimento, bem como aquela que possibilita a jovens meninos e meninas redesenharem e redirecionarem seus projetos de vida.

A identidade de Sem Terra, mesmo que tenha gerado vergonha em um primeiro momento de ingresso no Movimento, parece ter sido incorporada “organicamente”, como os próprios jovens costumam dizer. Ela também parece suplantiar com sucesso a questão das identidades culturais de grupos específicos e, por isso, é preciso estar sempre atento aos discursos de reconhecimento, como aquele trazido por João acerca da discriminação ainda existente em relação aos homossexuais no meio rural e dentro do MST, apesar dos esforços em debater a questão.

Além disso, a identidade de Sem Terra parece ser essencial para dar sentido à luta travada no dia a dia e às privações e dificuldades pelas quais eles passaram e muitos ainda vem passando enquanto acampados e/ou quando já pequenos produtores assentados. A pertença do militante funciona, deste modo, como o elo à vida camponesa para os agora estudantes universitários.

As portas se abriram, os círculos de amizade e contatos se ampliaram, a continuidade dos estudos e viagens são possibilidades reais, mas, enquanto militantes, eles podem permanecer vinculados à terra. É preciso, assim, continuar a ter terra na sola dos sapatos e, por isso, depois dos dois meses fora de casa

estudando na UFRJ, eles voltam aos respectivos assentamentos e trabalhos ligados ao MST para dar sua contribuição para o Movimento. A possibilidade de habitar os dois mundos, se é que eles são tão díspares assim, existe para aqueles que enxergam no trabalho de militância um futuro a ser vivido, como assinalaram todos os jovens entrevistados.

Esse tipo de oportunidade aberto aos jovens permite que os rapazes tenham a opção de fugir do trabalho extenuante e mal fiscalizado da cana-de-açúcar ou da migração para a cidade em busca de empregos, em geral, mal remunerados. As moças, por sua vez, podem direcionar seus projetos de vida para além dos casamentos na adolescência/juventude ou a migração para as cidades como únicas opções para o seu futuro na vida adulta.

A partir do trabalho da militância, esses jovens, mulheres e homens, podem superar, assim, ou, pelo menos, tentam superar, a dicotomia geralmente encontrada no imaginário social entre o rural e o urbano, pois vivenciam, por meio do exercício da militância, o que podemos chamar de o melhor dos dois mundos. A militância, parcela sem dúvida mais esclarecida e sujeita a constantes formações para aprimorar o trabalho desenvolvido pelas lideranças, caminha em direção às reflexões aqui apontadas e têm aberta para elas a possibilidade de mobilizar forças e pessoas para tratar de questões antes consideradas menores ou não pertinentes ao MST, como é o caso das desigualdades de gênero.

Acreditamos, no entanto, que esses militantes, apesar desse movimento de ir e vir, que traz rupturas e permanências, parecem ir aos poucos se distanciando da realidade de vida dos assentamentos e dos camponeses sem uma ligação maior com os aspectos mais políticos das lutas do MST, ainda que estejam sempre voltando ao que chamam de “base”.

O desafio maior, assim, nos parece, talvez seja o de como trabalhar com a base as questões de identidade cultural embrenhadas no cotidiano dos assentados, mas que, muitas vezes, permanecem obscurecidas ou invisíveis. É essa ponte que, a nosso ver, precisa, aos poucos, ser construída.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado. **Esau e Jacó** em *Obra Completa*, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994. Publicado originalmente pela Editora Garnier, Rio de Janeiro, 1904. Disponível em:  
<<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm09.pdf>> Acesso em: 09 Jan 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)> Acesso em: 15 Out 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**; tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Comunidade – A busca por segurança no mundo atual**. RJ: Jorge Zahar, 2003.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. **Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX**. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 16, n. 3, dez. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722000000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 Abr. 2011. doi: 10.1590/S0102-37722000000300006.

CALLADO, Antonio. **Entre o deus e a vasilha: ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

CAMPOS, V. T. B, FREITAS, A. C.C. e FREITAS, C. C. S. **Trabalho, Família e Educação: história das mulheres nos assentamentos de Uberlândia e Araguari**. (s/d) Disponível em:  
<<http://www.simposioreformaagraria.propp.ufu.br/trabalhos/grupo4/9.doc>> Acesso em: 20 mai. 2011.

CARNEIRO, José Maria, CASTRO, Elisa Guaraná de. (orgs). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. **Trabalho com capital**. Folha S. Paulo, 1º Caderno, seção: Opinião - Tendências/Debates, 01 jan 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) **Conflitos no Campo Brasil 2010/CPT**; organização e seleção: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski – Goiânia: CPT, 2011. 184p.: fots., maps., tabs.

CONSELHO Nacional de Juventude; **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas/** Regina Célia Reyes Novaes, Rodrigo Tojeira Cara, Danilo Moreira da Silva, Fernanda Carvalho Papa (orgs). São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em <http://conjuve.org/wp-content/uploads/2010/10/2-Livro-I-do-CONJUVE.pdf> Acesso em 17/05/2011

CORALINA, C. **Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais**. 14a edição. São Paulo: Global Editora, 1987.

DEERE, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. Rev. Estud. Fem. , Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 Ago 2008. doi: 10.1590/S0104-026X2004000100010

**DIREITO de voto feminino completa 76 anos no Brasil; saiba mais sobre essa conquista**. Folha Online. São Paulo, 24 fev. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u367001.shtml>> Acesso em: 14 mai. 2011.

FALQUET, Jules. **Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais**. NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural. 2008. Disponível em: <<http://rogelicasado.blogspot.com/2008/07/trs-questes-aos-movimentos-sociais.html>> Acesso em: 27 Abril 2011

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FRASER, Nancy. (1996) **Reconhecimento sem ética?** In SOUZA, J. e MATTOS, P. (orgs) Teoria crítica do Século XXI. SP, 2007

\_\_\_\_\_ (1997) **Da Redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça na era pós-socialista. In SOUZA, J. Democracia hoje – novos desafios para a teoria contemporânea democrática. UNB, 2001

**Governo assentou apenas 1.651 famílias do MST.** MST. Disponível em <<http://www.mst.org.br/Governo-assentou-somente-1600-familias-do-MST>> Acesso em 22 Jan 2012.

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1987

HERKENHOFF, João Baptista. **Mulher Honesta.** Revista Jus Vigilantibus, 28 de abr. 2005. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/15350>> Acesso em: 20 de abr. 2011

[http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete\\_digital](http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital)

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **PNAD 2009 - Primeiras análises: Investigando a chefia feminina de família** - Comunicado do Ipea n.65 - 11 de novembro de 2010. Governo Federal Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2010.

KARPINSKI, Cezar. **Além do embate o sujeito: a construção de um 'novo' homem e uma 'nova' mulher no MST.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 14, n. 3, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2006000300015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300015&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 09 Ago 2008. doi: 10.1590/S0104-026X2006000300015

LEITE, Jáder Ferreira e DIMENSTEIN, Magda. **Militância política e produção de subjetividade: o MST em perspectiva.** Natal, RN: EDUFRN, 2011.

LOSADA, B. L.; ROCHA-COUTINHO, M. L. **Redefinindo o significado da atividade profissional para as mulheres: o caso das pequenas empresárias.** Psicol. estud. , Maringá, v. 12, n. 3, 2007 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722007000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000300006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 Ago 2008. doi: 10.1590/S1413-73722007000300006

MEDEIROS, M. e COSTA, J. **What Do We Mean by “Feminization of Poverty”?** International Poverty Centre. July, 2008, number 58. UNDP: Brasília. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCOnePager58.pdf> Acesso em 20/05/2011

MOTA, Maria Dolores de Brito Mota. **Margarida Alves, símbolo da luta da mulher no campo**. 12 de agosto de 2010. Na Adital. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/10399>> Acesso em 18 Ago 2012.

MST. **MST: Lutas e Conquistas**. Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2ª edição. Janeiro 2010.

**MST vive crise e vê cair número de acampados**. Agência Estado. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 28 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,mst-vive-crise-e-ve-cair-numero-de-acampados,698284,0.htm>> Acesso em: 22 mai. 2011

MST/RS. **As mulheres e a Reforma Agrária**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/RS: 1997; cartilha.

NEIVA-SILVA, L; KOLLER, S. H. **O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia**. Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 7, n. 2, July 2002 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2002000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000200005&lng=en&nrm=iso)>. access on 01 July 2009. doi: 10.1590/S1413-294X2002000200005.

PAULILO, Maria Ignez S. **Movimento de mulheres agricultoras: Terra e Matrimônio**. Em: Algumas questões de Gênero na Agricultura Familiar. PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, nº. 21, Junho 2000. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2021.pdf>> Acesso em 04 mai. 2011

RICHARDSON, João Jarry. **Entrevista**. In: Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 1999. Cap. 10, p. 161-172

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos. A mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1994.

\_\_\_\_\_. **Dos contos de fadas aos super-heróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades**. Psicologia Clínica Pós-Graduação e Pesquisa (PUC/RJ), Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 65-82. 2001. Disponível em: <<http://www.pucRio.br/sobrepucc/depto/psicologia/download/pdf/Maria%20Lucia%20Rocha-Coutinho.pdf>> Acesso em: 01 Ago 2008

\_\_\_\_\_. **A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero**. Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 11, n. 1, 2006 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-)

294X2006000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 Ago 2008. doi: 10.1590/S1413-294X2006000100008

RUA, M. G; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”?** **As relações de gênero nos assentamentos rurais.** Brasília: UNESCO, 2000.

SALES, C. M. V. **Gênero e Juventude Rural: permanência de traços da herança cultural camponesa e a produção de novos valores na construção do presente.** Anais do VII Seminário Fazendo Gênero – UFSC, 2006. Disponível em: <[http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/C/Celecina\\_de\\_Maria\\_Veras\\_Sales\\_01.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/C/Celecina_de_Maria_Veras_Sales_01.pdf)> Acesso em 09 ago. 2008

\_\_\_\_\_. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 15, n.2, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 09 Ago 2008. doi: 10.1590/S0104-026X2007000200010

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política;** 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Luciana Silva. **Profissão: Do Lar. A (Des)Valorização do Trabalho Doméstico como Desdobramento da (In)Visibilidade do Feminino.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Departamento de Psicologia Clínica. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília. 2008

SARAMAGO, José. **Levantado do Chão.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SCOTT, Joan (1995). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade.** 20 (2): 71-99 jul./dez1995

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **A construção do feminino na luta pela terra e na recriação social do assentamento.** Landless Voices. Nov. 2002. Disponível em: <<http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=CONSTRUC567&ng=p&sc=3&th=42&se=0>> Acesso em: 04 mai. 2011

SILVA, C. B. **Relações de gênero e subjetividades no devir MST.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril, 2004 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21702.pdf> Acesso em 02/05/2011

SIQUEIRA, T. L. **Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero**. Revista *Ártemis*, v. Vol.08, p. 110-117, 2008. Disponível em [http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero8/artigos/artigo\\_09.pdf](http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero8/artigos/artigo_09.pdf). Acesso em: 09 Ago 2008.

TIERRA, P. **Dies Irae – oito testemunhos indignados e uma ressurreição**. Brasília: GS-4, 1999.

VAN DER SCHAAF, A. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul/dez 2003, p. 414-442. Disponível em: <https://sistema.planalto.gov.br/spmulheres/textos/SCIELO/movimento1.pdf> Acesso em 02/05/2011

[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br) – Acesso em 8/8/2008

[www.un.org](http://www.un.org) – Acesso em 24/9/2008

## ANEXOS

### ANEXO 1 - Roteiro da entrevista

- 1.1. Antes de vir para o Rio de Janeiro você morava em que assentamento?
- 1.2. E antes disso, acampou? Onde? Por quanto tempo?
- 1.3. Você estudou em uma escola dentro do assentamento? Por quanto tempo (idade)?
- 1.4. Você já fez/faz parte do movimento dos sem-terra? Participava de alguma atividade do grupo?

→ Tipo de estrutura familiar presente no MST (tradicional, moderna) – conte um pouco da sua vida, com quem você mora, o que as pessoas fazem

1.1. Como é sua família? Quem vive com você? Quem vivia com você antes de você vir para o Rio de Janeiro?

1.2. Você é casado(a)? Há quanto tempo?

1.3. Tem filhos? Idades?

1.4. Com quem vivem?

→ Lugar da mulher nessa estrutura na família (papel das mulheres, status, tarefas domésticas, responsabilidades, é a principal provedora, trabalha na agricultura)

1.1. Quem faz o que na sua casa? E você, quais são suas responsabilidades/tarefas em casa? O que você acha dessa divisão? Quem dividiu as tarefas dessa forma? Por quê?

- 1.2. Você tem/tinha algum emprego/trabalho fora de casa? Qual? Achava que o que ganhava estava bom? Por quê? Por quanto tempo trabalhou? Porque parou?
  - 1.3. Você faz/fez algum trabalho no assentamento? Gosta? Gostaria de fazer algo diferente? O que?
  - 1.4. A sua mãe trabalha(va)? Seu pai? Sua avó?
- Lugar da mulher na estrutura do Movimento (papel, status, tarefas e responsabilidades) (Se liderança, é considerada igual? Tem liderança em toda a hierarquia do Movimento? E quem cuida dos filhos delas? Como é isso?)
- Lugar da mulher no trabalho no Movimento (trabalho doméstico e trabalho fora) (trabalha na cidade? Fora?)
- 1.1. Quem normalmente é responsável por cuidar da casa? E dos filhos?
  - 1.2. O que você pensa sobre isso?
  - 1.3. Como você acha que uma mulher deve ser? Como ela deve se comportar?
  - 1.4. Você acredita que a mulher deva trabalhar fora de casa?
  - 1.5. E quando ela tem filhos?
  - 1.6. O que é ser mulher para você?
- Impacto dessa perspectiva para essa vivência dele/a – como isso constrói as lógicas de poder nessa comunidade (O que você pensa sobre isso? Quais são seus planos, suas perspectivas? Pretende ficar no assentamento? Alguém te influenciou?)

- Pretende construir família? Como você pensa em organizar isso? Como foi o casamento de seus pais? Eles que escolheram? Teve uma indicação entre as famílias? Como é isso hoje em dia? Como é a escolha da sua parceira? Tem que ser do movimento?
- 1.1. Você acha importante você escolher alguém que faça parte do MST para casar? Por que? O que é diferente?
- 1.2. Você pretende voltar a morar no mesmo assentamento depois que terminar a faculdade aqui no Rio? Por que?

## ANEXO 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Título do Projeto (provisório):** A mulher pela lente de jovens do MST

**Responsável pelo projeto:** Gabriela Azevedo de Aguiar

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, declaro ter pleno conhecimento do que se segue: 1) Fui informada/o, de forma clara e objetiva, que a pesquisa intitulada: “A mulher pela lente de jovens do MST” irá investigar a visão que os jovens do MST têm sobre a mulher por meio da divisão sexual do trabalho e da estrutura familiar.; 2) sei que nesta pesquisa será realizada uma entrevista semi-estruturada; 3) Autorizo que as fotos tiradas por mim sejam usadas na pesquisa e publicadas 4) Estou ciente que não é obrigatória a minha participação nesta pesquisa, caso me sinta constrangido/a antes e durante a realização da mesma; 5) Sei que os materiais utilizados para a coleta de dados serão armazenados em fitas de áudio; 6) Sei que a pesquisadora manterá em caráter confidencial todas as respostas que comprometam a minha privacidade; 7) Receberei informações atualizadas durante o estudo, ainda que isto possa afetar a minha vontade em continuar dele participando; 8) Estas informações poderão ser obtidas através da pesquisadora Gabriela Azevedo de Aguiar, telefone para contato: (xx) xxxxxx e email: aguiargabriela@gmail.com; 9) Foi-me esclarecido que o resultado da pesquisa somente será divulgado com o objetivo científico, mantendo-se a minha identidade em sigilo. 10) Quaisquer outras informações adicionais que julgar importantes para a compreensão do desenvolvimento da pesquisa e de minha participação poderão ser obtidas no Programa Eicos, da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Declaro, ainda, que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Pesquisadora: \_\_\_\_\_

Gabriela Azevedo de Aguiar

CPF: xxxxxxxxxxxx

Sujeito da Pesquisa/ Representante Legal

\_\_\_\_\_

(nome e CPF)

### **ANEXO 3 – Notícia sobre o curso no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário**

#### **Pronera: Começa no RJ primeiro curso de Serviço Social para assentados de todo o país**

18/03/2011 05:40

Começou esta semana o primeiro curso de graduação em Serviço Social voltado para assentados da reforma agrária de todo o país. Participam do curso 60 estudantes de quinze assentamentos, que foram selecionados por meio de uma prova. A graduação faz parte do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) por meio de um convênio entre o Incra/RJ e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ao todo, o Incra investirá R\$ 1,35 milhão para a realização do curso, que tem duração de cinco anos. Os recursos servirão para a compra de material de consumo, diárias, alojamento, alimentação e transporte.

“Existem cursos estaduais de Serviço Social, mas este é o primeiro de abrangência nacional no âmbito do Pronera. Teremos profissionais desenvolvendo seus projetos sociais em assentamentos de todo o país”, comemora a técnica responsável pelo Pronera no Incra/RJ, Rosane Rodrigues.

Como os outros cursos do Pronera, este também é realizado segundo a pedagogia da alternância. Desta forma, cada período de quatro meses é dividido em dois módulos: um de 60 dias com aulas de manhã e à tarde e outro de mais 60 dias, no qual os alunos voltam a seus estados de origem. Durante as aulas no Rio de Janeiro, os estudantes ficarão alojados no bairro de Santa Teresa, no Centro de Acolhida Missionária do Colégio Assunção. Já na fase de campo, eles voltam aos assentamentos e são acompanhados por professores e equipes especializadas para avaliação e trabalhos dirigidos.

#### **Aula inaugural**

A aula inaugural do curso foi na noite da última terça-feira (15), com a uma palestra proferida pelo professor José Paulo Netto, que traçou um histórico do curso de Serviço Social no mundo e no Brasil e apontou as transformações ao longo do tempo.

Também participaram da mesa de abertura representantes de movimentos sociais, professores da UFRJ e a responsável pelo Pronera/RJ, Rosane Rodrigues, que representou o Incra no evento. Para ela, um dos grandes desafios é transformar o programa do Incra em uma política pública de educação para o campo.

“O Pronera conseguiu colocar na agenda do governo federal a reivindicação de uma

educação diferenciada para o campo e hoje nós temos boas iniciativas. Esse curso é um grande marco, é o primeiro de âmbito nacional. Estão aqui agentes sociais de todo o território nacional, que contribuirão para a transformação social das realidades do campo”, afirmou.

Fonte: [http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item\\_id=7166807](http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=7166807) Acesso em 03 dez 2011

## **ANEXO 4 – Edital para Ingresso na Escola de Serviço Social - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

### [Ingresso por Convênio UFRJ/INCRA em Curso de Graduação de Serviço Social 2011](#)

Sáb, 15 de Janeiro de 2011 16:18 Luis Acosta

EDITAL Nº 115, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

Ingresso por Convênio UFRJ/INCRA no Curso de Graduação de Serviço Social 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital, conforme aprovado pelo Conselho de Ensino de Graduação em Sessão Ordinária de xx de dezembro de 2010 contendo todas as normas, rotinas e procedimentos necessários à realização do Ingresso por Convênio de que trata o Art. 19 da Resolução CEG nº 06/2010 e previsto no Termo de Cooperação entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA), no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA para execução Curso de Graduação em Serviço Social, com ingresso no ano de 2011, exclusivamente visando atender a 60 alunos vinculados a assentamentos da Reforma Agrária, com duração de cinco anos.

Art. 1º. O Ingresso por Convênio entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, para execução do Curso de Graduação em Serviço Social, com ingresso no ano de 2011, em conformidade com o Art. 19 da Resolução CEG nº 06/2010, se dá pelo ingresso de alunos que atendam às exigências previstas neste Edital e no Termo de Cooperação entre as instituições UFRJ e INCRA.

Art. 2º. As 60 (sessenta) vagas para ingresso no primeiro semestre do ano de 2011 no Curso de Graduação de Serviço Social da UFRJ de que trata este convênio serão oferecidas para jovens e adultos dos Assentamentos de Reforma Agrária provenientes de todas as regiões do Brasil, de acordo com a Portaria nº 10/98, do Ministério Extraordinário da Política Fundiária que cria o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, de acordo com as condições presentes neste Edital.

§1º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária encaminhará à UFRJ, até o dia 7 de março de 2011, a relação dos sessenta alunos, que deverão ter concluído a 3ª série do Ensino Médio ou equivalente e possuir declaração do referido órgão comprovando que estão inscritos no seu sistema como beneficiários do Programa de Reforma Agrária (SIPRA).

§2º A UFRJ poderá dispor de seu pessoal especializado para auxiliar o INCRA no processo de seleção dos alunos no caso de o numero de interessados ultrapassar ao numero fixado de vagas no caput deste artigo.

Art. 3. Os alunos para Ingresso por Convênio no Curso de Graduação em Serviço Social de que trata este Edital deverão comparecer ao ato da pré-matrícula e à inscrição

em disciplinas e confirmação de matrícula entre os dias 10 a 15 de março de 2011.

§ 1º Os documentos necessários à realização da pré-matrícula na UFRJ, a serem exibidos em original, com restituição ao interessado, são os seguintes:

Cédula de Identidade válida em território nacional

Certificado de Conclusão do Ensino Médio;

Título de Eleitor, para maiores de 18 (dezoito) anos;

Para candidatos do sexo masculino, maiores de 18 (dezoito) anos, comprovação de estar em dia com as obrigações militares;

Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato;

§ 2º. Os documentos necessários à realização da pré-matrícula na UFRJ, a serem entregues, sem restituição ao interessado, são os seguintes:

a) Cópia autenticada do histórico Escolar completo do Ensino Médio ou de curso equivalente;

b) Dois retratos 3x4 recentes.

c) declaração do INCRA que comprove que o mesmo está inscrito no seu sistema como beneficiário do Programa de Reforma Agrária (SIPRA).

§ 3º. É obrigatória a entrega do Certificado de Conclusão do Ensino Médio, ou documento similar de curso equivalente, sendo vedado o direito à matrícula na UFRJ na ausência do mesmo.

§ 4º. No caso de ter realizado estudos equivalentes ao Ensino Médio no exterior, no todo ou em parte, o interessado deverá apresentar na pré-matrícula parecer de equivalência de estudos da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro ou de qualquer outro Estado da União, devendo estar os documentos em

língua estrangeira visados pela autoridade consular brasileira no país de origem e acompanhados da respectiva tradução oficial.

§ 5º O aluno Convênio UFRJ/INCRA não poderá estar matriculado simultaneamente em outra Instituição de Ensino Superior Federal, Estadual ou Municipal em conformidade com a Lei 12.089/2009, assim como ter matrícula em qualquer curso da UFRJ; no caso da UFRJ constatar tal ilegalidade irá comunicar e o aluno terá que optar por uma das vagas no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior á comunicação

Art. 4. Ocorrendo desistências de matrícula no Curso de Graduação de Serviço Social de que trata este Edital, a UFRJ informará ao INCRA e, de acordo com o calendário escolar e as normas vigentes da UFRJ, poderá proceder à substituição do aluno convênio.

Art. 5º. Será eliminado, a qualquer época, mesmo depois de matriculado, o aluno que, para alcançar Ingresso por Convênio ao Curso de Graduação em Serviço Social da UFRJ, tenha usado documentos ou informações falsas, utilizado quaisquer outros meios ilícitos ou desrespeitado as normas deste Edital.

Art. 6º. O Ingresso por Convênio aos Cursos de Graduação da UFRJ/INCRA, de que trata o presente Edital, terá efeitos somente para matrículas no ano de 2011.

Art. 7º. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão avaliados pela UFRJ e encaminhados para solução ao Conselho de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## AUXILIO DA UFRJ AO INCRA

Inscrições pela Internet

17 a 28 de janeiro de 2011

Link hospedado na pagina da ESS - chamada na pagina UFRJ (CONVENIO UFRJ/INCRA - PRONERA)

Lista de Inscritos

Fecha dia 28 e repassa dia 31/01 para a Comissão UFRJ/INCRA;

Análise das inscrições - deferimento e definição do processo e critérios de seleção

De 1 a 11/02/2011

Responsáveis: Comissão UFRJ/INCRA

Seleção - (etapa com custos de responsabilidade do convenio)

Redação - dia 1/03/2011

Local - Escola de Serviço Social

Correção - dias 2 e 3/03

Resultado - 4/03/2011

Matrícula e Inscrição em Disciplinas  
Dias 10 e 15/03

Início das aulas - 14/03/2011  
Responsáveis: DRE/PR1 - numero específico de DRE  
Inscrição Disciplinas - ESS

**Última atualização em Qui, 13 de Outubro de 2011 00:16**

**Fonte: <http://www.ess.ufrj.br/index.php/inicio/202-inscricoes-para-ingresso-por-convenio-ufrjincra-en-curso-de-graduacao-de-servico-social-2011>**

**Acesso em 03 dez 2011**